

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NICÓLLI CESCONETTO ESPÍNDOLA

**REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-
ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA**

FLORIANÓPOLIS, 2016

NICÓLLI CESCO NETTO ESPÍNDOLA

**REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-
ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: LAURO MATTEI

Florianópolis, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **10,0** à aluna *Nicólli Cesconetto Espíndola* na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 14 de Julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lauro Mattei
Orientador

Prof. Dr. Jaime Cesar Coelho
Membro da Banca

Prof. Dr. Marcelo Arend
Membro da Banca

*Por um mundo mais consciente e justo,
onde se respeitem as diferenças.*

Aos bancários deste país: Uni-vos!

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e familiares, que me proporcionaram, desde sempre, as condições para que eu pudesse estudar, tais esforços levaram a mais uma importante conquista em minha vida – a conclusão do curso em Ciências Econômicas.

Agradeço aos meus amigos pessoais e aos colegas da graduação, que tornaram mais fáceis os anos de estudo, compartilharam não apenas o conhecimento acadêmico, mas também alegrias, preocupações e tristezas vividas ao longo destes anos, os meus sinceros cumprimentos: “muito obrigada” ao Alexandre, ao Gedeão, ao Matheus, ao Mozer, ao Natan, ao Ruan que estudaram juntos comigo por quase quatro anos.

Agradeço aos colegas de trabalho, bancários assim como eu, são entusiasmados com o que fazem. Sem dúvidas, tenho muito orgulho da empresa, na qual trabalho atualmente. Sempre levarei no meu coração, o pessoal da Agência Palhoça/SC.

Agradeço a todos os meus professores. Vocês são os responsáveis pela transformação deste país, por proporcionarem o pensamento crítico na formação de cidadãos.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Lauro Mattei, primeiro porque aceitou o desafio da orientação mesmo com seus compromissos, segundo pela sua total dedicação como professor dentro e fora de sala de aula.

Agradeço a minha coragem de encarar os novos desafios e a determinação, sem isso, não seria quem sou hoje.

Enfim, agradeço a Keynes e a Minsky por terem quebrado um paradigma intelectual, mostrando que os desequilíbrios são inerentes à economia monetária de produção, ou seja, as crises acontecem.

O VENCEDOR

*Olha lá quem vem do lado oposto
e vem sem gosto de viver.*

*Olha lá que os bravos são escravos
sãos e salvos de sofrer.*

*Olha lá quem acha que perder
é ser menor na vida.*

*Olha lá quem sempre quer vitória
e perde a glória de chorar.*

*Eu que já não quero mais ser um vencedor,
levo a vida devagar pra não faltar amor.*

*Olha você e diz que não
vive a esconder o coração.*

*Não faz isso, amigo.
Já se sabe que você
só procura abrigo,
mas não deixa ninguém ver.
Por que será?*

*Eu que já não sou assim
muito de ganhar,
junto às mãos ao meu redor.
Faço o melhor que sou capaz
só pra viver em paz.*

Marcelo Camelo – Los Hermanos.

RESUMO

Este trabalho analisou a reestruturação e o comportamento do sistema bancário no Brasil no período pós-estabilização macroeconômica. Para isso, fez-se uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações, livros, entre outras fontes compondo o método analítico-descritivo deste estudo. A década de 1980 representou o auge para o setor bancário porque este obteve ganhos extraordinários das receitas de *floating*. Com a estabilidade econômica, a partir de 1994, as instituições bancárias precisaram adotar outras estratégias, como a cobrança de tarifas, o investimento em títulos públicos, a expansão do crédito e as aplicações em moeda estrangeira. Os bancos que não se adaptaram a este novo cenário apresentaram problemas de solvência. O governo, por sua vez, adotou medidas como o PROER, o PROES e o FGC no intuito de sanear o sistema bancário brasileiro nos anos de 1990. O resultado foi uma série de mudanças, destacando-se as fusões e aquisições; as privatizações de bancos estaduais; a concentração e internacionalização do capital bancário; o desemprego e a ampliação da terceirização, bem como uma ampliação tecnológica nos serviços e no atendimento bancário. Essas modificações continuaram presentes no cenário do período marcado pela crise global que se desencadeou a partir de 2008, crise que está requerendo um novo marco regulatório internacional. Conclui-se que o setor bancário brasileiro passou por diferentes reformas e crises econômicas ao longo do século XX e início do XXI, conseguindo adaptar-se aos distintos cenários, porém contando com o apoio fundamental do Estado. Além disso, notou-se que o processo de reestruturação do setor transformou parte dessas instituições em grandes conglomerados financeiros que foram e estão sendo impulsionados, tanto pela concentração como pela internacionalização.

Palavras-chave: Brasil; Estabilização Macroeconômica; Reestruturação Bancária; Concentração Bancária.

ABSTRACT

This study analyzed the restructuring and the banking system behavior in Brazil in the macroeconomic post-stabilization period. For this, did a literature review of articles, dissertations, books, among other sources composing the analytical-descriptive method of this study. The 1980s represented the peak for the banking industry because it has obtained extraordinary gains of floating revenue. With economic stability, since 1994, the banks had to adopt other strategies, such as the collection of tariffs, investment in government bonds, credit expansion and investments in foreign currency. Banks that have not adapted to this new scenario had solvency problems. The Government, in turn, adopted measures such as PROER the PROES and FGC in order to sanitize the Brazilian Banking System in the 1990s. The result was a series of changes, highlighting mergers and acquisitions; privatization of state banks; the concentration and internationalization of banking capital; unemployment and the expansion of outsourcing, as well as a technological expansion in the services and banking services. These changes were still present in the scenario of the period marked by the global crisis that has raged from 2008 crisis that is requiring a new international regulatory framework. We conclude that the Brazilian banking industry has undergone various reforms and economic crises throughout the 20th and early 21th, managing to adapt to different scenarios, but relying on the fundamental support of the state. In addition, it was noted that the sector restructuring process became part of these institutions in large financial conglomerates that have been and are being driven by both the concentration and internationalization.

Keywords: Brazil; Macroeconomic Stabilization; Bank Restructuring; Banking Concentration.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – <i>Spread</i> bancário no Brasil e no mundo	77
Gráfico 2 – Contas correntes com <i>internet banking</i> (em milhões).....	81
Gráfico 3 – Rede de Atendimento Bancário: 2000 – 2006.....	82
Gráfico 4 – Composição (%) das transações efetuadas em 2006	82
Gráfico 5 – População bancarizada no Brasil (em milhões de indivíduos).....	83
Gráfico 6 – Volume de transações de cheques (em bilhões de transações).....	84
Gráfico 7 – Causas (%) de afastamento entre os bancários no Brasil: 1991 – 1998	93
Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Real em 12 meses do crédito as Pessoas Jurídicas, por propriedade do capital (em %).....	109
Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Real em 12 meses do crédito as Pessoas Físicas, por propriedade do capital (em %).....	110
Gráfico 10 – Evolução no total de contas correntes e poupanças (em milhões): 2008 – 2014	112
Gráfico 11 – Número de cartões (em milhões): 2010 – 2014.....	113
Gráfico 12 – Total de ATMS no Brasil (em milhares): 2010 – 2014.....	113
Gráfico 13 – Transações % por origem em 2014	114
Gráfico 14 – Comportamento dos usuários (% da soma das transações).....	115
Gráfico 15 – Contas com <i>mobile banking</i> (em milhões): 2010 – 2014.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estoque estimado de empregos no setor financeiro no Brasil: 1989 – 1997	55
Tabela 2 – Receita Inflacionária como % do PIB e do Valor da Produção Imputada: 1990 – 1995	56
Tabela 3 – Número de bancos brasileiros em períodos selecionados.....	60
Tabela 4 – Indicadores de balanço dos bancos Nacional, Bamerindus e Econômico:	61
Tabela 5 – Aquisições bancárias com incentivos do PROER	64
Tabela 6 – Principais Fusões e Aquisições bancárias pós-Plano Real	64
Tabela 7 – Resumo das operações no âmbito do PROES	65
Tabela 8 – Aquisições de bancos estaduais: 1997 – 2004	66
Tabela 9 – Evolução do número de bancos estrangeiros no Brasil: 1994 – 2004	68
Tabela 10 – Principais aquisições no varejo por instituições estrangeiras	69
Tabela 11 – Participação % dos bancos estrangeiros no sistema bancário doméstico: 1994 – 2004	70
Tabela 12 – Evolução da rede externa dos bancos brasileiros (anos selecionados)	71
Tabela 13 – Concentração do sistema bancário pela participação de ativos totais: 2000 – 2004	72
Tabela 14 – Participação % das instituições nos ativos da área bancária (1994 – 2004).....	73
Tabela 15 – Participação % das instituições nos depósitos da área bancária (1994 – 2004) ..	73
Tabela 16 – Participação % das instituições no crédito da área bancária (1994 – 2004).....	73
Tabela 17 – Patrimônio Líquido das instituições do segmento bancário (em bilhões R\$): 1994 – 2004	74
Tabela 18 – Investimentos em Tecnologias e Trabalhadores Bancários: 1996 – 2006.....	79
Tabela 19 – Decomposição do spread bancário (%): 2001 – 2007	85
Tabela 20 – Spread (%) no Brasil – Taxas prefixadas (2000 – 2008).....	85
Tabela 21 – Programa de Demissão Voluntária e Estímulo à Aposentadoria – Banespa	90
Tabela 22 – Número de empregados no Banespa: 1994 – 2002	91
Tabela 23 – Estoque de empregos no setor financeiro Brasil: 1994 – 2000.....	92
Tabela 24 – Histórico dos reajustes salariais dos bancários: 1994 – 2003	94
Tabela 25 – Motivos de greves entre os bancários no Brasil: 1993 – 1999 (em %)	95
Tabela 26 – As principais F&A de bancos no Brasil: 2007 – 2015	106
Tabela 27 – Quantidade de instituições do SFN por segmento: 2008 – 2015	107
Tabela 28 – Participação % dos bancos no SFN: 2008 – 2014	108

Tabela 29 – Divisão dos ativos entre os cinco maiores bancos no Brasil: setembro de 2011.	111
Tabela 30 – <i>Ranking</i> dos 5 maiores bancos por ativos em dezembro de 2014	111
Tabela 31 – Estoque de funcionários e saldo de emprego nos cinco maiores bancos do país: 2010 – 2011	117
Tabela 32 – Evolução no estoque do emprego bancário brasileiro: 2009 – 2015	117
Tabela 33 – Evolução no reajuste salarial do setor bancário no Brasil: 2007 – 2015	118
Tabela 34 – Remuneração média dos admitidos e desligados por sexo: Janeiro – Dezembro de 2015	119

LISTA DE SIGLAS

ANBIMA	– Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
APE	– Associações de Poupança e Empréstimos
ATM	– <i>Automated Teller Machine</i>
Bandepe	– Banco do Estado do Pernambuco
Banerj	– Banco do Estado do Rio de Janeiro
Banespa	– Banco do Estado de São Paulo
BB	– Banco do Brasil
BBHRJ	– Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro
BBVA	– <i>Banco Vizcaya Argentina</i>
BCB	– Banco Central do Brasil
BCBS	– <i>Basel Committe on Banking Supervision</i>
BCN	– Banco de Crédito Nacional
BEG	– Banco do Estado de Goiás
BEMGE	– Banco do Estado de Minas Gerais
BESC	– Banco do Estado de Santa Catarina
BID	– Banco Interamericana de Desenvolvimento
BIS	– <i>Bank for International Settlements</i>
BNDE	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Socioeconômico
BNH	– Banco Nacional de Habitação
Bradesco	– Banco Brasileiro de Desconto
BTN	– Bônus do Tesouro Nacional
BUG	– Banco União Comercial
Camob	– Carteira de Mobilização Bancária
Cared	– Carteira de Redesconto
CDB	– Certificados de Depósito Bancário
CDO	– Obrigações de Dívida Colateral
CDS	– <i>Credit Default Swap</i>
CEF	– Caixa Econômica Federal
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
Cetip	– Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos

CMN	– Conselho Monetário Nacional
COFIE	– Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas
CONTRAF	– Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
Copom	– Comitê de Política Monetária
Cosif	– Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro
CPD	– Centro de Processamento de Dados
CSCF	– Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
CVM	– Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	– Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOC	– Documento de Ordem de Crédito
DORT	– Distúrbio Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
EMBAMEC	– Mecânica Brasileira S.A
EUA	– Estados Unidos da América
FCVS	– Fundo de Compensação de Variações Salariais
F&A	– Fusões e Aquisições
FEBRABAN	– Federação Brasileira de Bancos
FED	– <i>Federal Reserve System</i>
FGC	– Fundo Garantidor de Crédito
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIBASE	– Financiamento e Participação
FINAME	– Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FIPEME	– Financiamento à Pequena e Média Empresa
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FSB	– <i>Financial Stability Board</i>
FSE	– Fundo Social de Emergência
HSBC	– <i>Hong Kong and Shanghai Banking Corporation</i>
IBRASA	– Investimento Brasileiro S.A
IDE	– Investimento Direto Externo
IH	– Índice de Herfindhal
INPC	– Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	– Instituto Nacional do Seguro Social
IOF	– Imposto sobre Obrigações Financeiras
IPCA	– Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados
LCR	– <i>Liquidity Conterage Ratio</i>
MP	– Medida Provisória
NE	– Números Equivalentes
NSFR	– <i>Netstable Funding Ratio</i>
LER	– Lesões por Esforços Repetitivos
MSI	– Modelo de Substituição de Importação
NAFTA	– Tratado Norte Americano de Livre Comércio
OCDE	– Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ORTN	– Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAB	– Posto de Atendimento Bancário
PAC	– Programa de Apoio Creditício
PAE	– Posto de Atendimento Eletrônico
PAEG	– Plano de Ação Econômica do Governo
PAI	– Programa de Ação Imediata
PAI	– Programa de Incentivo à Aposentadoria
Paraiban	– Banco do Estado da Paraíba
PASEP	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCD	– Pessoas com Deficiência
PDV	– Programa de Demissões Voluntárias
PFD	– Programa Federal de Desregulamentação
PIB	– Produto Interno Bruto
PICE	– Política Industrial e de Comércio Exterior
PIS	– Programa de Integração Social
PLA	– Patrimônio Líquido Ajustado
PLE	– Patrimônio Líquido Exigível
PND	– Plano Nacional de Desestatização
PROER	– Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro
PROES	– Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária
PROREF	– Programa de Recuperação Financeira
RAET	– Regime de Administração Especial Temporária
SAC	– Serviços de Apoio ao Cliente

SCI	– Sociedades de Crédito Imobiliário
Selic	– Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFH	– Sistema Financeiro de Habitação
SFI	– Sistema de Financiamento Imobiliário
SFN	– Sistema Financeiro Nacional
SIV	– <i>Special Investments Vehicles</i>
SUMOC	– Superintendência da Moeda e do Crédito
TED	– Transferência Eletrônica Disponível
TI	– Tecnologia da Informação
TIC	– Tecnologia da Informação e Comunicação
TR	– Taxa Referencial
UBC	– <i>Union Bank of Switzerland</i>
URV	– Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO	18
1.1 INTRODUÇÃO	18
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	22
CAPÍTULO II – SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DAS CASAS BANCÁRIAS AOS CONGLOMERADOS FINANCEIROS.....	23
2.1. DO PERÍODO IMPERIAL À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	23
2.2 A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E A CONCENTRAÇÃO NOS DE ANOS DE 1970 .	31
2.3. A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.....	36
CAPÍTULO III – A INSTABILIDADE MACROECONÔMICA E OS MOTIVOS QUE LEVARAM À REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 1990	41
3.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL	41
3.1.1 A liberalização financeira e o Consenso de Washington	42
3.1.2 Os Acordos de Basileia I e II.....	45
3.1.3 A internacionalização bancária	47
3.2 A ESTABILIDADE MACROECONÔMICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990	50
3.2.1 As primeiras medidas dos Planos Collor I e II.....	50
3.2.2. O Plano Real.....	51
3.3 O CONTEXTO DO SETOR BANCÁRIO DURANTE A PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1990	55
CAPÍTULO IV – AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DA ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA À CRISE GLOBAL DE 2008.....	63
4.1 AS ALTERAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO CAPITAL BANCÁRIO	63
4.1.1 O processo de fusões e aquisições, incorporações e privatizações.....	63
4.1.2 A internacionalização do capital estrangeiro.....	66
4.1.3 Concentração, eficiência e rentabilidade do setor bancário	71
4.2 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DE PRODUTOS, SERVIÇOS E ATENDIMENTO BANCÁRIO	77
4.2.1 A Tecnologia da Informação e Comunicação no setor bancário.....	77
4.2.2 As formas alternativas de atendimento e o aumento da bancarização	80
4.2.3 Os produtos e serviços bancários	84

4.3 OS IMPACTOS DESSAS MUDANÇAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BANCÁRIO.....	86
4.3.1 O novo perfil do bancário.....	87
4.3.2 Terceirizações e desemprego.....	89
4.3.3 A intensificação do trabalho e o movimento sindical	92
CAPÍTULO V – O CENÁRIO DA CRISE GLOBAL E O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PÓS-2008.....	97
5.1 A CRISE FINANCEIRA GLOBAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL.....	97
5.2 O NOVO MARCO REGULATÓRIO INTERNACIONAL: ACORDO DE BASILEIA III	99
5.3 O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO PÓS-2008.....	104
5.3.1 Os impactos da crise global sobre o sistema bancário brasileiro	104
5.3.2 O Acordo de Basileia III no sistema bancário brasileiro.....	105
5.3.3 Mudanças recentes no sistema bancário brasileiro.....	106
5.4 O MERCADO DE TRABALHO BANCÁRIO NO CONTEXTO ATUAL	116
CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	122

CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO

1.1 INTRODUÇÃO

De acordo com Camargo (2009), a origem do sistema bancário no Brasil pode ser descrita pelo surgimento do primeiro banco no país: o Banco do Brasil (BB) em 1808, essencialmente com a função de emissão e conversão da moeda. Outra importante instituição foi a Caixa Econômica Federal (CEF), criada em 1861 com o intuito de conceder empréstimos e estimular poupança. Basicamente, durante todo o período imperial e os primeiros anos de república, o sistema bancário permaneceu constituído por bancos isolados e instituições não bancárias como as companhias de crédito e de investimento, além da entrada de bancos estrangeiros no território nacional.

O período entre 1920 e 1964 é marcado pela nacionalização do sistema bancário brasileiro com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945, precursora do Banco Central, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, com o objetivo de proporcionar financiamento de longo prazo. Assim, houve uma importante preocupação com o processo de urbanização e industrialização brasileiras (CAMARGO, 2009, p. 28-29).

Camargo (2009) mostra como a reforma bancária de 1964 provocou uma importante reestruturação no sistema bancário, destacando a abertura ao capital estrangeiro e a especialização setorial. No período entre 1964 e 1980, várias instituições foram criadas: o Sistema Financeiro de Habitação (SFH); o Banco Nacional de Habitação (BNH); o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central (BCB); a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e a Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

Durante a crise econômica da década de 1980, houve a desregulamentação do Sistema Financeiro, como uma maior liberalização à criação de bancos múltiplos, possibilitando a formação de grandes conglomerados financeiros internacionais (CAMARGO, 2009, p. 32-33). O quadro favorável dos anos 1980 proporcionou às instituições financeiras ganhos inflacionários e elevadas arrecadações de aplicações de curtíssimo prazo (*overnight*) em títulos do governo.

Nos anos de 1990 destacam-se a criação do Comitê de Política Monetária (Copom) para definir a taxa Selic; do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI); e do *sistema de metas de inflação* levando a uma mudança estrutural no sistema bancário brasileiro.

Na década de 1990, ocorreram importantes **mudanças na estrutura e nos padrões de concorrência** do sistema bancário brasileiro. Seguindo a tendência mundial de liberalização em vários mercados, o Brasil iniciou um processo de abertura comercial e financeira. Após o processo de reestruturação bancária promovido pelo governo, os bancos estrangeiros ampliaram em muito sua participação no mercado bancário do país. Houve uma intensificação no processo de fusões e aquisições, tanto por instituições estrangeiras como por instituições nacionais, **o que aumentou consideravelmente a concentração bancária**. (CAMARGO, 2009, p.7, grifos nossos).

Segundo o relatório do Banco Central do Brasil (2015), fez parte da reestruturação bancária dos anos 1990: a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) em 1995, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) em 1995, e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) em 1996.

Após a implantação do Plano Real, em 1994, os bancos brasileiros precisaram se habituar ao novo contexto de estabilização macroeconômica com baixa inflação, acarretando a redução drástica de seus ganhos inflacionários e provocando graves problemas de solvência de muitas instituições bancárias. Além da diminuição de suas receitas, os bancos enfrentaram a competição de grandes conglomerados financeiros, em virtude da entrada de instituições estrangeiras no mercado financeiro nacional. Apesar de algumas instituições bancárias não terem sobrevivido à reestruturação produtiva da década de 1990, as instituições sobreviventes se transformaram e demonstraram sua capacidade de adaptação ao novo contexto econômico.

A reestruturação bancária no Brasil no período pós-estabilização macroeconômica permitiu o aumento da concentração do capital bancário e a internalização do capital estrangeiro no setor. O Plano Real marca um novo momento para o sistema bancário brasileiro caracterizado, basicamente, pelas fusões e aquisições, privatizações de instituições bancárias, terceirizações e desemprego estrutural no setor, alterações na tecnologia e nos serviços prestados.

Desta forma, pretende-se discutir a evolução e as principais mudanças do sistema bancário no Brasil após a estabilização macroeconômica do país com o Plano Real em 1994, enfocando nas estratégias que os bancos adotaram a partir desse novo contexto. De maneira geral, o trabalho pretende responder a seguinte questão: quais as transformações gerais que ocorreram no setor bancário brasileiro após o Plano Real?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo desse trabalho é analisar a reestruturação e o comportamento do sistema bancário no Brasil no período pós-estabilização macroeconômica.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Revisar a literatura sobre a origem e a formação do sistema bancário no Brasil.
- Descrever o processo de estabilização macroeconômica e seus impactos sobre o sistema bancário brasileiro.
- Identificar e analisar as principais características da Reestruturação Bancária no Brasil no período pós-Plano Real.
- Analisar os impactos desse processo de reestruturação no pós-crise de 2008 com ênfase no emprego bancário.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Munhoz (1989), a pesquisa científica consiste no modo pelo qual o indivíduo a partir de determinados métodos desenvolve estudos que lhe permitam conhecer fenômenos explicativos de inter-relações dentro da sociedade. O que significa a identificação de causas e efeitos, tonando-se, assim, apto à elaboração de formulações que orientem a dinâmica das transformações (MUNHOZ, 1989, p. 14):

A pesquisa científica tem, portanto, uma importância básica para o ser humano. É o caminho para que se possa conhecer as realizações do passado, é o meio para que se possa interpretar o presente, e é o veículo para se transformar o futuro em algo além da simples repetição do passado ou do presente. (MUNHOZ, 1989, p.15, grifos do autor).

Segundo Munhoz (1989, p.18), para atingir o sucesso no desenvolvimento de uma pesquisa é importante definir os critérios a serem estabelecidos para o processo de investigação. Neste caso, o método estabelece os roteiros de trabalho; os caminhos a serem percorridos para o conhecimento buscado; e os instrumentos de análise a serem utilizados.

Portanto, a metodologia da pesquisa é basicamente o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Neste trabalho, visando o entendimento das transformações do sistema bancário no período pós-Plano Real, de acordo com a classificação de Munhoz (1989), utiliza-se o método analítico, que visa conhecer os fenômenos explicativos e permite uma compreensão de relações de causa e efeito, isto é, como o sistema bancário se modificou em resposta à implantação do Plano Real.

Este estudo também é composto por um método histórico de investigação a partir do levantamento de fatos históricos acerca da economia brasileira e do sistema bancário nacional, na tentativa de conhecer o comportamento de determinada realidade. Portanto, investigam-se os condicionamentos que podem ter influenciado o objeto de estudo.

Munhoz (1989) divide as pesquisas em duas classes de estudo: quanto ao conteúdo, esta pesquisa é essencialmente teórica, no qual predomina o interesse puramente científico do investigador na tentativa de formular postulados interpretativos do comportamento de determinados fenômenos ou de condicionamentos impostos a uma dada realidade. Quanto à amplitude, trata-se de um estudo descritivo como fonte de “insumos” para análises interpretativas, levando a compreensão das razões determinantes de certas realidades observadas (MUNHOZ, 1989, p. 29-32).

Para Gil (2000, p. 62), a “pesquisa deve ser entendida como o processo de utilização de meios científicos para a solução dos problemas propostos”, sendo que este autor define o tipo de pesquisa de acordo com os seus objetivos. Este trabalho apresenta um caráter descritivo e preponderantemente compreensivo, pois procura conhecer a realidade, as características e as dificuldades que o sistema bancário brasileiro encontrou na estabilização macroeconômica do Plano Real, bem como as estratégias adotadas que marcam a reestruturação do setor a partir dos anos de 1990.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, ou seja, considerando o local de realização, os recursos disponíveis, a coleta de dados e o controle dos fatores determinantes do fato ou do fenômeno observado, esta também é uma pesquisa bibliográfica que utiliza materiais previamente elaborados em fontes escritas: livros, artigos, teses e dissertações, jornais e revistas (GIL, 2000, p. 56-57). Os materiais que tratam do tema em questão, em grande parte, são retirados em meios eletrônicos disponíveis na internet. Dessa forma, busca-se elaborar uma revisão da história do sistema bancário brasileiro; descrever o contexto político-econômico interno e externo que levaram à reestruturação bancária; e identificar e

analisar as principais transformações do setor bancário do período pós-Plano Real aos dias atuais no contexto de uma economia internacionalizada.

Desse modo, serão utilizados dados do Banco Central do Brasil (BCB), por meio de normas e resoluções, bem como algumas leis que fazem parte da estrutura, da composição e da regulação do Sistema Financeiro Nacional, bem como dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) a respeito do atendimento bancário e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) sobre o emprego bancário. Mesmo que a pesquisa seja essencialmente qualitativa, não se dispensa a apresentação de dados quantitativos e estatísticos acerca dos indicadores macroeconômicos do período analisado, os quais demonstram as transformações do setor bancário, especialmente as fusões e aquisições, incorporações, as terceirizações e demissões, o mercado de crédito, entre outros.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse trabalho está dividido em seis capítulos. No Capítulo I, apresentam-se a introdução (tema e problema de pesquisa), o objetivo geral e os objetivos específicos, os procedimentos metodológicos e a estrutura do trabalho.

No Capítulo II foi feita uma revisão sobre a história do sistema bancário no Brasil, com destaque para os marcos institucionais do setor: da origem no período imperial ao período entre Guerras; a Reforma Bancária de 1964 e a concentração nos anos de 1970; da instabilidade dos anos de 1980 à Reestruturação Bancária com o Plano Real nos anos de 1990.

No Capítulo III descreve-se o processo de estabilização macroeconômica com o Plano Real e o contexto internacional de liberalização financeira e regulação bancária que levaram às mudanças do sistema bancário brasileiro nos anos de 1990.

No Capítulo IV identificam-se e analisam-se as principais características da Reestruturação Bancária no Brasil no período pós-Plano Real, a partir das transformações gerais de capital, tecnologia e trabalho do setor bancário.

No Capítulo V, discutem-se os cenários atuais do sistema bancário brasileiro no contexto do pós-crise de 2008 que propicia a formação de conglomerados financeiros, levando à concentração e à instabilidade financeira. Finalmente, no Capítulo VI, apresentam-se as considerações finais do estudo.

CAPÍTULO II – SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DAS CASAS BANCÁRIAS AOS CONGLOMERADOS FINANCEIROS

Para Vidigal (1981), a evolução dos bancos comerciais pode ser dividida em três etapas, de acordo com o prisma da estrutura institucional do sistema financeiro: a primeira é marcada pela ausência de um sistema bancário institucionalizado e por bancos isolados; a segunda pela estruturação do setor após a Reforma Bancária de 1964; e a terceira pela formação de grandes conglomerados financeiros:

[...] a primeira, quando, além dos bancos comerciais privados, só existiam, praticamente, os bancos comerciais oficiais, as caixas econômicas federais e estaduais e as cooperativas de crédito, de modesta expressão; uma segunda etapa, em que foram criadas novas instituições privadas especializadas, como as sociedades de financiamento e investimento, os bancos privados de investimento, as sociedades imobiliárias, as associações de poupança e empréstimos, assim como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e os bancos de desenvolvimento regionais e estaduais; finalmente, distinguiríamos a etapa mais recente, em que o princípio da excessiva especialização de instituições, que caracterizou a segunda etapa, passou a ser atenuada, sem reformas legislativas, pelo simples expediente, admitido pelas autoridades monetárias, da associação de diversos tipos de instituições em um mesmo grupo financeiro, por meio de controle acionário de administração. (VIDIGAL, 1981, p. 36-37).

Este capítulo mostrará a formação do sistema bancário no Brasil. Os itens abordados são: da sua origem em 1808 até 1950, a reforma bancária de 1964, o processo de concentração a partir de 1970, e a Reestruturação bancária nos anos de 1980 e 1990.

2.1. DO PERÍODO IMPERIAL À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Siqueira (2007) destaca o surgimento dos bancos no Brasil somente a partir do século XIX, pois até aquele momento também inexistiam bancos em Portugal. A ausência de bancos, no período anterior, pode ser explicada pelo financiamento da lavoura, do comércio e da indústria pelos grandes comerciantes, naquilo que se denominava de “cadeia de crédito.”¹

O número maior de habitantes no território brasileiro no início do século XIX provocou um incremento no comércio e na elevação de demanda por moeda. Siqueira (2007) apresenta três circunstâncias para a criação de um banco no Brasil: as necessidades de

¹ Conforme Siqueira (2007), o surgimento do sistema bancário acontece na Europa e não propriamente pelos ourives ou coletores de impostos, mas sim, pelos mercadores com o fim da Idade Média, no século XV.

financiamento do setor público; a inadequação do meio circulante, em virtude da pouca quantidade de moeda metálica; e a promoção das transações mercantis.

A criação do Banco do Brasil (BB), em 12 de outubro 1808, marca o início do sistema bancário, tendo sido o primeiro banco a ser criado durante todo o império português, incluído a própria metrópole (SIQUEIRA, 2007, p. 27).

O Banco do Brasil possuía algumas atribuições como banco de desconto, de depósitos, de emissão e de câmbio. Além disso, detinha privilégios quanto à exclusividade no recebimento de certos recursos. Desse modo, o banco receberia comissão pela venda de produtos, cuja negociação era exclusiva da Fazenda Real: pau-brasil, depósitos judiciais e extrajudiciais de metais preciosos, assim como a demanda pelos bilhetes do banco pelo setor público estava garantida, além de serem proibidas a penhora e a execução fiscal e civil sobre as ações deste banco (SIQUEIRA, 2007, p. 33).

Para este autor, os primeiros anos do Banco do Brasil não foram muito prósperos², em virtude da falta de moeda metálica, em decorrência da balança comercial deficitária e da exigência de deságio das notas. A população temia que as notas tornar-se-iam inconversíveis, o que provocou uma “corrida bancária” também impulsionada pelo retorno da Família Real para o Reino de Portugal, porque as notas do banco não tinham uso em outros países.

Durante os anos de 1830, o governo estimulou a criação de bancos de iniciativa privada no país, destacando-se o banco do Ceará, que funcionou de 1836 a 1839; e outras instituições foram criadas no Pará, no Maranhão e na Bahia na década de 1840. O Banco Comercial do Rio de Janeiro surgiu em 1838 com as operações de receber depósitos, descontar letras, fazer cobrança e operações de câmbio e negociar títulos do governo e, posteriormente, emitir moeda (SIQUEIRA, 2007, p.37-38).

Em 1851, Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) cria o seu Banco do Brasil, disputando a concorrência com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em 1853 ocorre a primeira fusão bancária no Brasil entre o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil de Mauá³ dando origem ao novo Banco do Brasil, que apesar de suas ligações com o governo, era considerado estabelecimento privado (BB, 2010). O BB recebeu o privilégio de emitir notas nas “estações públicas” e foi o único banco emissor até 1857. Com isso,

² Devido aos problemas financeiros, o Banco do Brasil foi liquidado em 1829. Veja mais em BB (2010).

³ Mauá, contrário a fusão, funda outro banco – a casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia com filiais no Uruguai. A casa bancária Mauá quebra na crise de 1875.

O Banco do Brasil tornou-se, assim, a maior instituição financeira do país, conservando-se nessa posição por mais de um século. O Banco do Brasil expandiu-se no decorrer do período, mas sempre passo a passo com a economia brasileira. (GOLDSMITH, 1986, p. 37).

Os bancos expandiram bastante suas atividades, durante a segunda metade do século XIX. Neste período destacavam-se dois bancos nacionais: o Banco Rural Hipotecário do Rio de Janeiro (BRHRJ), criado em 1854, e o Banco Comercial e Agrícola, criado em 1857, como bancos de depósitos e de desconto de títulos, impulsionados pela atividade cafeeira (SIQUEIRA, 2007, p. 66).

Este autor menciona ainda, a criação das caixas econômicas, a partir de 1830, com a finalidade de fomentar a poupança popular. Foram regulamentadas e praticamente estatizadas, na promulgação da Lei n.º 1083 ou Lei dos Entraves, em 1860. Em 12 de janeiro de 1861, D. Pedro II assinou o Decreto n.º 2.723, que sancionava surgimento da Caixa Econômica da Corte, dando origem posteriormente, à Caixa Econômica Federal (CEF). Desde a sua fundação a Caixa Econômica, apresentava o objetivo de conceder empréstimos e estimular a poupança. “O testemunho mais pungente desta função social é o fato de muitos escravos só terem conseguido comprar suas liberdades devido a cadernetas de poupanças que abriram na Caixa Econômica.” (SIQUEIRA, 2007, p. 52).

O período imperial também se caracteriza pela instalação dos primeiros bancos estrangeiros no país. Dois bancos ingleses são inaugurados por comerciantes interessados em negócios no Brasil: em 1863, o *London & Brazilian Bank* e, em 1865, o *The Brazilian and Portuguese Bank*, ambos sediados no Rio de Janeiro. Logo abriram filiais nos portos do país e passaram a concorrer com os bancos brasileiros e os bancos de investimento na Inglaterra. A maior fonte de receita destas instituições advinha das operações cambiais, além da cobrança de tarifas e da arbitragem (SIQUEIRA, 2007, p. 68).

Siqueira (2007) apresenta uma “divisão do trabalho” entre os bancos estrangeiros e os bancos nacionais⁴:

Os bancos estrangeiros estavam voltados quase exclusivamente para o financiamento do comércio externo – exportação de café e outros produtos primários e importações de quase tudo. Detinham, praticamente, o monopólio das operações de câmbio, cuidando das remessas, recebimentos de cambiais, etc. As transações vinculadas ao comércio interno eram preteridas pelos bancos estrangeiros. [...] **Os bancos nacionais descontavam títulos gerados por atividades voltadas ao mercado interno.** Essa atitude, tão criticada à época por políticos nacionalistas, refletia não somente, mas, também, de acordo com os ingleses, as diferenças culturais. **Os bancos de capital nacional, com exceção do Banco do Brasil e da casa bancária de Mauá, operavam apenas localmente e**

⁴ Se comparados ao Banco do Brasil e aos grandes bancos estrangeiros, os outros bancos comerciais brasileiros desempenhavam um papel secundário (GOLDSMITH, 1986, p.99).

suas práticas eram consideradas “atrasadas” pelos padrões internacionais: as decisões quanto a empréstimos eram quase sempre baseadas em relações pessoais e, frequentemente, beneficiavam seus próprios acionistas, o que levava os bancos a oferecerem juros elevados na captação de depósitos à vista e a conceder empréstimos sem prazo definido. (SIQUEIRA, 2007, p. 69, grifos nossos).

Durante o Segundo Império, os bancos brasileiros enfrentaram três grandes crises econômico-financeiras em 1857, 1864 e 1875. Em 1864, a maior casa bancária no Rio de Janeiro, a Casa Souto quebra, levando à corrida de clientes para efetuarem os saques nas instituições financeiras. A ação do Banco do Brasil impediu a quebra generalizada do setor, socorrendo os demais bancos, inclusive os dois bancos ingleses que se beneficiavam com a transferência de depósitos dos correntistas, pois eram considerados mais seguros (SIQUEIRA, 2007, p. 72-74).

Durante a primeira década da 1ª. República, o sistema bancário enfrentou dificuldades quase contínuas:

A Lei bancária de janeiro de 1890 autorizava a utilização de títulos governamentais como cobertura para cédulas, porque a oferta ilimitada de crédito era considerada essencial, em vista da crescente demanda por crédito resultante da substituição do componente escravo da força de trabalho por trabalhadores assalariados, e das incertezas políticas que acompanharam a derrocada do Império. (GOLDSMITH, 1986, p. 93).

O resultado foi à expansão na quantidade de bancos, uma expansão indiscriminada de crédito e especulação de moedas estrangeiras. Até 1889, o Brasil possuía apenas cerca de doze bancos comerciais, somente no Rio de Janeiro, o número de bancos aumentou para 68, em 1891 (GOLDSMITH, 1986, p.93-96).

Durante o século XIX, o sistema bancário era constituído de bancos isolados e com participação predominantemente estrangeira, voltada para o mercado de crédito de curto prazo e operações cambiais. Nesse período, os bancos atuavam como peça propulsora do setor agrícola-exportador.

Em 1900, estourou uma das mais graves crises bancárias da história. Em 1905, o Banco do Brasil passou para administração do Estado por meio do decreto nº. 1.455, assumindo uma série de atividades governamentais crescentes nas áreas monetárias, comércio exterior, câmbio e financeira (BB, 2010, p. 111).

Goldsmith (1986) expõe as características fundamentais do período entre Guerras:

Em contraste aos violentos cataclismas sofridos pelo sistema bancário brasileiro durante a segunda metade do século XIX, o período entre guerras conheceu uma expansão rápida e bastante tranquila. As modificações estruturais mais importantes foram, de início, **a aproximação gradual do Banco do Brasil ao status quo de banco central oficial**, que jamais havia alcançado antes devido a perda de suas

funções monetárias em 1945 para a SUMOC (Superintendência da Moeda e Crédito); e, em segundo lugar, **à queda acentuada na importância dos bancos estrangeiros.** (GOLDSMITH, 1986, p. 166, grifos nossos).

Em 1914 o receio de que, com a Primeira Guerra Mundial, houvesse desvalorização da moeda, provocou a corrida bancária, aumentando a demanda por ouro, ou seja, os investidores aumentavam sua *preferência por liquidez*. Portanto, em 1914, os bancos assumiram uma postura mais defensiva reduzindo as porções de desconto e de empréstimos, elevando suas reservas para um nível de 50% dos depósitos. A partir de 1915, a economia recuperou-se e a produção industrial cresceu. A diversificação da produção foi um estímulo à expansão dos bancos com ampliação da rede de agências. Em 1920-21, eclodiu uma nova crise internacional com reflexos na economia brasileira. A retração econômica gerou, nos bancos, reações semelhantes às ocorridas em 1914 (SIQUEIRA, 2007, p. 96).

Em fevereiro de 1921, foi criada a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, definindo-se regras claras para a utilização desse recurso, com isso, essa instituição se tornou o maior banco público brasileiro, atuando como prestador de última instância, especialmente nos momentos de crise, e possibilitando o empréstimo de uma instituição bancária à outra. Dois outros marcos institucionais foram importantes: a criação da Inspeção Geral dos Bancos e a criação das câmaras de compensação de cheques pelo Banco do Brasil. A Inspeção foi criada para disciplinar a atividade bancária, impondo regras de funcionamento com exigências de capital mínimo. A Câmara de Compensação de cheques começou no Rio de Janeiro e passou a operar em São Paulo, Santos, Porto Alegre, Recife e Salvador, levando a uma maior participação dos bancos no sistema de pagamentos. O monopólio de emissão pelo BB foi mantido de 1922 a 1926, quando foi entregue à Caixa de Estabilização⁵ (SIQUEIRA, 2007, p. 97).

Nesta época, a Lei bancária de 1921 limitou suas atividades em várias formas, fazendo com que diversos bancos estrangeiros encerrassem suas atividades no Brasil. Segundo Goldsmith (1986):

[...] Em 1945, os bancos estrangeiros detinham apenas 7% de todos os depósitos, caracteristicamente 9% dos depósitos a vista, mas somente 2% dos depósitos a prazo fixo, realizando somente 5% de todos os empréstimos. Suas 39 agências representavam menos do que 2% do total. **Portanto, em duas décadas, haviam sido reduzidos de uma posição de primordial importância para um papel secundário no sistema bancário do país.** (GOLDSMITH, 1986, p. 172-173, grifos nossos).

⁵ “Outra importante atividade do Banco do Brasil foi a operação, iniciada em 1932, da Caixa de Mobilização Bancária, cuja função foi a de assumir, com o apoio do Tesouro, os ativos não líquidos dos bancos e capacitá-los a reduzir suas grandes reservas em moeda. Isto foi acompanhado da introdução de reservas compulsórias para os outros bancos, à taxa de 15% para os depósitos à vista e 10% para os depósitos a prazo fixo.” (GOLDSMITH, 1986, p. 172).

Na década de 1920, os bancos nacionais expandiram-se, principalmente os bancos paulistas, mineiros e gaúchos, enquanto que os bancos sediados no Rio de Janeiro reduziram sua participação no total de depósitos de 51% para 35%, ao mesmo tempo em que os bancos de capital externo reduziram a sua participação no mercado nacional. Em 1926, o Banco Hipotecário e Agrícola de São Paulo foi comprado pelo governo estadual e passou a ser denominado de Banco do Estado de São Paulo (Banespa). A atividade industrial têxtil e de alimentos impulsionou o mercado bancário mineiro com a origem de dois bancos privados naquele estado: a Casa Comercial Moreira Salles, fundada em 1924, e o Banco da Lavoura de Minas Gerais, criado em 1925 (SIQUEIRA, 2007).

Os bancos estrangeiros diminuíram seu desempenho no Brasil com a criação da Carteira de Redesconto, que fortaleceu os bancos de capital nacional e a Inspeção Geral dos Bancos. Essa medida atingiu os bancos de duas formas:

Em primeiro lugar, porque pela primeira vez os bancos estrangeiros receberam tratamento diferenciado, com imposições consideradas por eles demasiadas rígidas, como a obrigatoriedade de internalizar divisas e só operar após terem integralizado 50% do capital, com o montante depositado no Tesouro Nacional ou no Banco do Brasil; e, em segundo lugar, porque, pelo menos se forem levados em conta os relatos da época, eram eles os maiores responsáveis – e os que mais se beneficiavam – com especulações e oscilações no mercado de câmbio, que passou a ser fiscalizado pela Inspeção. (SIQUEIRA, 2007, p. 99).

De acordo com este autor, a Crise de 1929 teve impacto devastador sobre o sistema bancário dos países centrais. Nos EUA, verificou-se o pânico bancário e a quebra de seis mil bancos entre 1929 e 1933. Desse modo, o governo americano adotou medidas aprovadas pelo Congresso para compor uma “rede de proteção” aos depósitos, minimizando o risco de “corridas bancárias”.

No Brasil a recessão foi mais branda, não houve “crise” no sistema bancário brasileiro, apenas um banco, o Banco Pelotense, decretou falência. A política anticíclica e keynesiana adotada pelo governo brasileiro, aumentando os seus gastos e impulsionando a atividade econômica, reduziu os efeitos da crise econômica. A emissão de papel-moeda para financiar esses gastos, resultou na elevação no meio circulante, em 1931 (SIQUEIRA, 2007, p. 104).

A brusca queda no preço de exportação café, em 1929, trouxe prejuízos e sérias dificuldades para que os fazendeiros cumprissem seus compromissos com os bancos. A atuação do Banco do Brasil como um banco central, sendo o “banco dos bancos”, isto é, realizando empréstimos aos bancos foi fundamental, nesse processo.

Em 1930, decidiu-se pela reabertura da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (Cared), para financiar o setor cafeeiro e expandiu-se também para outros setores, como o de indústrias manufatureiras. A Carteira de Mobilização Bancária (Camob) surgiu em 1932, com o objetivo de obrigar aos bancos comerciais a depositarem no BB, as reservas que tinham em excesso, correspondendo a 20% dos depósitos. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial foi criada em 1936, sendo administrada pelo Banco do Brasil, com a finalidade de fomentar o crescimento industrial a partir dos anos de 1930 (SIQUEIRA, 2007, p. 108-110).

Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial, o governo criou a Coordenação de Mobilização Econômica e medidas de represália foram instituídas contra empresas e cidadãos alemães, italianos e japoneses. Os bancos alemães e italianos eram bem sucedidos no país, nas operações de mercado interno e de câmbio e contavam com uma quantidade expressiva de clientes imigrantes, provenientes de países que constituíam o “Eixo”. Entretanto, grandes bancos foram liquidados: o Alemão, o Transatlântico, o Francês, o Italiano e o Germânico da América do Sul (SIQUEIRA, 2007).

Nos anos de 1940 os bancos estrangeiros diminuem sua participação no sistema bancário no Brasil, ao mesmo tempo surgem importantes bancos privados brasileiros: o Banco Brasileiro de Desconto (Bradesco); o Banco Central de Crédito S.A.; o Banco Sul Americano e o Banco Nacional.

Em 1945, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) no BB pelo Decreto-Lei 7.293 como uma organização precursora do Banco Central com a atribuição de exercer o controle do mercado monetário. A Sumoc assumiu as atribuições da Carteira de Redesconto (Cared) e da Caixa de Mobilização (Camob) e passou a receber com exclusividade os depósitos dos bancos.

Exerceu funções atualmente desempenhadas pelo Conselho Monetário Nacional: ditar normas para as atividades bancárias – podendo inclusive intervir nos bancos -, determinar as condições de acesso ao redesconto quanto a volume e taxas a serem cobradas, estabelecer depósitos compulsórios, orientar a política de câmbio, entre outras. A execução dos serviços da Sumoc era contratada com o Banco do Brasil. (SIQUEIRA, 2007, p. 126, grifos nossos).

A política monetária adotada pela Sumoc se acomodou as necessidades do setor público e aos interesses de setores econômicos privados beneficiados com a política de crédito direcionado. A supervisão bancária foi aperfeiçoada e a fiscalização foi mais intensa com a atuação da Sumoc. A Sumoc agiu como prestador de última instância evitando a quebra de bancos em cadeia. Em 1945, restringiu a concessão de novas cartas patentes; os bancos

passaram a fornecer dados estatísticos sobre suas operações; também foi instituído o recolhimento de depósitos de compulsório. A taxa de redesconto aumentou de 6% para 8%, em 1946. Entre 1945 a 1952, a rede bancária já tinha sido reduzida de 509 para 404 entre bancos e casas bancárias. (SIQUEIRA, 2007, p. 126-129). De acordo com o Banco Central do Brasil (2015), nesse período, o BB, a Sumoc e o Tesouro Nacional subdividiam as funções de regulação e supervisão do Sistema Financeiro Nacional.⁶

Os depósitos compulsórios são instituídos em 1945, concomitantes à criação da Sumoc:

Os depósitos compulsórios, como instrumento de controle do volume global de crédito e dos meios de pagamento, foram instituídos no Brasil em 1945, com o Decreto-Lei n.º 7.293, que criou a Superintendência da Moeda e do Crédito. Anteriormente, vigorava apenas um dispositivo sobre o encaixe mínimo dos bancos, instituído em 1932, na base de 15% dos depósitos a vista e 10% dos depósitos a prazo. (VIDIGAL, 1981, p. 43).

Entre 1954 a 1962, embora motivada pelo aceleração do processo inflacionário, a persistência, por prazo indefinido, da obrigatoriedade dos depósitos de compulsórios⁷ em níveis acima do mínimo legal deu origem a reações negativas por parte dos bancos privados, pelas seguintes razões principais:

a) diminuição da rentabilidade dos bancos, a braços com o problema de altos custos administrativos; b) persistiam os vultosos déficits financeiros públicos, principal causa da inflação, sem qualquer medida eficaz para a sua redução; c) os depósitos de compulsórios dos bancos privados ficavam em poder do Banco do Brasil, incorporando-se, de fato, ao fundo geral de recursos utilizados por aquela instituição para a expansão de suas aplicações. Esta última circunstância fazia com que o Banco do Brasil tivesse um coeficiente multiplicador de crédito superior ao dos demais bancos e assim, paradoxalmente, os aumentos dos depósitos de compulsórios de bancos privados tinham efeitos inflacionários, ao invés de efeitos desinflacionários. (VIDIGAL, 1981, p. 44).

⁶ O BB desempenhava a atividade de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio; a SUMOC era responsável por fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas do redesconto e da assistência financeira de liquidez, bem como os juros sobre depósitos bancários, além de supervisionar os bancos comerciais e o Tesouro Nacional realizava a função de emitir papel-moeda. (BCB, 2015).

⁷ “Em todo esse processo evolutivo dos depósitos compulsórios como instrumento de política anti-inflacionária – é curioso e precisa ser lembrado – mantiveram as autoridades **a limitação de 12% a.a. para os empréstimos dos bancos comerciais, o que constituía a abdicação a uma das mais clássicas e eficientes armas de combate à inflação e um estímulo a atividades especulativas, sem falar no desencorajamento à capitalização das empresas**, que preferiam procurar empréstimos a aumentar e abrir seus capitais.” (VIDIGAL, 1981, p. 47, grifos nossos).

Segundo Camargo (2009), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) ⁸ foi criado pela Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, como instituição de fomento com o objetivo de conceder financiamentos de longo prazo e, dessa forma, possibilitar o desenvolvimento socioeconômico do país:

O BNDE nasceu sob esta orientação e investiu no reaparelhamento de portos e ferrovias, no aumento da capacidade de armazenamento e na ampliação do potencial elétrico do País. Tornou-se o maior fomentador de grandes projetos em nível nacional. (SIQUEIRA, 2007, p. 127)

O período inflacionário levou a uma expansão do aparato bancário, apesar de não existir ainda um desenvolvimento de um sistema regional ou nacional: “Sob o ímpeto de uma acelerada inflação, o sistema bancário expandiu-se rapidamente em termos de agências, funcionários e prédios, ao passo que o número de bancos se reduziu substancialmente.” (GOLDSMITH, 1986, p. 265).

Uma das consequências importantes dessa evolução foi o aumento dos custos reais da operação dos estabelecimentos bancários, que resultaram em altas margens entre as taxas de juros ativos e passivos, que por sua vez forneceram altos lucros. Portanto, a participação dos intermediários financeiros no produto interno, grande parte, da qual corresponde ao sistema bancário, aumentou de 4,7% em 1947 para 7,5% em 1964. (GOLDSMITH, 1986, p. 265).

Entre 1954 a 1963, várias transformações políticas e econômicas ocorreram no país. O governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, por meio do Plano de Metas com a filosofia de “cinquenta anos em cinco”, levou à criação da nova capital federal, Brasília. Este contexto foi extremamente favorável ao setor bancário, pois a economia alavancava todos os seus ativos. A grande fragilidade, entretanto, era o baixo nível educacional dos funcionários nos bancos para a condução de seus negócios, pois a grande maioria dos empregados era admitida muito jovem e apenas com o ensino primário. Bem como o setor precisava se modernizar e impulsionar a concessão de crédito (SIQUEIRA, 2007, p. 135).

2.2 A REFORMA BANCÁRIA DE 1964 E A CONCENTRAÇÃO NOS DE ANOS DE 1970

⁸ “Em 1971, o órgão deixou de ser uma autarquia e foi enquadrado como empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.” (SIQUEIRA, 2007, p. 127). O BNDE passou a ser denominado de BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em 1982 voltando-se para as políticas de desenvolvimento socioeconômico do país (BNDES, 2015).

Até os anos de 1960 os bancos eram pequenos e fragmentados e o volume de dinheiro emprestado era o que podiam contar em suas agências, pois ganhavam dinheiro praticamente com a intermediação financeira de curto prazo, o que levou a crescimento das operações com as Notas Promissórias e as Letras de Câmbio. Conforme Siqueira (2007), o setor tinha as seguintes características: o total de depósitos à vista representava 50% do PIB, o número de bancos era muito grande, mais de 500 bancos, em geral regionalizados. O único banco grande era o BB, que respondia por quase 40% do mercado. Os empréstimos agrícolas eram realizados quase que exclusivamente pelo BB. A maior dificuldade era a administração, pois faltavam pessoas com especialização e o nível educacional da população era muito baixo. Em 1960-61, começaram a surgir as Sociedades de Crédito e Financiamento e as Sociedades de Investimento, as quais financiavam bens duráveis e semiduráveis como: automóveis e eletrodomésticos (SIQUEIRA, 2007, p. 136-138).

Até 1964, a legislação e a falta de estruturação e medidas de incentivo ao setor bancário impedia seu próprio crescimento, como comenta Vidigal (1981, p. 40):

O que, entretanto, não tem qualquer justificativa técnica é o fato de não se haver permitido também aos bancos comerciais armarem-se de instrumentos eficazes para disputar, com as outras instituições, a captação de recursos no mercado. [...] O que falta, porém, é **dar aos bancos comerciais a faculdade de emitir títulos negociáveis de médio prazo, libertando-os, assim, da sua atual função de administrar exclusivamente contas bancárias de rápida movimentação.** (VIDIGAL, 1981, p. 42, grifos nossos).

O golpe militar em 1964 marca o processo de modernização do sistema financeiro brasileiro, a partir da Lei 4.595 de 31 de dezembro de 1964, sob o comando de Octávio Gouvêa de Bulhões no ministério da Fazenda. Fazia-se necessário reorganizar o sistema financeiro, a fim de trazer mais credibilidade ao setor, em virtude das fragilidades financeiras, especialmente em épocas de crise, além das falcaturas que proliferavam no mercado financeiro (SIQUEIRA, 2007, p. 146).

Desse modo, merece destaque a criação de duas instituições: o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Central do Brasil assumiu as funções da Sumoc, incorporando a Carteira de Redescoto, a Camob e a Carteira de Câmbio do BB e teve novas atribuições: emissor de moeda, execução dos serviços de meio circulante, operações de redescoto, recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos – exceto do Banco do Brasil, depositário das reservas internacionais, entre outras. O Conselho Monetário Nacional assumiu o papel de formulador de política monetária, antes desempenhado pela Sumoc, e normalizador de todo o sistema financeiro. O CMN era

composto pelo Ministro da Fazenda, pelos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil e por seis representantes do setor privado nomeados pelo Presidente da República. O BCB é o órgão executor que “cumpre e faz cumprir” as determinações do CMN (SIQUEIRA, 2007, p. 146-147).

Como menciona Siqueira (2007), o Banco do Brasil manteve algumas funções praticamente até 1980: agente financeiro do Tesouro Nacional; principal executor dos serviços de compensação de cheques; arrecadador dos depósitos voluntários das instituições financeiras; executor do serviço da dívida pública consolidada; financiador do comércio exterior.

A reforma bancária de 1964, uma das reformas para a recuperação da economia brasileira por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), levou a especialização setorial⁹ dentro do sistema bancário, de acordo com o mercado de atuação e com o objetivo de desenvolver os setores habitacional e industrial, carentes de financiamento de longo prazo:

Em 1964, é promovida uma reforma financeira, na qual foram criados o Sistema Financeiro da Habitação (SFH); o Banco Nacional de Habitação (BNH); o Conselho Monetário Nacional (CMN); e o Banco Central do Brasil em substituição à Sumoc. São instituídos, ainda, em 1966, os bancos de investimento e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (CAMARGO, 2009, p.29).

O BNDE criado em 1952, adquiriu importância, segundo Goldsmith (1986) apenas durante a Quarta República e, a partir de meados dos anos de 1960, quando criou fundos especializados e as subsidiárias, incluindo-se a Mecânica Brasileira S.A (EMBRAMEC), a Financiamento e Participação (FIBASE), a Investimento Brasileiro S.A (IBRASA) para fornecimento de empréstimos de capital participativo às empresas privadas; a Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME), para financiamento à pequena e média empresa, e a Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME), para financiamento das compras e distribuição de maquinaria e veículos pesados. A partir de 1967, 13 dentre os então 27 estados e territórios incluindo-se o Distrito Federal, criaram seu próprio banco de desenvolvimento (GOLDSMITH, 1986).

⁹ Conforme Puga (1999 apud CAMARGO, 2009, p.30), a partir da segmentação, os bancos comerciais passaram a realizar somente operações de crédito de curto prazo, captando depósitos à vista. Os bancos de investimento e desenvolvimento passaram a ser responsáveis pelos empréstimos de longo prazo, a partir da captação de depósitos a prazo e de recursos no exterior. As sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) foram direcionadas ao crédito ao consumidor e aos empréstimos pessoais, captando letras de câmbio. As instituições do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), por sua vez, ficaram responsáveis pelo financiamento habitacional, para o qual eram utilizados recursos obtidos por meio de depósitos de poupança e de letras imobiliárias.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), organizado em 1964 e pertencente ao governo federal como um importante programa de habitação, assumiu uma posição de liderança no mercado brasileiro da casa própria, tornando-se um canalizador dos fundos do FGTS às instituições financeiras e particularmente às que se concentravam no crédito imobiliário (GOLDSMITH, 1986, p. 400).

Todas as três grandes organizações de previdência social consolidadas agora em atividade, o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Pensão Pública para funcionários (PASEP) e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços (FGTS), contribuições que podem ser retiradas em caso de desemprego ou para aquisição de casa própria, formação de empresa própria ou por herdeiros, iniciaram-se na década de 1960, apesar de que algumas pequenas organizações precedentes remontam à década de 40. [...] **Todas as três organizações funcionaram basicamente como canais de escoamento para o BNDES ou o BNH.** (GOLDSMITH, 1986, p. 405, grifos nossos).

Os métodos de financiamento da casa própria foram radicalmente mudados com a criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), instituição criada em agosto de 1964. O SFH operava por meio do Banco Nacional de Habitação, pertencente ao governo, e que atuava principalmente através das associações de poupança e empréstimos (APE), e das sociedades de crédito imobiliário (SCI), empresas particulares de âmbito regional, bem como através das antigas Caixas Econômicas Estaduais e a Federal e dos bancos comerciais. Para Goldsmith (1986, p. 458), “a principal fonte de fundos do BNH é o Fundo de Garantia (FGTS), enquanto a APE e a SCI recorrem basicamente aos depósitos das cadernetas de poupança, e no caso da SCI, também às letras imobiliárias.”

A concentração bancária, com a formação de bancos de grande porte, obtendo ganhos de escala em decorrência da redução de custos unitários, tornou-se a política do governo a partir de 1967 e durante os anos de 1970. Circulares limitavam autorizações para a abertura de novas agências. Os bancos perceberam que precisariam crescer, a única alternativa seria através de aquisições ou de fusões. O Decreto-Lei n.º 1.182, de 16 de julho de 1971, levou à criação da COFIE (Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas) para acompanhar os processos de concentração de empresas e bancos (SIQUEIRA, 2007, p. 149).

Dois bancos aproveitaram esse momento para incorporar mais instituições e se expandiram no mercado: o Banco Itaú e o Banco Bradesco. O Itaú incorpora o Federal de Crédito, o Sul Americano, o Banco da América, o Banco Aliança, o Banco Português do Brasil e o Banco União Comercial (SIQUEIRA, 2007).

O Banco Bradesco conseguia adaptar-se, rapidamente às mudanças na economia brasileira, através da compra de bancos e na expansão de agências em mercados crescentes

como em São Paulo e no norte do Paraná, foi o primeiro banco privado a oferecer o crédito agrícola, o risco de crédito era assumido pela ação dos gerentes. Com o intuito de aumentar a capitalização e ter acesso às linhas internacionais mais baratas, o Bradesco se associou ao *The Sanwa Bank* do Japão e a um conjunto de bancos europeus: a *Deutsch Bank* (alemão), ao ABN-AMRO (Holanda) e ao *Creditanstalt*, da Áustria, ao mesmo tempo em que o Bradesco acelerou o processo de compra de outros bancos ente 1965 a 1973 (SIQUEIRA, 2007, p. 157-162).

Assim, em 1970, os 40 maiores bancos comerciais privados detinham 4/5 dos ativos de todos os bancos comerciais: 15 instituições domésticos, 23 bancos domésticos privados e 2 bancos estrangeiros. Do total de empréstimos o Banespa, fornecia 16%, o maior banco privado (Bradesco) cerca de 7% e o maior banco estrangeiro, o Citibank, cerca de 6% (GOLDSMITH, 1986, p.384-388).

Em julho de 1964, foi lançado um título público com cláusula de correção monetária: as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN):

A inovação financeira mais importante da Quarta República foi à introdução, nos primeiros anos de sua existência, de um esquema de indexação de grande alcance, e de grandes proporções, de haveres e obrigações, incluindo-se a criação de sete novos tipos de títulos indexados, particularmente as obrigações a médio prazo do governo federal (ORTN). (GOLDSMITH, 1986, p. 406).

A Lei n.º 4.728 de 16 de julho de 1965 foi fundamental na reforma do mercado de capitais. Os objetivos foram estabelecer padrões de conduta para se aumentar a confiança do público no mercado; conceder incentivos para que as empresas abrissem seu capital; criar novas e fortalecer as instituições existentes. Assim, foram regulamentados os bancos de investimento e as corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SIQUEIRA, 2007, p. 173).

Conforme Vidigal (1981, p. 39), “com o lançamento das Letras, oriundas de uma transação financeira e não comercial, institui-se, no país, o aceite bancário, instrumento que teve, desde logo, plena aceitação no mercado”. A partir de 31 de março de 1964,

criaram-se novas instituições especializadas, como os bancos de investimento, as sociedades imobiliárias e as associações de poupança, com autorização para captar recursos mediante instrumentos específicos; e **ao mesmo tempo que se ampliava a área de atuação dos bancos oficiais, se autorizava a criação de novas instituições financeiras governamentais** e permitia-se a abertura de mais agências do Banco do Brasil. (VIDIGAL, 1981, p. 40-41, grifos nossos).

Na década de 1970 cresciam as financeiras, bancos de investimento e sociedades de crédito imobiliário. De acordo com Siqueira (2007), “a conglomeração fez com que a queda da participação dos bancos comerciais no conjunto do sistema financeiro não significasse uma perda de importância relativa dos grandes bancos.” Em 1975, cinco das dez maiores seguradoras faziam parte de conglomerados controlados por bancos comerciais. Em 1977, praticamente todos os grupos bancários possuíam uma empresa financeira. Em 1978, vinte e três dos trinta e oito bancos de investimentos eram ligados a bancos comerciais. (SIQUEIRA, 2007, p. 166).

Uma alternativa encontrada pelos bancos comerciais, em virtude da diferença entre a alta da inflação vigente e a taxa de juros cobrada nas operações de crédito em um nível bem menor, foi a utilização e a compra de instituições financeiras, levando à formação de grandes conglomerados financeiros:

Não teria cabimento à tese de que a estrutural ideal para o sistema privado brasileiro seria existir um único tipo de instituição, que exercesse todas as funções hoje atribuídas a distintas entidades especializadas. **Todavia, as sérias limitações impostas aos bancos comerciais no Brasil, durante longo tempo, foram muito além daquilo que poderia justificar-se em termo de uma política racional de especialização de instituições financeiras.** (VIDIGAL, 1981, p. 70, grifos nossos).

Na década de 1970 destaca-se o incentivo a formação de sociedades anônimas e de fundos de investimento. Em 7 de dezembro de 1976 através da Lei 6.385 a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) passa a regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Em 1979, é implantado o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), para realizar a custódia e a liquidação financeira das operações envolvendo títulos públicos. Em 1986, foi criada a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), empresa que se constituiu em um mercado de balcão organizado para registro e negociação de valores mobiliários de renda fixa (CAMARGO, 2009, p. 31-32).

2.3. A REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA DAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

O cenário econômico nos anos de 1980 foi caracterizado pelo impacto do segundo choque do petróleo em 1979, pela elevação da taxa de juros internacionais, pelo aumento da inflação doméstica, pela recessão econômica, pelo aumento da dívida pública, pela moratória da dívida mexicana de 1982, entre outros. No Brasil, a instabilidade político-econômica levou

à formulação de planos econômicos que visavam o controle inflacionário, destacando-se o Plano Cruzado (1986); o Plano Bresser (1987); e o Plano Verão (1989).

Por outro lado, esse contexto foi extremamente favorável aos bancos, pois o custo do dinheiro subiu muito no mercado interno, em decorrência da redução de empréstimos externos.

Nessa situação, os bancos comerciais iniciaram uma frenética expansão em busca do aumento nos depósitos à vista e novos clientes. As corretoras se alavancaram enormemente no mercado de dívida pública, com a complacência do Banco Central, que precisava, cada vez mais aumentar a colocação de dívida pública. Os bancos de investimento, assim como os estrangeiros, por sua vez, procuravam resolver os problemas cambiais dos seus clientes com arbitragens e soluções criativas que mantivessem um canal aberto para o mercado financeiro internacional. (SIQUEIRA, 2007, p. 188, grifos nossos).

Aproveitando-se do contexto, o Bradesco ampliou sua rede de agências num ritmo acelerado, além de ter sido o primeiro banco a usar um computador e desenvolver o cartão magnético, que ofereceu aos clientes a possibilidade de realizar transações financeiras pelo sistema instantâneo. O Itaú expandiu sua rede, por meio de fusões e aquisições e contava com 1.027 agências e 87.473 funcionários em 1985, bem como implantou o banco eletrônico, com investimentos em automação e marketing. O Banco do Brasil possuía um *float* gigantesco, apoiado na imagem de segurança e eficiência, ancorado nas contas governamentais, de um banco com cobertura nacional, tinha disponível a melhor mão-de-obra bancária do País. Os bancos, Nacional, Bamerindus e Econômico, da mesma forma que o Bradesco, abriram muitas agências sem medir os custos (SIQUEIRA, 2007, p. 189-193).

Logo após a moratória, os bancos brasileiros não tinham acesso a linhas externas de crédito. Os bancos estrangeiros aproveitaram a oportunidade para comprarem o direito ao câmbio de exportações futuras, assim captavam recursos no exterior a um custo relativamente baixo, financiando no Brasil, ao custo da moeda local, de tal modo que o *spread* no decorrer da década de 1980 foi ficando imenso. As negociações financeiras internacionais revelavam um verdadeiro oligopólio de bancos estrangeiros. Destacam-se as operações financeiras do Eximbank (*Export-Import Bank*). (SIQUEIRA, 2007, p. 134).

Camargo (2009) mostra como a década de 1980 caracteriza-se pela retração do crescimento econômico brasileiro e pela elevação gradativa da inflação, de tal modo que o BNDES passou a ser o apoiador financeiro das empresas em meio à crise econômica. Em 1983 surge a Compensação Nacional e o BNH é incorporado à Caixa Econômica Federal, sendo a função normativa do SFH assumida pelo CMN.

Para Goldsmith (1986), o sistema financeiro habitacional, cuja fundação e rápida expansão havia sido uma das principais características do desenvolvimento financeiro da

década de 1970, continuou a crescer rapidamente, porém entre 1981 e 1982 e a partir daí passou a enfrentar dificuldades sérias e crescentes:

Os fundos disponíveis para o Banco Nacional da Habitação, em parte concedidos diretamente, e em parte a outras instituições financeiras para reempréstimos, atingiram cerca de $\frac{3}{4}$ do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, enquanto que os de outros emprestadores foram principalmente fornecidos pelos depósitos de poupança indexados. **O sistema, em especial o Banco Nacional do Desenvolvimento, foi colocado em situação difícil a partir de 1983**, quando o fluxo de depósitos do FGTS foi reduzido drasticamente, como resultado da redução do número de empregados e das crescentes retiradas do fundo por participantes, atingidos pela depressão, e também das dificuldades por parte de muitos tomadores em manter seus pagamentos de juros e amortizações. (GOLDSMITH, 1986, p. 535-536, grifos nossos).

De acordo com o BCB (2015), as instituições financeiras estão divididas entre *instituições bancárias*, que tem a capacidade de criar moeda – bancos comerciais, caixas econômicas, cooperativas de crédito e bancos múltiplos – e as demais são as *instituições não-bancárias*, com ênfase nos bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimos, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e corretoras de câmbio e de títulos e valores mobiliários.

Em setembro de 1988, por meio da Resolução 1.524 do CMN, foi realizada uma nova reforma bancária no Brasil, com destaque para a desregulamentação do sistema financeiro e extinção da exigência da carta-patente para a criação dos bancos múltiplos, ou seja, “com as características de se constituírem como instituições mistas, podendo por meio da criação de carteiras, operar nas diversas áreas onde atuam as instituições singulares.” (BCB, 2015).

Havia incentivos para que as instituições financeiras adotassem a forma de bancos múltiplos, pois teriam acesso ao mercado interbancário e ao redesconto, levaria à ampliação das fontes de captação e das opções de aplicações, reduzindo os riscos decorrentes da especialização e maiores possibilidades com ganhos inflacionários. De acordo com Camargo (2009), os bancos múltiplos possibilitaram a formação de grandes conglomerados financeiros internacionais. Deve-se destacar o Banco Votorantim, transformado em banco múltiplo a partir de uma distribuidora do conglomerado de empresas não financeiras (SIQUEIRA, 2007, p. 218-219).

Em 1988, surgem importantes resoluções¹⁰ que marcam a reforma bancária deste ano: a) o Banco Central introduziu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), que tornou possível a unificação das instituições financeiras em um mesmo plano contábil; b) a Resolução 1.524, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi aprovada, criando os chamados bancos múltiplos, que passariam a operar no mínimo em duas e no máximo em quatro das funções: bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimo; c) a nova Constituição federal, de 1988, especialmente em seu artigo 192 trouxe a separação das instituições bancárias das não-bancárias (estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização). A atuação do Banco Central era socorrer as instituições, em caráter emergencial, com os recursos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). (PUGA, 1999, p. 9-10).

Os Planos Collor I e II, em 1990, foram mais uma tentativa de combate à inflação através de um choque com o congelamento de preços e salários. Além disso, os saldos em contas remuneradas foram confiscados a fim de promover uma série de privatizações no setor público.

O Plano Real adotado em 1994 marca uma ruptura ao processo inflacionário, afetando diretamente os ganhos inflacionários que os bancos obtinham. Além disso, houve aumento do recolhimento de compulsório sobre depósito à vista, aumento das taxas de juros e restrições ao crédito. Além disso, o Governo instituiu em 1995, um seguro de depósito bancário, por meio da criação do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), para evitar perdas dos pequenos depositantes, tal qual garantia os depósitos até o limite de R\$ 20 mil, sendo que em 2006 o limite de proteção passou para R\$ 50 mil.

No início dos anos de 1990, a possibilidade de quebra de bancos múltiplos levou a um clima de desconfiança e de fuga de depósitos para bancos considerados seguros: instituições federais, dois conglomerados privados (Itaú e Bradesco) e bancos estrangeiros (SIQUEIRA, 2007, p. 233).

Diante deste cenário, foi realizada uma reestruturação bancária a partir de 1995, com destaque para a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e Financiamento (PROER) e do Programa de Estímulo à Redução do Setor Público (PROES) em 1996, além do intenso processo de fusões e aquisições, comandado especialmente pelo Itaú e pelo Bradesco. O PROER foi implantado em 1995 e permaneceu até 2001, com duas medidas importantes:

¹⁰ A Resolução 1289 (Março/1987) do Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a constituição de Sociedades, Fundos e Carteiras de Investimentos voltados para a compra de ações e debêntures no mercado brasileiro. Criação do Anexo IV no governo Collor (HERMANN, 2010, p. 260).

permitiu que as instituições financeiras que apresentavam dificuldades fossem capitalizadas ou incorporadas por outras e autorizou ao Banco Central proceder à cisão da “parte boa” de um banco que era transferida da “parte ruim” que era liquidada. Muitos bancos quebraram como o Banco Econômico, em 1996. Outros, como o Banco do Brasil foram socorridos pelo Banco Central. Já o PROES foi criado por meio da Medida Provisória 1.514, em 1996 para financiar o saneamento dos bancos públicos, preparando-o para posterior privatização, extinção ou transformações da agência de fomento. Das intervenções, sobressaem a intervenção no Banespa e no Banerj:

Dos bancos privatizados, quatro foram adquiridos pelo Itaú: Banerj, Banestado, Bemge e BEG, dois pelo Bradesco e dois pelo ABN AMRO. O Credireal foi adquirido pelo BCN, que mais tarde foi incorporado pelo Bradesco. O espanhol Santander ficou com o Banespa, tendo em 2006, após uma reestruturação interna, mudado seu nome, no Brasil, para Santander Banespa. (SIQUEIRA, 2007, p. 235).

Na década de 1990, destacam-se a criação do Comitê de Política Monetária (Copom) em 1996 para estabelecer as diretrizes da política monetária, principalmente definir a meta da taxa Selic; o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e da Central de Risco de Crédito mantida pelo Banco Central do Brasil; a introdução do câmbio livre e do *sistema de metas* para inflação em 1999, e a introdução da cédula de crédito bancário em 2001 (CAMARGO, 2009, p.33).

Com o advento do Plano Real, o Governo acreditava que a entrada de bancos estrangeiros aumentaria a competitividade no setor e ajudaria a sanar o sistema bancário, dessa forma, destacam-se cinco bancos estrangeiros: o HSBC que incorpora o Bamerindus em 1997; o ABN AMRO que já atuava no país e adquire o Banco Real 1998; o Santander que compra o Banespa em 2000 e os bancos suíços que são líderes no mercado de bancos de investimento – Credit Suisse e UBS (*Union Bank of Switzerland*). (SIQUEIRA, 2007, p. 270).

As intervenções do Banco Central em bancos, corretoras, distribuidoras, empresas de leasing, financeiras e outras, bem como as fusões e aquisições entre as instituições continuaram no período pós-Plano Real, principalmente entre 1994 e 2006. Enquanto a crise financeira global de 2008 leva a uma importante mudança na regulação bancária internacional. Dessa forma, a liberalização financeira e as transformações decorridas da estabilidade macroeconômica brasileira a partir de 1994 serão aprofundadas nos capítulos III e IV e os impactos da crise de 2008 no sistema bancário brasileiro no capítulo V.

CAPÍTULO III – A INSTABILIDADE MACROECONÔMICA E OS MOTIVOS QUE LEVARAM À REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIA NA DÉCADA DE 1990

A década de 1980 é marcada pelo desequilíbrio macroeconômico. No contexto internacional, o segundo choque do petróleo, em 1979, e a súbita elevação das taxas de juros internacionais provocaram o aumento da inflação, aprofundando os déficits externos. Segundo Carneiro e Modiano (1992), a situação se agravou com a dificuldade de renovação dos empréstimos internacionais, levando a moratória da dívida do México, em 1982, e do Brasil, em 1987. Assim, o governo para financiar o seu déficit, emitiu ainda mais títulos da dívida pública.

Nessa situação de inflação crescente, o *float*¹¹ do dinheiro dos clientes em depósitos à vista aplicados em títulos da dívida pública permitiriam um ganho extraordinário, à medida que a inflação e os juros subissem. **Essa conjuntura perdurou de 1980 até o Plano Cruzado, que foi a primeira tentativa séria de combate à inflação.** (SIQUEIRA, 2007, p. 188, grifos nossos).

No âmbito interno, o foco do governo era o controle da inflação. Para Castro (2011), a dificuldade decorria do caráter inercial¹² da inflação, isto é, das cláusulas de indexação que a perpetuavam ao longo do tempo. Os programas de estabilização para a economia brasileira levaram ao congelamento de preços e salários, às mudanças de padrão monetário nacional e políticas monetárias e fiscais restritivas, como: restrição ao crédito, aumento da taxa de juros e dos impostos, contenção de despesas públicas.

Nos anos de 1990, evidencia-se a liberalização do sistema produtivo e financeiro internacional, bem com a estabilização macroeconômica brasileira. Neste capítulo serão abordados: o contexto internacional, a estabilidade macroeconômica brasileira e o setor bancário no Brasil durante a primeira metade da década de 1990.

3.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL

¹¹ Para Carvalho (p.5, 2003): “Além dos ganhos inflacionários, a taxa de aplicação dos recursos não remunerados inclui também os ganhos de *float*, presentes mesmo com inflação zero. Trata-se do rendimento adicional gerado pelos recursos não remunerados ao serem aplicados pelas mesmas taxas das diversas operações ativas dos bancos.”.

¹² “A generalização do entendimento do caráter inercial da inflação suscitou o aparecimento de sugestões de políticas visando à redução do nível de indexação da economia brasileira. **Dentre as mais ousadas destacaram-se as propostas de ‘moeda indexada’ de Arida e Resende (1985) e do ‘choque heterodoxo’ de Lopes (1984).**” (CARNEIRO; MODIANO, 1992, p.340, grifos nossos). Além do “choque heterodoxo” e da “moeda indexada”, existiam a proposta do “Pacto Social” e do “choque ortodoxo”. Veja mais em: CASTRO, 2011, p. 102.

3.1.1 A liberalização financeira e o Consenso de Washington

A globalização é um aprofundamento do processo de internacionalização, concentração e centralização do capital. A “mundialização do capital” se materializa nos fluxos financeiros como uma tendência inexorável dessa nova base técnica que emerge neste final de século. As grandes empresas transnacionais e oligopolistas aumentam seu peso relativo na economia globalizada, acelerando os processos de fusões e incorporações de empresas locais. Há uma centralização financeira e tecnológica, no interior mesmo das grandes corporações, acompanhada por uma estratégia de regionalização produtiva e comercial. (MERCADANTE, 1998, p. 133, grifos nossos).

A globalização financeira levou a desregulamentação ou liberalização financeira em vários países; ao aumento da concorrência; ao surgimento de inovações financeiras; a criação de mecanismos de proteção individuais (derivativos), além da interdependência dos mercados. De acordo com Minella (2002), como consequência surge à hegemonia de determinados grupos financeiros (empresas que atuam no setor financeiro e não-financeiro), pois Estados e empresas estão sujeitos à disponibilidade de capitais, na qual os bancos ofertam. O financiamento do Estado através de títulos públicos também obedece esta mesma lógica: os prazos, as garantias e as taxas estão condicionados aquilo que as instituições estão dispostas a aceitar.¹³

Hermann (2010) explica que a década de 1990 leva: a desregulamentação do setor financeiro com a criação de “bancos universais” e a ampliação do grau de abertura do mercado. Para a autora:

um modelo de liberalização financeira “completo” deveria apoiar-se em três linhas de política econômica: a) liberalização financeira e comercial; b) ajuste fiscal (incluindo privatizações), visando ao alcance e manutenção de orçamentos equilibrados; c) estabilização de preços e posterior manutenção da estabilidade como princípio norteador da política macroeconômica de curto prazo. (HERMANN, 2010, p. 258).

Diante desta globalização, os Estados Nacionais perdem poder relativo frente a organismos supranacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, e Organização Mundial do Comércio (OMC), levando a um novo contexto de soberania nacional limitada. As políticas macroeconômicas nacionais ficam, então; limitadas aos interesses do sistema financeiro internacional globalizado: “[...] A imposição da agenda

¹³ Esta hegemonia financeira tem suas bases em quatro fontes: a) a universalidade do capital como recurso; b) o papel único do capital como mercadoria (diferentemente de outros recursos negociados pelas empresas, o capital financeiro é trocado por ele mesmo); c) o fato de que as empresas não financeiras e governos buscam capital frequentemente, abordando um conjunto dos principais bancos que regularmente coordenam suas atividades; d) a urgência do relacionamento: sem capital, as empresas podem ver-se diante da possibilidade de falência (MINELLA, 2002, p.7).

neoliberal promove uma globalização assimétrica, vulnerabiliza as economias subdesenvolvidas frente ao capital financeiro e ao comércio internacional.” (MERCADANTE, 1998, p. 134).

O Consenso de Washington aconteceu, em novembro de 1989, na capital dos EUA, na presença de organismos financeiros internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de proceder uma avaliação de reformas econômicas nos países latino-americanos (BATISTA, 1994, p.5). De acordo com Tinti e Abdulmacih (p. 89, 2007): “Consistia em um conjunto de políticas que deveriam ser adotadas pelas economias latino-americanas, julgadas adequadas para a retomada do crescimento, redução do nível de endividamento público e combate à inflação.”.

Para Batista (p. 6, 1994): “Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral.”. O diagnóstico neoliberal apresentava a visão economicista dos problemas latino-americanos com o *slogan*: “modernização pelo mercado”, de acordo com esta concepção, o Estado não teria mais condições de exercer as políticas monetárias e fiscais. As reformas sociais e políticas aconteceriam em decorrência à liberalização econômica: “Para o Consenso de Washington, a sequência preferível pareceria ser, em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois.” (BATISTA, 1994, p. 11).

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas - a alta dos preços do petróleo, a alta das taxas internacionais de juros, a deterioração dos termos de intercâmbio - e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. **Assim, a solução residiria em reformas neoliberais apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas.** (BATISTA, 1994, p.7, grifos nossos).

Dentre os preceitos neoliberais do Consenso de Washington estavam: a desmoralização do modelo econômico desenvolvimento pela CEPAL¹⁴ (MSI) e a ostensiva aceitação de dependência aos EUA (*Pax Americana*), por exemplo, a adesão do México ao

¹⁴ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi fundada em 1984, para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Liderada por Raul Prebisch, Celso Furtado, entre outros, defendiam que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

NAFTA e a dolarização da Argentina (BATISTA, 1994, p. 8-9). Dependência também aos organismos internacionais: com a renegociação da dívida externa por meio do Plano Brady, em 1988, e os vários acordos com o FMI, faz com que o Brasil perdesse a execução da própria política macroeconômica interna (BATISTA, 1994, p.13-18).

Este encontro estabeleceu dez propostas¹⁵: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira e juros de mercado; regime cambial (taxas de câmbio competitivas); liberalização comercial; investimento direto estrangeiro com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulação de leis econômicas e trabalhistas; e direito à propriedade intelectual.

As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. **Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.** (BATISTA, 1994, p. 18 grifos nossos).

Segundo Mercadante (1998), a necessidade de estabilização macroeconômica, na América Latina estava inspirado no ideário neoliberal e é indissociável da agenda proposta pelo chamado Consenso de Washington:

Abertura comercial completa, desregulamentação geral da economia, reconhecimento irrestrito de patentes, privatizações, Estado mínimo com a desarticulação dos mecanismos de apoio ao crescimento e regulação econômica, flexibilização dos direitos trabalhistas sempre orientados para estabelecer a primazia absoluta do mercado. Esse processo é acompanhado pela ofensiva ideológica de inevitabilidade das “reformas”, “modernização” e “globalização” como parte do “pensamento único” construído na pretensa racionalidade do mercado. (MERCADANTE, 1998, p. 131-132).

Na América Latina, o ajuste neoliberal ocupa o lugar após a crise do modelo de substituição de importações, baseado no modelo cepalino de crescimento “para dentro”, com forte incentivos fiscais e financeiros à indústria nascente pelo setor produtivo estatal. Esse padrão de financiamentos e investimentos enfraquece com o endividamento externo e interno dos processos inflacionários. O discurso do nacional-populista perde espaço à hegemonia neoliberal pautada pela abertura econômica e pelo estado mínimo (MERCADANTE, p. 135-137, 1998). Para Mercadante (1998), o neoliberalismo no Brasil é considerado tardio, porquanto as reformas liberais já tinham sido implantadas em alguns países da América

¹⁵ Para mais informações sobre a discussão do Consenso de Washington, ver: BASTISTA, 1994.

Latina como: Venezuela, Equador e México, e o modelo já revelava o seu fracasso e esgotamento nesses mesmos países.

3.1.2 Os Acordos de Basileia I e II

O Comitê de Basileia foi instituído, em 1975, com o Comitê de Governadores dos Bancos Centrais do G-10 (grupo de dez países mais desenvolvidos - Alemanha, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos de América, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido, Suécia e Suíça), a fim de criar regras de controle das operações bancárias. Também foram elaborados, 25 princípios essenciais da Basileia, junto com países não-membros do G-10, para garantir um sistema de supervisão eficaz (FURTADO, 2005, p. 20). De acordo com Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003), uma mudança institucional importante foi à demanda por parte do BIS (*Bank for International Settlements* - Acordo de Basileia) por sistemas financeiros nacionais cada vez mais protegidos.

Se os desdobramentos normativos, por um lado, buscam a flexibilidade no que tange à conduta estratégica dos bancos, por outro, tornaram-se, **após a celebração do Acordo da Basileia, mais exigentes na adequação de capital e busca de transparência e auto-regulação das atividades bancárias**. Em todos os países, por força daquele acordo, exige-se que os bancos tenham um capital próprio mínimo de 8% dos ativos ou passivos. (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003, p. 130, grifos nossos).

Arienti (p. 586, 2007) revela que o objetivo do Acordo foi “fixar um padrão comum na forma de determinação do capital dos bancos, visando reduzir as diferenças entre as normas aplicáveis às instituições financeiras dos diversos países”, padronizando o conceito de capital, estabelecendo os requerimentos mínimos para a capitalização dos bancos. Dessa forma, os bancos nacionais precisam dispor um nível de capital compatível com o volume de suas operações ativas, ou seja, que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) dos bancos seja igual ou superior ao Patrimônio Líquido Exigível (PLE). (ARIENTI, 2007, p. 586-587).

Para Carvalho e Santos (p.1, s.d.): “a sofisticação das atividades bancárias, a reboque da globalização das economias, trouxe uma dinamicidade ao setor financeiro”. Bem como, levou a uma maior exposição ao risco. Desse modo, as crises financeiras serviram como pano de fundo aos marcos de regulação, que buscaram livrar o sistema dos efeitos de contaminação e promover um ambiente de gestão eficiente. Neste cenário, estabelecem as regras prudenciais de gestão financeira mundial (CARVALHO; SANTOS, s.d., p. 1).

Então, o Comitê de Basileia, em 1988, elaborou um Acordo de Capital¹⁶, por meio de um conjunto de diretrizes, para adequação de capital dos bancos e também padronizar o sistema bancário internacional, minimizando desigualdades competitivas entre os bancos.

O objetivo do Acordo foi fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário, evitar o chamado “efeito dominó”, por meio da recomendação para os bancos constituírem um capital mínimo, de forma a minimizar os riscos de insolvência das instituições bancárias, e que fosse suficiente para fazer frente a boa parte das ocorrências com materialização de perdas. (CARVALHO; SANTOS, s.d., p. 1).

O Comitê definiu uma medida comum de solvência, que cobria o risco de crédito, com adequação de capital igual à no mínimo 8% dos ativos do banco, ponderados pelo risco de cada ativo¹⁷, com pesos de 0%, 20%, 50% ou 100%. Os ativos considerados seguros, como títulos do governo, tinham peso de risco de 0%, enquanto empréstimos ao setor privado apresentavam a ponderação de 100%. Este capital mínimo serviria como um amortecedor de perdas (queda do valor dos ativos ou aumento de custos operacionais), minimizando o risco de insolvência. Entre as principais críticas do Acordo foi considerar apenas o risco de crédito, logo o risco de mercado somente é incorporado ao Acordo, em 1996 (FURTADO, 2005, p. 26-30).

As medidas sugeridas no Acordo de Basileia foram implementadas, em 1992. No Brasil, a implantação surge, a partir da Resolução nº. 2.099 do Banco Central do Brasil, em agosto de 1994, estabelecendo limites mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido Exigido (PLE), por meio dessa Resolução foi determinado que nenhum banco poderia operar com um capital mínimo a R\$ 7 milhões. Segundo Furtado (2005), a Resolução vem limitar a capacidade de alavancagem dos bancos. O percentual mínimo de 8% de capital sobre os créditos concedidos ponderados pelo risco passou para 10% (Resolução nº. 2399 em Junho de 1997) e depois para 11% (Circular nº. 2.784 em Novembro de 1997), onde está até hoje (FURTADO, 2005, p. 32).

Em 2004, foi publicado o Acordo de Basileia II, recomendando a adoção de práticas de administração de riscos mais sólidas pelo setor bancário, não sustentadas simplesmente na

¹⁶ Para maiores informações sobre o Acordo de Basileia I e II ver: Furtado (2005) e Andrade (2014).

¹⁷ O risco nulo (fator de ponderação 0%) refere-se aos títulos públicos federais e as reservas em moeda estrangeira depositadas no Banco Central; o risco reduzido (fator de ponderação 20%), por exemplo, são aplicações em ouro; o risco moderado (fator de ponderação 50%) é atribuído aos títulos estaduais e municipais e o risco normal (fator de ponderação de 100%) corresponde às operações de empréstimos e financiamento, aplicações em ações, debêntures, operações vinculadas a bolsas de valores. Na prática, o que passou a ocorrer é que, para cada R\$ 100,00 que os bancos estejam dispostos a aplicar em créditos, eles precisam ter R\$ 8,00 de capital. Contudo, para uma aplicação de R\$ 100,00 em títulos do Governo Federal, não é necessário nenhum comprometimento do seu patrimônio (ARIENTI, 2007, p.587).

determinação de capital. Além de incluir as noções de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional (CARVALHO; SANTOS, s.d., p.2). O Novo Acordo muda a estrutura normativa do SFN, no Brasil, e apresenta maior relevância nos modelos internos que buscam mitigar riscos. Está amparado em três pilares:

Primeiro Pilar – Exigência de Capital Mínimo: a partir de medidores de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional;

Segundo Pilar – Processo de Revisão e Supervisão: os Supervisores são responsáveis por avaliar a adequação do capital econômico aos riscos incorridos pelos bancos; sob a ótica das instituições financeiras, significa a adoção de práticas de gerenciamento com ampla aceitação e utilização pelos participantes do mercado.

Terceiro Pilar – Disciplina de Mercado: preconiza a divulgação de informações sobre os riscos e gestão por parte dos participantes do sistema bancário. (CARVALHO; SANTOS, s.d., p.4-5, grifos do autor).

3.1.3 A internacionalização bancária

Camargo (2009) distingue a consolidação bancária nos países desenvolvidos (Estados Unidos, União Europeia e Japão) dos países em desenvolvimento (Ásia, América Latina e Europa Oriental). Nos primeiros, a consolidação bancária teve como objetivo principal o aumento da eficiência ou do poder de mercado, como uma resposta à desregulamentação e à maior competição nos mercados internos, a pressão partiu da dinâmica concorrencial das próprias instituições financeiras e foi conduzida pelo mercado. Enquanto nos segundos representou, sobretudo, uma maneira de resolver crises financeiras, foram frequentes os processos de fusão e aquisição com instituições estrangeiras, a fim de atrair os fluxos de capitais, houve pressão de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e a consolidação bancária foi dirigida, essencialmente, pelo governo (CAMARGO, 2009, p. 17-18).

Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003) apresentam uma série de argumentos, dentro da literatura, favoráveis à liberalização e desregulamentação nos diferentes mercados bancários nacionais com a entrada de bancos estrangeiros: a) ampliação na qualidade de oferta de serviços financeiros com inovações tecnológicas; b) desenvolvimento de um sistema de regulação e de supervisão bancário mais sólido, transparente e rigoroso dentro de um padrão internacional, pressionando os governos a adotarem políticas fiscais e monetárias estáveis; c) maior acesso ao fluxo de capital internacional, levando a oferta de crédito menos sensível a instabilidade dos ciclos macroeconômicos domésticos; d) redução de *spreads* e custos bancários para os tomadores, devido à intensificação da concorrência; e) setor financeiro mais

dinâmico e eficiente sobre o crescimento econômico (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003, p. 107-109).

Além disso, havia uma pressão das instituições financeiras multilaterais e de algumas instituições governamentais para que os governos nacionais aceitassem a presença de bancos estrangeiros. **O argumento era que a entrada de bancos estrangeiros poderia aumentar a eficiência operacional do sistema financeiro doméstico e torná-lo mais sólido**, podendo contribuir, adicionalmente, para tornar o mercado financeiro doméstico mais estável e para a estabilidade do balanço de pagamentos. (CAMARGO, 2009, p. 14, grifos nossos).

Enquanto os principais fatores de repulsão que impulsionaram a internacionalização bancária, basicamente, referem-se: à saturação dos mercados dos países desenvolvidos; a expectativa de obtenção de maiores taxas de retornos no exterior; a regulamentação doméstica sobre o setor com critérios prudenciais muito rígidos incentivando a criação de subsidiárias em outros países; a arbitragem da taxa de retorno entre diferentes taxas de juros dos países de origem e de destino aumentando a intermediação financeira (CAMARGO, 2009, p. 16-17).

Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003) ainda alertam para os efeitos negativos de uma liberalização bancária: a) formação de instituições de grande porte aumenta possibilidade de risco sistêmico; b) dificuldade de transferência de tecnologia e *know-how*; c) riscos de crises financeiras; d) mercados bancário-financeiros mais concentrados são desfavoráveis aos pequenos clientes, pois as taxas pagas sobre aplicações podem ser menores e o custo de empréstimos maiores, em virtude da concentração de mercado (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003, p.110-113).

Ademais, como ampla parcela dos processos de fusões e aquisições ocorrem sob o “guarda-chuva” de uma instituição bancária, formando grandes conglomerados provedores de serviços financeiros, cresce a possibilidade de setores tradicionalmente não protegidos pelas redes de segurança governamental (seguros, planos de saúde e de previdência, financeiras *etc.*) contaminarem as atividades bancárias dos conglomerados. (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003, p. 110).

Conforme Vasconcelos, Strachman e Fucidji (2003) para estimar os impactos da concentração bancário-financeira, é necessário verificar, primeiramente, se há o aumento de eficiência das instituições e segundo, se tais ganhos de eficiência são repassados aos potenciais usuários. Também é preciso analisar os diferentes impactos do mercado de atacado e de varejo. O mercado atacadista (clientes corporativos e de grandes fortunas) é favorecido pela desregulamentação, enquanto instituições de menor porte buscarão o atendimento a

clientes menores. Para os autores, não se pode fazer uma conclusão generalizada, cada caso de fusão ou aquisição apresenta suas particularidades e deve ser estudado.

Portanto, para avaliar os resultados da concentração bancário-financeira, é preciso considerar dois fatores: **primeiramente, se houve aumento de eficiência das novas instituições consolidadas; segundo, se esses ganhos de eficiência tendem a ser repassados, pela redução de preços ou de oferta de novos serviços, aos clientes potenciais.** Para que essa segunda condição se verifique, é necessário que a concorrência no setor se intensifique, tanto em relação ao mercado de varejo quanto em relação ao mercado de atacado. (CAMARGO, 2009, p. 20, grifos nossos).

Como já mencionado, a concentração bancária pode dificultar o acesso ao crédito de pequenos agentes econômicos, não reduzir o custo de capital às grandes empresas, prejudicando o crescimento econômico de um país. Por outro lado, dado os ganhos de escala e escopo, os bancos conseguiriam reduzir os custos operacionais, diminuindo os *spreads*, melhorando as condições de crédito e a remuneração de depósitos para os clientes com redução no risco esperado de operações financeiras. Na prática, verificou-se que a ampliação da concorrência com os bancos estrangeiros não levou a redução dos *spreads*, nos países em desenvolvimento, o número de instituições bancárias reduziu, aumentando a concentração do setor, além disso, caiu o número de trabalhadores, principalmente pelos avanços tecnológicos.

Todavia, tais reduções [*spreads*] verificaram-se nos países desenvolvidos, mas não foram observadas nos mercados de países em desenvolvimento. Isto deixa transparecer que nestes países ou a liberalização do setor não atingiu uma magnitude semelhante à dos países desenvolvidos, ou que ela, por enquanto, parece não ter sido acompanhada de medidas capazes de intensificarem a concorrência entre os agentes financeiros ou a contestabilidade do mercado doméstico. (VASCONCELOS; STRACHMAN; FUCIDJI, 2003, p. 121-122).

Camargo (p.21, 2009) afirma que no caso do Brasil, a entrada de bancos estrangeiros não trouxe nenhuma melhoria em termos de eficiência e de características operacionais: “Ademais, os avanços tecnológicos foram introduzidos mais intensamente por bancos nacionais do que por bancos estrangeiros.”. Hermann (p. 285, 2010) destaca também que “Os indicadores relativos ao crédito bancário demonstram claramente a fraqueza (ou fracasso) da política de liberalização como impulso ao crédito de longo prazo no Brasil.”.

A tese de que as instituições financeiras brasileiras seriam ineficientes em relação às instituições estrangeiras foi utilizada como principal justificativa à proposta de abertura do setor aos bancos estrangeiros. Entretanto, como visto nos itens anteriores, as instituições financeiras que entraram no Brasil, a partir de 1995, adotaram padrões de comportamento similares e até inferiores aos padrões das instituições nacionais. Esses bancos se adaptaram às condições de operação do mercado brasileiro, não representando uma ameaça competitiva aos líderes

estabelecidos. Também contrariando as expectativas, o custo do capital, que é determinado, entre outros fatores, pela taxa básica de juros, a taxa Selic, e pelo *spread* fixado pelos bancos, manteve-se excessivamente elevado¹⁸. (CAMARGO, 2009, p.23-24).

3.2 A ESTABILIDADE MACROECONÔMICA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990

Conforme indica Camargo (2009),

A década de 90 é, assim, caracterizada por um período de ampla abertura financeira, com **inflexão** do modelo de desenvolvimento seguido até então, sustentado sobre o **financiamento público** e o **autofinanciamento** [!]. (CAMARGO, 2009, p.36, grifos nossos).

3.2.1 As primeiras medidas dos Planos Collor I e II

Em 1990, o primeiro presidente, Fernando Collor de Mello, é eleito pelo voto direto desde 1961. Castro (p.132, 2011) enfatiza: “As reformas propostas por Collor, de fato, introduziram uma ruptura com o modelo brasileiro de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária.”. O modelo de industrialização brasileira baseada na substituição de importações (MSI) com participação direta do Estado no suprimento de infraestrutura (siderurgia, mineração e petroquímica); barreiras tarifárias e não tarifárias de proteção à indústria nacional e fornecimento de crédito para implantação de novos projetos; durante o Governo Collor, dá lugar à privatização e abertura econômica ao comércio exterior, conhecida como a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). O Plano Nacional de Desestatização (PND) foi considerado prioritário para redesenhar o parque industrial, consolidar a estabilidade e reduzir a dívida pública.¹⁹.

Mercadante (1998) destaca que o governo de Collor e, em seguida, o de Fernando Henrique Cardoso optaram pela “inserção subordinada do Brasil a nova (des)ordem internacional” rompendo com um ciclo de instabilidade político-econômica da década de 80, portanto, consolidando um projeto neoliberal, com mudanças profundas no Estado e na sociedade. O primeiro passo foi à criação de um Programa Federal de Desregulamentação

¹⁸ O setor bancário segue uma estrutura de mercado imperfeita com grau de razoável de concorrência. Os elevados *spreads* podem ser explicados: informação assimétrica, fidelização de clientes, custos de transferências, rendas informacionais, risco moral e seleção adversa (CAMARGO, 2009, p. 25-26).

¹⁹ Nos governos Fernando Collor e Itamar Franco (1990-94), foram privatizadas 33 empresas federais (as empresas estaduais só entraram no programa posteriormente). Os principais setores foram o de siderurgia, petroquímica e fertilizantes. O total de receitas obtido foi de US\$8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$3,3 bilhões em dívidas (CASTRO, 2011, p.137).

(PFD) em 1990, em seguida, o Programa Nacional de Desestatização (PND) criado pelo Presidente Collor. No que tange à abertura comercial, foram eliminadas as restrições administrativas, as sobretaxas de importação e a maioria das barreiras não-tarifárias (TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.94-95).

O Plano Collor I foi instituído em 1990. Para os autores deste plano, apenas um choque conseguiria levar à estabilidade econômica. A base central era a drástica redução da moeda em circulação:

Abandonaram a ideia de tratamento gradual da inflação. O Plano Collor optou por bloquear 70% dos ativos financeiros do setor privado, congelando os preços, passando o câmbio a ser flutuante, criando nova moeda, o cruzeiro, para a qual foram imediatamente convertidos os 30% dos ativos financeiros liberados. Os cruzados novos bloqueados poderiam ser usados para o pagamento de dívidas passadas e seriam devolvidos após 18 meses em prestações, com correção monetária e juros de 6% ao ano. **O Plano Collor foi de uma violência inaudita, empurrado de cima para baixo, desestruturando empresas e pessoas, desorganizando o sistema produtivo.**²⁰ [!] (SIQUEIRA, 2007, p. 222, grifos nossos).

Além disso, o pacote fiscal do Plano Collor I incluía o aumento do Imposto sobre Produtos Industriados (IPI) e Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) e redução de despesas com a administração pública. Siqueira (2007) assegura que, o governo de Collor estava sendo conduzido por um discurso liberal com o objetivo de promover o ajuste fiscal, reduzir a participação do Estado com privatizações e abrir a economia às importações para forçar a modernização das empresas.

O Plano Collor II foi inaugurado, em fevereiro de 1991, e incluía um novo congelamento de preços e salários, propunha dar fim a qualquer indexação da economia, logo o BTN foi extinto. Acabou o mecanismo de “zeragem automática”, através do qual o Banco Central garantia o financiamento diário dos títulos públicos pelos bancos e estabelecia a taxa de juros e foi criado o Fundo da Aplicação Financeira, que teria o rendimento a Taxa Referencial (TR)²¹, com a finalidade de alongar a dívida pública. O desastre econômico aliado às denúncias de corrupção derrubou o governo Collor em 1992 (SIQUEIRA, 2007, p. 224).

3.2.2. O Plano Real

²⁰ A população entrou em pânico, pois todas as contas correntes e aplicações de poupança com valores superiores a 50 cruzados foram bloqueadas por um período de 18 meses, ou seja, faltava liquidez no mercado.

²¹ Em vez de a indexação se basear em movimentos da inflação passada, como no mecanismo de correção monetária, a TR embutia expectativas de inflação futura. Nas palavras de Gustavo Franco, criava-se, assim, o “neogradualismo”. Neste, a dinâmica de formação dos preços seria “predominantemente *forward looking*”. (CASTRO, 2011, p. 141).

O Plano Real formulado por André Lara Resende, Pêrsio Árida com contribuições de Gustavo Franco e Edmar Bacha foi implantado em 1994, quando Fernando Henrique Cardoso era o Ministro da Fazenda e Pedro Malan, o Presidente do Banco Central. O Plano Real combinou um processo de ajuste fiscal com aumento de impostos e cortes de gastos públicos; com a desindexação da economia e a adoção da URV (Unidade Real de Valor), como forma de eliminar a memória inflacionária, a partir de uma moeda virtual, à introdução do Real de 1º de Julho de 1994. Além do mais, o sucesso do plano pode ser atribuído, pelo fato, de ter sido implementado gradualmente (SIQUEIRA, 2007, p. 228).

O Plano Real foi concebido em três fases: o pacote fiscal para o equilíbrio orçamentário, a unidade de conta estável e o “Real” com paridade semifixa com o dólar.

A primeira tinha como função promover um ajuste fiscal que levasse ao “estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira”; a segunda fase visava “a criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor — URV”; finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a sua estabilidade”. (CASTRO, 2011, p.142).

A primeira etapa contou com o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Fundo Social de Emergência (FSE). O primeiro visava combater à sonegação e o segundo resolver a questão de financiamento de programas sociais brasileiros que fossem prioritários. O objetivo principal era reduzir o déficit orçamentário.²² A segunda etapa buscava eliminar o componente inercial da inflação, isto é, “zerar a memória inflacionária”, assim, todos os contratos foram convertidos para esta unidade de conta estável (URV), com a finalidade de alinhar os preços relativos da economia, então, uma “superindexação” para posterior desindexação da economia.²³ Depois de quatro meses de conversão de contratos, em julho de 1994, por meio da Medida Provisória 542, iniciava-se a terceira etapa, com a introdução da nova moeda: o Real, estabelecendo a paridade cambial com o dólar (R\$ 1,00 = US\$ 1,00). A política Cambial adotada foi de banda assimétrica, pois o governo se comprometia a vender dólares toda vez que seu valor de mercado alcançasse R\$ 1,00 (CASTRO, 2011, p.143-155).

²² Segundo Bacha, a economia brasileira apresentava um “Efeito Oliveira Tanzi às avessas”, no qual o déficit público se mostrava menor, por conta das perdas reais dos gastos do governo: como as receitas públicas no Brasil se encontravam indexadas (pela inflação verificada) e as despesas eram fixas em termos nominais, a subestimativa da inflação favorecia a redução do déficit, corroendo o valor real dos gastos. (CASTRO, 2011, p.143-144).

²³ A proposta do Plano Real tem como base a “Proposta Larida” com algumas modificações, conforme Gustavo Franco, tomando como experiência o combate à hiperinflação da Alemanha, por meio do *rentenmark* alemão. Veja mais em: CASTRO, 2011, p. 147-151.

O Plano Real optou por uma linha diferente [do Plano Collor] de ataque ao problema [inflação]. Inicialmente, procurou-se construir um consenso nacional em torno da necessidade de zerar o déficit operacional do orçamento como pré-condição para a estabilização e, em seguida, obteve-se do Congresso a emenda constitucional requerida para garantir tal equilíbrio no período 1994/95. Comprometeu-se, então, com um procedimento de conversão monetária passo-a-passo, respeitando os contratos existentes, numa estratégia de introdução gradual e transparente da nova moeda. **A ideia era conquistar a confiança da população na promessa de uma estabilização “sem choque, sem congelamento e sem confisco”, repetida ad nauseam pelo Ministro da Fazenda e sua equipe econômica: “fazer apenas o que foi anunciado e anunciar apenas o que seria feito.”** (BACHA, 1998, p. 33, grifos nossos).

Como efeito da introdução do Plano Real, a inflação foi reduzida e a liquidez tornou-se abundante. Com isso, houve um acréscimo na renda real (poder de compra dos salários) associado à eliminação de incerteza, bem como, os consumidores tiveram acesso facilitado ao crédito, expandindo o consumo de bens duráveis. Em maio de 1995, o salário mínimo passou a ser R\$ 100,00. Também houve aumento dos salários das forças armadas e das faixas de renda do funcionalismo público. A economia apresentou taxa expressiva de crescimento econômico, 5,9% do PIB em 1994, tanto pela recuperação da indústria, quanto pela agropecuária, proveniente das oportunidades de financiamento. O superaquecimento da demanda interna e a facilidade às importações levaram a expansão da capacidade instalada da indústria e uma rápida deterioração da balança comercial (CASTRO, 2011, p. 155-158).

Na segunda fase do Plano Real, em 1995-96, foram adotadas medidas restritivas de política econômica para reagir aos desequilíbrios que ameaçavam a sustentação do Plano Real. Assim, as taxas básicas de juros e os depósitos de compulsórios foram elevados. As tarifas de importação de automóveis e eletrodomésticos subiram de 20% para 70%. O aperto creditício atingiu a atividade econômica, a fragilidade financeira e o déficit do setor público²⁴ (BACHA, 1998, p.46-55).

Conforme Cysne e Costa (p. 4, 1996), ao restringir demasiadamente o crédito privado no setor financeiro, [...] “o governo gerou um sistema paralelo de intermediação entre poupadores e demandantes de poupança, com prejuízo em termos de bem estar e eficiência econômica.” Então, as grandes lojas passaram a captar recursos diretamente de poupadores para o financiamento de seus clientes.

Segundo Castro (2011), o Plano Real deu certo porque,

²⁴ SAYAD (p.85, 1997): “Esse crescimento da dívida pública é o imposto anti-inflacionário que a sociedade terá que pagar para obter a estabilidade monetária com a estratégia adotada pelo Plano Real. Uma dolarização mais extensa, como a da Argentina, evitaria tal crescimento da dívida pública com o custo de tornar o Plano menos flexível e terminar os ganhos de *seigniorage* decorrentes da emissão de reais. É difícil escolher entre as duas alternativas.”.

Em primeiro lugar, as condições externas para a estabilização eram muito melhores em 1994 do que nos anos de 1980. Havia abundância de liquidez internacional e um elevado patamar de reservas (US\$40 bilhões). Além disso, na década de 1990 a economia brasileira se tornou muito mais aberta. [...] Em segundo lugar, a estratégia da URV provou ser muito superior à de desindexação via congelamento de preços. Enquanto o último provocava uma série de desajustes nos preços relativos, a URV previa um período para o alinhamento destes preços. Em terceiro lugar, o governo contava com o apoio político do Congresso e uma perspectiva de continuidade com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Por fim, os elevados juros e o câmbio apreciado foram armas fundamentais na consolidação da estabilidade durante todo o período 1995-98, embora com profundas consequências sobre a dinâmica da dívida pública e para o crescimento. (CASTRO, 2011, p. 159-160).

Para Sayad (1997), o Plano Real foi bem-sucedido, mas errou ao sobrevalorizar o câmbio e aumentar desnecessariamente a dívida pública. A manutenção deste sucesso dependerá da política de incentivo as exportações sem desvalorização cambial e estabilidade do mercado financeiro internacional.

Em Bacha (1998), os próprios elementos que constituem o Plano Real explicam o seu sucesso.

O Plano Real teve características bastante peculiares quando comparado a outros programas de reforma monetária no Brasil e em outros países. Primeiro, a desindexação de preços e salários foi precedida de uma fase de indexação plena. Segundo, a reforma monetária foi preanunciada, negociada abertamente com o Congresso, e introduzida sem congelamento de preços e salários. Terceiro, a estabilização foi alcançada sem confisco de ativos financeiros. Quarto, as políticas monetária e cambial pós-estabilização foram flexíveis, ao invés de obedecer metas monetárias estritas ou um regime cambial fixo. Quinto, a estabilização aconteceu no contexto de uma economia em expansão. (BACHA, 1998, p. 21-22).

O forte aumento dos empréstimos ocasionou na elevação dos níveis de inadimplência para 25%. A situação foi agravada com a “Crise do México” em 1994, que decretou mais uma vez a moratória de sua dívida interna e externa, conhecido por “Efeito Tequila”. Houve fuga de capitais e as reservas internacionais caíram para US\$ 32 bilhões, com aumento da taxa básica de juros, em 1995. A desvalorização cambial reduziu os efeitos da crise que foram sentidos pelos bancos.

Além da crise mexicana em 1994, mais duas crises internacionais marcam os anos 1990: a crise asiática em 1997 e a crise russa em 1998, provocando uma crise cambial que conjuntamente a liberalização financeira, levou a fuga de capitais. Entretanto, não atingiu os bancos brasileiros, que se encontravam mais sólidos, com menor exposição ao risco de crédito e obtinham ganhos com a elevada remuneração dos títulos públicos (SIQUEIRA, 2007, p. 238).

3.3 O CONTEXTO DO SETOR BANCÁRIO DURANTE A PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1990

Entre o Plano cruzado e o Plano Real foram oito anos que, em virtude dos ganhos inflacionários, permitiram aos bancos formarem reservas com valores expressivos. Carvalho (2003) esclarece o conceito de ganhos inflacionários.

Os ganhos propiciados pela inflação aos bancos no Brasil foram muito elevados até meados de 1994. A inflação permite aos bancos a obtenção de um rendimento específico, decorrente da perda de valor real dos recursos neles depositados sem remuneração. Os bancos não pagam ao titulares destes recursos um rendimento que compense a corrosão do seu valor pela inflação, mas incluem esta compensação na taxa cobrada do tomador dos empréstimos por eles financiados, e se apropriam da diferença. (CARVALHO, 2003, p. 5).

Dessa forma, os bancos tiveram que racionalizar os custos e informatizar os processos, investindo em automação e tecnologia da informação (bancos eletrônicos e minicomputadores), bem como aumentar suas tarifas e reduzir o número de agências e de empregados, representando um corte de mais de 100 mil empregados no setor. A Tabela 1 evidencia a redução de empregos no setor financeiro no Brasil aproximadamente de 811 mil empregos, em 1989, para 463 mil, em 1997, ou seja, uma redução de 42,9% no período.

Tabela 1 – Estoque estimado de empregos no setor financeiro no Brasil: 1989 – 1997

EMPREGOS	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
ESTOQUE	811.425	740.745	687.326	669.413	658.849	624.756	558.691	497.109	463.329
VABSOLUTA	12.424	-70.680	-53.419	-17.913	-10.564	-34.093	66.065	-61.582	-33.780
VRELATIVA	n.d	8,7%	-7,2%	2,6%	-1,6%	-5,2%	-10,6%	11,0%	-6,8%

Fonte: SILVA, 1999, p.22.

O perfil do bancário foi modificado, pois se tornou necessário ter trabalhadores com um grau de instrução maior, e que permanecesse mais tempo na profissão. Essas foram as principais estratégias adotadas pelo Itaú, Bradesco, Nacional e Unibanco, além dos bancos públicos.

O quadro favorável dos anos 1980 proporcionou às instituições financeiras “ganhos inflacionários” e elevadas arrecadações de aplicações de curtíssimo prazo (*overnight*) em títulos do governo. Entre 1993-94 houve uma redução de aproximadamente R\$ 8 bilhões dos

ganhos inflacionários. A tabela 2 mostra a evolução da receita inflacionária sobre o PIB e sobre o Valor da Produção Imputada. A receita inflacionária em 1990 representava 4% do PIB passou para 0,1% em 1995. A receita inflacionária também teve uma drástica redução sobre o Valor de Produção Imputada de 70% em 1990 alcançou 1,16% em 1995.

Tabela 2 – Receita Inflacionária como % do PIB e do Valor da Produção Imputada: 1990 – 1995

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita Inflacionária / PIB	4,0	3,8	4,0	4,3	2,0	0,1
Receita Inflacionária / Valor Produção Imputada	70,0	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: CORAZZA (2000, p. 4); CAMARGO (2009, p. 37).

Contudo, como afirma Carvalho (2003), a redução de ganhos inflacionários não conduziu os bancos ao imobilismo.

A maior parte deles desenvolveu **estratégias de reorientação de sua atividade**, de forma mais ou menos intensa. Foi decisivo para tanto o impacto do Plano Cruzado, em 1986, quando ficou evidente o peso dos ganhos inflacionários e a necessidade de reconversão rápida no caso de estabilização dos preços, em especial nos bancos de varejo. Os dois choques do governo Collor influenciaram no mesmo sentido, com o fim das operações *overnight* com o público, a exigência de recolhimento compulsório sobre boa parte dos recursos não remunerados e a redução ainda maior do prazo de permanência dos tributos arrecadados com os bancos. Somaram-se a estes fatores as transformações na atividade financeira em geral nos países centrais, num **quadro de rápida abertura externa**. (CARVALHO, 2003, p.17, grifos nossos).

Como menciona Siqueira (2007) o controle inflacionário provocou reações diferentes nos setores econômicos: “Quase todos ficaram felizes! Entretanto o impacto sobre os bancos e em particular sobre os lucros e patrimônio de alguns bancos foi devastador.” Muitos banqueiros acreditavam que o Plano Real não daria certo, como acontecera com os planos antecessores. Então, a estabilidade alcançada pela introdução do Plano Real marca uma ruptura ao sistema bancário. O Banco Central assumiu uma política monetária rígida: aplicando uma alíquota de 100% de compulsório sobre depósitos à vista, elevou para 15% as alíquotas sobre depósitos a prazo e de poupança e manteve os juros reais em níveis elevados. De acordo com Carvalho (p.14, 2003): “O desestímulo ao crédito daí decorrente favoreceu a abertura de um *spread* considerável entre as taxas de captação e aplicação dos bancos, em 1994.”.

Essas medidas de aperto monetário causaram, um encurtamento das linhas de crédito interbancário, levando à falência vários bancos de menor porte e prejudicando a posição de liquidez dos bancos estaduais, que se viram incapacitados de continuar rolando as dívidas de curto prazo de seus respectivos estados no mercado. A

resposta inicial das autoridades monetárias a esse problema tomou a forma de *swap* temporário de papéis do Banco Central pelos títulos estaduais ilíquidos até a posse de novos governadores em 1º de janeiro de 1995, após a qual poderia realizar-se um ataque mais firme ao problema estrutural da fragilidade financeira dos bancos estaduais. (BACHA, 1998, p.38).

Com a estabilidade, houve uma explosão de consumo, elevando os empréstimos. Os bancos precisavam adotar novas estratégias e investiram na receita de tarifas sobre os serviços prestados. Também criaram uma “poupança salário”, com rendimento inferior ao da caderneta de poupança e cuja aplicação não precisava se sujeitar às regras do SFH (SIQUEIRA, 2007, p. 231). Além da redução das taxas de juros do *overnight*, os bancos enfrentaram o aumento da inadimplência.

A elevação dos juros e da inadimplência provocou uma forte retração do crédito e da necessidade de uma regulação prudencial do setor, com regras para concessão de crédito, tal como foi estabelecido pelo Acordo de Basileia em 1988 e adotado pelo BCB, a partir de 1994, por meio da Resolução 2.099, estabelecendo limites mínimos de capital para a constituição de um banco²⁵, além de limites adicionais que variavam de acordo com o grau de risco dos ativos. Logo, as instituições financeiras deveriam manter um nível mínimo de patrimônio líquido ajustado correspondente a 8% dos ativos ponderados pelo risco (PUGA, 1999, p.11).

Os bancos que não detinham patrimônio ou que não acompanharam as novas tendências quebraram, provocando a crise bancária de 1995-96.

O fim dos ganhos com float dificultou a situação dos bancos, principalmente dos menores, que não tinham como compensar essa perda através da redução dos custos ou aumento das operações de crédito. Atingiu também alguns bancos de maior porte que já demonstraram fragilidade, encoberta pelas receitas inflacionárias, antes mesmo da introdução do Plano Real. Nessa situação encontravam-se, entre outras instituições privadas, os bancos Econômico, Nacional e Bamerindus. (SIQUEIRA, 2007, p. 233, grifos nossos).

Segundo Bacha (1998), a fragilidade do sistema financeiro ficou evidente quando o Banco Central, para interromper a corrida bancária, foi forçado a fechar o Banco Econômico (o sétimo maior banco privado do país) em agosto de 1995.

Apenas naquele momento foi tomada a decisão tardia de instituir um sistema mais amplo de proteção aos depósitos à vista, e de criar um programa de reestruturação do setor bancário privado (PROER). **Este programa possibilitou a transferência para novos proprietários de bancos privados problemáticos, cuja bancarrota, no julgamento da autoridade monetária, poderia ameaçar a estabilidade do**

²⁵ Foi definido um limite de R\$ 7 milhões de capital realizado e patrimônio líquido, para os bancos comerciais; de R\$ 6 milhões, para os de investimento e de desenvolvimento e sociedades de crédito imobiliário; e de R\$ 3 milhões, para as financeiras (PUGA, 1999, p. 10-11).

sistema financeiro como um todo. O PROER implicava na transferência para o governo federal dos créditos duvidosos dos bancos em dificuldade, mas em compensação garantiu uma certa tranquilidade ao sistema financeiro. (BACHA, 1998, p.52, grifos nossos).

A Resolução 2.208 do BCB instituiu o PROER, em 1995, com o propósito de assegurar a liquidez e a solvência do sistema bancário. As instituições participantes desse programa podem prolongar em até dez semestres os gastos com a reestruturação, reorganização ou modernização, com recursos dos depósitos de compulsório, não comprometendo orçamento fiscal, além de ficar temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referentes ao Acordo da Basileia (PUGA, 1999, p. 12).

Em 1995, para resolver os problemas financeiros dos bancos, o Banco Central dispunha de dois recursos: a Lei 6.024, de 1974, que regula as intervenções e liquidações extrajudiciais, podendo liquidar o banco que não conseguisse continuar operando por conta própria depois de seis meses à intervenção; e o Decreto-Lei 2.321, de 1987, ou o Regime Administração Especial Temporária (RAET), no qual as instituições continuam operando e horando com suas obrigações. O primeiro recurso foi utilizado no caso do Banco Econômico e o segundo no caso do Banco Nacional. O PROER trouxe maior facilidade na incorporação de uma instituição pela outra. Assim, o Unibanco incorporou o Nacional (CYSNE; COSTA, 1996, p. 17-19).

A Resolução 2.211, de 1995 criou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Trata-se de uma espécie de seguro depósito às instituições financeiras que emitem depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos de poupança, letras de câmbio, letras imobiliárias ou letras hipotecárias, com a garantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) de crédito de cada depositante contra o mesmo conglomerado financeiro.²⁶

Destacam-se ainda em 1995, a Medida Provisória 1.179, na qual foram criados incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, e a Medida Provisória 1.182²⁷, que permitiu ao Banco Central capitalizar, fundir ou transferir o controle de qualquer instituição financeira com o objetivo de proteger o sistema financeiro (CYSNE; COSTA, 1996, p. 19 e 20). Registra-se, ainda, a Resolução 2.212 que dificultou a constituição de novas instituições financeiras nos seus dois primeiros anos de funcionamento, sendo que o

²⁶ Os recursos do FGC advêm do próprio sistema financeiro, com uma contribuição mensal de 0,025% do montante dos saldos das contas seguradas (PUGA, 1999, p. 12).

²⁷ Essa MP, convertida em março de 1997 na Lei 9.447, facultou ao Banco Central desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro e, posteriormente, efetuar sua venda por meio de oferta pública, caso ele não acate suas recomendações (PUGA, 1999, p.11-12).

patrimônio líquido ajustado deveria corresponder a 32% dos ativos ponderados pelo risco; e que criou incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário (PUGA, 1999, p.12-13).

Em 1996, foram implantadas diversas resoluções relativas ao sistema financeiro: a) a Medida Provisória 1.334, que instituiu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades; b) a Resolução 2.302, que obrigou os bancos com dependência ou participação societária em instituições financeiras no exterior a apurarem os limites operacionais referentes à Resolução 2.099; c) a Resolução 2.303, que permitiu às instituições financeiras cobrar tarifas pela prestação de serviços, desde a emissão de um segundo talonário de cheque no mês até outros serviços mais sofisticados foi fundamental em virtude da perda de receita pelos bancos com a queda da inflação (PUGA, 1999, p.12-13).

Os bancos estaduais também apresentaram problemas de liquidez, em muitos casos, reflexo da inadimplência dos próprios estados. Até 1996 foram adotados diversos programas destinados ao saneamento desses bancos, destacando-se: o Programa de Apoio Creditício (PAC), em 1983; o Programa de Recuperação Financeira (PROREF), em 1984; o Regime de Administração Especial Temporária (RAET), em 1987; etc. O PROES (Medida Provisória 1.514), elaborado em 1996, com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual para iniciar a privatização dessas instituições ou suas transformações em agências de fomento, ou, ainda sua liquidação²⁸ (PUGA, 1999, p. 15-16).

O processo de reestruturação facilitou a entrada de bancos estrangeiros no país. Apesar da Constituição de 1988, artigo 52 do Ato das Disposições Transitórias, proibir a entrada das instituições bancárias estrangeiras, o poder executivo – na figura do presidente – poderia autorizá-los, caso fosse do interesse nacional. Já a Resolução 2.212 eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido de um banco nacional (PUGA, 1999, p. 18).

Em 1997, o Conselho Monetário Nacional criou o Sistema Central de Risco de Crédito (Resolução 2.390), com isso, as instituições financeiras deveriam identificar e informar o Banco Central sobre os clientes (pessoas físicas e jurídicas) que possuam saldo devedor superior a R\$ 50 mil. Neste mesmo ano, a exigência de capital mínimo das instituições bancárias foi elevada de 8% para 10% (Resolução 2.399) e para 11% (Circular 2.784). Em

²⁸ A MP 1.702-26 garante a passagem do controle das instituições para o governo federal, que deveria necessariamente privatizá-las ou extingui-las. A MP 1.773-32, de 1998 prorroga o prazo para adesão ao PROES até 1999 (PUGA, 1999, p. 17).

1998, a Resolução 2.493 abriu a possibilidade dos bancos venderem parte ou toda a carteira de crédito a sociedades anônimas – Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros (CSCF), facilitando a recuperação de crédito dos bancos. A Resolução 2.554 estabeleceu que as instituições financeiras devem apresentar ao Banco Central um programa para a implantação de sistemas de controles internos, em concordância com o Comitê da Basileia (PUGA, 1999, p.13-14).

A Reestruturação bancária da década de 1990 provocou uma alteração na composição do setor bancário, conforme Tabela 3. Por um lado, a participação de bancos públicos decresce, devido principalmente aos bancos estaduais que foram liquidados, privatizados ou transformados em agência de fomento e por outro, bancos privados nacionais diminuíram, devido o processo de fusões e aquisições, especialmente bancos comerciais que passaram a formar bancos múltiplos. Além disso, o número de bancos estrangeiros²⁹ aumentou no período, participando do saneamento de bancos privados.

Tabela 3 – Número de bancos brasileiros* em períodos selecionados

Tipos de Instituições	Dez/1988	Jun/1994	Dez/1998
Bancos Públicos	32	32	23
Bancos Federais	5	5	5
Bancos Estaduais	27	27	18
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Bancos Estrangeiros	30	69	75
Filiais	18	19	16
Participação estrangeira	5	31	23
Controle estrangeiro	7	19	36
Total do Sistema Bancário Nacional	106	248	204

Fonte: PUGA, 1999, p.20. Nota: Adaptação própria. (*) Não contém os Bancos de Desenvolvimento e de Investimento, pois conforme a denominação do BCB, não são incluídos como instituições bancárias. Dessa forma, apresentam-se apenas os bancos múltiplos, comerciais e caixas econômicas.

Apesar das dificuldades encontradas, de acordo com Carvalho (2003), a lucratividade média dos bancos brasileiros não se alterou com a queda da inflação, em julho de 1994. Portanto, cabe destacar a adaptação rápida e eficaz dos bancos ao novo cenário econômico

²⁹ Considera-se banco estrangeiro uma filial de banco sediado no exterior. O banco com participação estrangeira é aquele em que de 10% a 40% de seu capital votante pertence a estrangeiros. Enquanto, um banco com controle estrangeiro é aquele em que mais de 50% de seu capital votante é de propriedade de estrangeiros (CORAZZA, 2000, p. 15).

nos anos de 1990, por conta das receitas adquiridas pela alta inflação, bem como por terem os bancos se beneficiado pela política econômica nos anos 1980.

A capacidade de reação dos bancos brasileiros no início da década de 1990 resultava em boa medida dos lucros expressivos dos anos anteriores, por conta não apenas das **receitas permitidas pela alta inflação**, mas também por terem os bancos se beneficiado com a **política econômica** orientada para enfrentar a grave crise externa dos anos 1980. (CARVALHO, 2003, p.1, grifos nossos).

Carvalho (2003) atribui três fatores para o bom desempenho da maior parte dos bancos: elevação na cobrança de tarifas pelos serviços prestados; ganhos em operações com moeda estrangeira decorreram da avaliação acertada de que a nova moeda viria com juros altos e valorização real do câmbio; e crescimento da receita de operações de crédito, pelo aumento tanto do volume quanto da margem de intermediação, devido à expansão e intensificação do crédito a partir de 1992. A diversificação patrimonial dos bancos com investimentos em diferentes empresas do setor produtivo também é um dos fatores apontados para a sobrevivência das instituições bancárias. Os bancos que não detinham condições patrimoniais e não acompanharam as novas tendências de mercado quebraram, como o Nacional e o Bamerindus.

O risco de uma crise sistêmica surgiu com a quebra do Banco Econômico e do Banco Nacional, em 1995, respectivamente, o 4º. e o 3º. lugar na classificação do ranking nacional, posteriormente o Banco Bamerindus em 1997. Os dados dos balanços destes bancos (Tabela 4) não permitiria concluir que estivessem à beira de uma grande crise. No entanto, o grau de alavancagem dos bancos indica sua maior exposição ao risco (CORRAZA, 2000, p.7-8).

Tabela 4 – Indicadores de balanço dos bancos Nacional, Bamerindus e Econômico: 1990 – 1994

Anos	Rentabilidade				Qualidade dos ativos			
	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>
1990	15,21	11,57	13,41	11,91	1,19	1,56	0,61	4,76
1991	12,31	5,70	9,16	10,07	0,51	1,83	0,30	2,84
1992	13,96	7,57	9,57	19,18	0,26	0,90	0,52	1,46
1993	15,26	13,38	9,67	25,00	0,11	0,58	0,31	1,31
1994	18,14	11,79	13,46	14,09	0,85	0,83	0,43	1,53
Anos	Alavancagem				Crédito em líquid/Patrimônio líquido			
	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>	<i>Nac.</i>	<i>Bamer.</i>	<i>Econ.</i>	<i>7 maiores</i>
1990	5,67	3,36	7,44	2,73	6,73	5,24	4,52	13,87
1991	5,62	1,91	3,51	1,53	2,89	3,49	1,04	4,01
1992	7,04	3,11	4,07	2,01	1,84	2,82	2,13	2,92
1993	7,75	4,92	4,96	3,00	0,85	2,86	1,52	3,16
1994	7,17	6,00	4,62	3,16	6,07	5,00	1,97	4,48

Fonte: CORAZZA, 2000, p.7.

Cysne e Costa (1996) apresentam os mesmos motivos pelos quais houve recuperação do sistema bancário ao contexto de estabilidade macroeconômica: a) o aumento do resultado das operações de crédito, decorrente do aumento da demanda por crédito e da abertura dos *spreads* entre as taxas de captação e a de aplicação, que compensou a perda das receitas de *floating*; b) os bancos foram capazes de ajustar as suas despesas administrativas à nova estrutura de receita; c) as receitas de prestação de serviços (decorrentes da cobrança de tarifas bancárias) também desempenharam um papel relevante para a sustentação do nível de rentabilidade dos bancos. Em 1995, registrou-se um crescimento de 93% em relação 1993, implicando em um aumento de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhões. (CYSNE; COSTA, 1996, p. 16).

No próximo capítulo, serão apresentadas as principais transformações de capital, trabalho e tecnologia e os dados do sistema bancário brasileiro no período pós-estabilização macroeconômica anterior à crise global de 2008.

CAPÍTULO IV – AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: DA ESTABILIZAÇÃO MACROECONÔMICA À CRISE GLOBAL DE 2008

A estabilização macroeconômica brasileira e a regulação bancária internacional modificam a estrutura do sistema bancário no Brasil a partir da segunda metade dos anos de 1990.

Este capítulo apresentará as principais mudanças ocorridas no período:

- a) Capital bancário – o processo de fusões e aquisições; a internacionalização do setor e a concentração bancária.
- b) Tecnologia nos produtos e serviços e no atendimento bancário.
- c) Trabalho bancário – o novo perfil do empregado do setor; a terceirização e o desemprego; a intensificação do trabalho e a desarticulação sindical.

4.1 AS ALTERAÇÕES NA CONFIGURAÇÃO DO CAPITAL BANCÁRIO

4.1.1 O processo de fusões e aquisições, incorporações e privatizações

Com o fim dos ganhos inflacionários e diante de um novo cenário na economia doméstica com a estabilização do nível de preços no período pós-Plano Real, os bancos tiveram que adotar novas estratégias, como a diversificação dos serviços bancários e a proliferação de tarifas. Aqueles que não se adaptaram ao novo contexto ou que não detinham patrimônio entraram em falência, como foram os casos do Banco Econômico e do Banco Nacional, em 1995, e do Bamerindus, em 1997.

A ameaça de uma crise sistêmica e o aumento da inadimplência, devido à instabilidade decorrente da crise no México, levou o governo a lançar o PROER, em 1995. Tal programa permitiu a absorção de bancos em dificuldades com o processo de fusão, cisão e transferência de controle acionário de bancos nacionais privados. Já o PROES de 1996 permitiu as liquidações e privatizações de bancos estaduais. O Banco Central também passou a regulamentar e supervisionar mais pró-ativamente o sistema financeiro brasileiro. Portanto, depois da “crise bancária” e com a entrada de bancos estrangeiros no território nacional, o sistema bancário no Brasil, muda intensamente.

De acordo com Corazza e Oliveira (2007), entre 1994 e 1998, houve 62 alterações de controle acionário, 33 incorporações e 44 liquidações. Os bancos privados receberam uma

assistência de aproximadamente US\$ 21 bilhões³⁰ na forma de Títulos do Tesouro Nacional, o equivalente a 3,8% do PIB, sendo que US\$ 6,8 bilhões foram alocados ao Econômico; US\$ 6,1 bilhões ao Nacional; e US\$ 5,9 bilhões ao Bamerindus (PUGA, 1999, p. 20).

A Tabela 5 apresenta as aquisições bancárias que foram incentivadas por esse programa de reestruturação. Destaca-se, primeiro a insolvência das três maiores instituições bancárias do país e, segundo, a compra do Bamerindus pelo HSBC, sendo esta a primeira aquisição por um banco estrangeiro.

Tabela 5 – Aquisições bancárias com incentivos do PROER

Instituição	Comprador	Data
Banco Nacional	Unibanco	18/11/1995
Banco Econômico	Banco Excel	30/04/1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31/05/1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17/06/1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23/08/1996
Banco United	Banco Antônio Queiroz	30/08/1996
Banco Bamerindus	HSBC	02/04/1997

Fonte: CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p.159.

Tabela 6 – Principais Fusões e Aquisições bancárias pós-Plano Real

Instituição Vendida	Instituição Compradora	Data	Instituição Vendida	Instituição Compradora	Data
Década de 1990			Década de 2000		
B. Nacional	B. UniB.	Nov/1995	Credibanco	Unibanco	Jun/2000
B. Econômico	B. Excel	Abr/1996	Banestado	ITAÚ	Out/2000
B. Mercantil	B. Rural	Mai/1996	Banespa	Santander	Nov/2000
B. Banorte	B. Bandeirantes	Jun/1996	Bandeirantes	Unibanco	Dez/2000
B. Martinelli	B. Pontual	Ago/1996	Paraiban	ABN Amro	Nov/2001
B. United	B. Antonio Queiroz	Ago/1996	BEG/Goiás	ITAÚ	Dez/2001
B. Bamerindus	HSBC	Abr/1997	BEA/Amazonas	Bradesco	Jan/2002
BaneRJ	Itaú	Jun/1997	Mercantil de S.P.	Bradesco	Mar/2002
Credireal	BCN	Ago/1997	BBA Creditanstalt	ITAÚ	Set/2002
B. G. de Comércio	Santander	Dez/1997	Bilbao Vizcaya	Bradesco	Jun/2003
Noroeste	Santander	Dez/1997	Sudameris	ABN Amro	Dez/2003
Meridional	Bozano, Simonsen	Set/1998	BEM/Maranhão	Bradesco	Fev/2004
BCN	Bradesco	Jun/1998	Lloyds Bank	HSBC	Mar/2004
Dibens	Santander	Jun/1998	BNL	Unibanco	Jun/2004
Baneb	Bradesco	Jun/1998	Bankboston	ITAÚ	Set/2006
Bandepe	ABN Amro	Nov/1998	Unibanco	ITAÚ	Dez/2008
B. Real	ABN Amro	Jun/1999	ABN Amro	Santander	Dez/2008
Pontual (BCN)	Bradesco	Dez/1999			

Fonte: RIBEIRO; TONIN, 2010, p. 64.

³⁰ Foram destinados ainda US\$ 1,3 bilhão para o Banorte e US\$ 500 milhões para o Banco Mercantil de Pernambuco (PUGA, p. 20, 1999).

A Tabela 6 apresenta o processo de fusões e aquisições (F&A), que não se restringiu ao período inicial do Plano Real, uma vez que continuou continuando nos anos subsequentes.

Os problemas financeiros do Banespa e do Banerj e o decreto do governo pelo Regime de Administração Temporária (RAET) de 1994, demonstraram a necessidade de intervenção no setor bancário estadual. Para sanear o sistema financeiro público estadual, conforme Corazza e Oliveira (2007) a União emitiu títulos no valor de US\$ 61,4 bilhões. O destino dos bancos estaduais era: “(a) liquidação; (b) privatização; (c) transferência do seu controle para o Governo Federal, a fim de futura privatização; ou (d) transformação do banco numa agência de desenvolvimento.”. (ARIENTI, 2007, p. 581). A Tabela 7 apresenta a quantidade de instituições estaduais que foram liquidadas, privatizadas, saneadas ou transformadas em agência de fomento.

Tabela 7 – Resumo das operações no âmbito do PROES

Opção	Nº	Instituição Financeira/Estado
Extinção/Liquidação Ordinária	10	Liquidação Ordinária: BANACRE (AC), BANAP (AP), BANDER (RN), BDM (RN), BEMAT (MT), BERON (RO), CAIXEGO (GO), MINASCAIXA (MG) e PRDUBAN (AL). Extinto BANER (RR).
Privatização	7	BANDEPE (PE), BANEBA (BA), BANERJ (RJ), BANESTADO (PI), BEMGE (MG), CREDIREAL (MG) e PARAIBAN (PB).
Privatização conduzida pela União	7	BANESPA (SP), BEA (AM), BEC (CE), BEG (GO), BEM (MA), BEP (PI) e BESC (SC).
Saneamento	5	BANESE (SE), BANESTES (ES), BANPARA (PA), BANRISUL (RS), NCNB (SP).
Agência de Fomento	16	Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Paraná.
Não optante pelo PROES	3	BANDES (ES), BRB (DF) e PARAIBAN (PB).
Sem instituições oficiais	2	Mato Grosso do Sul e Tocantins.
Total de Instituições	50	

Fonte: CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p. 161.

As principais privatizações e liquidações são apresentadas na Tabela 8. Exceto os casos do Banespa, Bandepe e Paraiban, privatizações de bancos estaduais, em sua grande maioria, foram saneados com a participação dos bancos nacionais.

Tabela 8 – Aquisições de bancos estaduais: 1997 – 2004

Instituição compradora	Instituição privatizada	Data	Valor (R\$ milhões)	Ágio (%)
Itaú	Banerj	26.06.1997	311	0,3
BCN	Credireal	07.08.1997	127	5,2
Bozano Simonsen	Meridional	04.12.1997	266	54
Itaú	Bemge	14.09.1998	583	85,7
ABN Amro	Bandepe	17.11.1998	183	0,0
Bradesco	Baneb	22.06.1998	260	3,2
Itaú	Banestado	17.10.2000	1625	303,2
Santander	Banespa	20.11.2000	7050	281,1
ABN Amro	Paraiban	08.11.2001	76	52
Itaú	BEG	04.12.2001	665	121,1
Bradesco	BEA	24.01.2002	183	0,0
Bradesco	BEM	10.02.2004	78	1,1

Fonte: TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.107.

Em relação ao saneamento de bancos públicos federais, o Banco do Brasil apresentou no ano de 1996, prejuízos decorrentes de créditos irrecuperáveis, obrigando o Tesouro Nacional a disponibilizar o capital da ordem de R\$ 8 bilhões. Já a Caixa Econômica Federal necessitava de uma mudança no arcabouço jurídico das regras de financiamentos e execução de garantias dos contratos imobiliários, com problemas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e no Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). Nestes casos, o processo de ajuste surgiu com a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (PUGA, 1999, p.22).

Conforme Corazza (2000), ao menos 104 instituições sofreram algum tipo de ajuste pós-Plano Real entre 1994 a 1998. No primeiro momento, houve redução da participação de bancos públicos federais e estaduais; aumento da concentração de bancos privados; e elevação da participação estrangeira, conforme Tabela 3. Esse movimento vai de 1994 até 2000. A partir de 2001, os bancos estrangeiros diminuem sua presença no Brasil.

Para os autores: Puga (1999), Corazza (2000), Arienti (2007), Corazza e Oliveira (2007), Ribeiro e Tonin (2010), Tinti e Abdulmacih (2007), a reestruturação do setor bancário brasileiro levou a duas importantes implicações: a) a internacionalização do setor e b) ao aumento da concentração bancária. Estas consequências serão abordadas nas duas próximas seções.

4.1.2 A internacionalização do capital estrangeiro

Um processo de internacionalização bancária, como o brasileiro ou de qualquer outro país, deve ser compreendido na dinâmica expansiva do capital, especialmente em sua dimensão bancária e financeira, no contexto de uma economia mundial em processo de globalização. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p. 151).

Segundo Carvalho e Vidotto (2007), a abertura do setor bancário ao capital estrangeiro foi defendido pelo discurso liberalizante da época, tanto pelo governo, quanto pelos banqueiros dos grupos internacionais. A entrada dos bancos estrangeiros foi justificada como uma iniciativa indispensável para aumentar a concorrência e induzir os bancos brasileiros a baratear e ampliar a oferta de crédito, reduzindo seus *spreads*. O objetivo do governo, no entanto, era estimular o ingresso de capitais externos para equacionar as dificuldades do setor e resolver a crise de 1995.

Para os defensores da abertura do sistema financeiro brasileiro, as instituições estrangeiras trariam tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos, aumentando a qualidade de serviços com menor preço e maior eficiência operacional, dessa forma, reduzindo os custos bancários, logo melhorando a oferta de crédito (ARIENTI, 2007, p.584). Por outro lado, Puga (1999) revela que os bancos estrangeiros eram mais susceptíveis a absorver choques macroeconômicos, uma vez que, a vulnerabilidade da moeda nacional provoca fuga de capitais e aumenta a exposição aos riscos de crédito. Os bancos estrangeiros também tomam decisões de acordo com o interesse de suas matrizes, fato que pode resultar, em dificuldades ainda maiores para supervisão pelas autoridades dos países anfitriões (FREITAS, p. 68, 2011).

Corazza e Oliveira (2007) esclarecem que a entrada de bancos estrangeiros não levaria necessariamente à redução dos *spreads*, isto porque,

A redução dos *spreads* é uma variável mais relacionada à diminuição do risco da atividade bancária, o qual depende da queda da taxa de juros e dos níveis de inadimplência, do que ao aumento da pressão concorrencial associada a entrada dos bancos estrangeiros. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p. 164-165).

Freitas (2011) indica que dificilmente as instituições estrangeiras privar-se-iam de amplas receitas, promovendo cortes em tarifas e margens. Assim, muitas vezes replicaram o padrão de atuação dos bancos nacionais e também introduziram práticas altamente especulativas, por exemplo, as operações de créditos associadas aos derivativos de câmbio.

Para os bancos estrangeiros a busca por novos mercados significava diversificar os negócios fora dos mercados saturados na Europa, com possibilidade de retornos financeiros altamente lucrativos e a possibilidade de atrair uma maior parcela da população brasileira para o sistema “bancarizado”.

Freitas (2011) expõe vários fatores explicativos elencados como motivadores do Investimento Direto Externo (IDE) financeiro, tais como: atendimento aos seus clientes no

exterior; barreiras regulatórias no mercado doméstico; oportunidade de mercado e de negócios no país anfitrião; diferencial de taxa de câmbio e incentivos fiscais (FREITAS, 2011, p. 10).

Segundo Freitas (2011), o Banco holandês *Rabobank Nerlands* foi à primeira instituição a beneficiar-se da abertura do sistema financeiro com a instalação de sucursal ou subsidiária, após a Exposição de Motivos 311, por decreto presidencial, em 1995. Puga (1999) destaca a entrada do Banco Comercial S.A do Uruguai e mais cinco instituições, em 1996. Em 1997, o primeiro grande banco estrangeiro – o britânico HSBC – compra o Bamerindus. Neste mesmo ano, há autorizações para a entrada de mais treze instituições (TINTI; ABDULMACIH, 2007, p. 112-113).

A Tabela 9 mostra o aumento da quantidade de bancos estrangeiros no país entre 1994 e 2001. Conseqüentemente a participação percentual dos bancos internacionais sobre o setor bancário se elevou, ao mesmo tempo em que a quantidade total de bancos (múltiplos, comerciais e caixas econômicas) vai se reduzindo ano a ano. A partir de 2001, houve uma redução na participação estrangeira.

Tabela 9 – Evolução do número de bancos estrangeiros no Brasil: 1994 – 2004

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Estrangeiros (A)	68	66	67	72	77	80	84	86	76	72	68
Filiais	17	17	16	16	16	15	13	11	9	9	9
Participação	30	28	26	23	18	15	14	14	11	10	10
Controle	21	21	25	33	43	50	57	61	56	53	49
Total Bancos (B)*	246	242	231	217	204	194	192	182	167	165	164
% (A/B)	27,6	27,3	29,0	33,2	37,7	41,2	43,7	44,8	45,5	43,6	41,5

Fonte: FREITAS, (2011, p.14). (*) Fonte do total de bancos: TINTI; ABDUMLACHI (2007, p.108).

Nota: Elaboração própria. (*) O total de bancos corresponde apenas os bancos múltiplos e comerciais.

Dos bancos HSBC e Caixa Geral de Depósitos não foram cobrados pedágios pelo Banco Central, porquanto compraram bancos com dificuldades financeiras: respectivamente, o Bamerindus e o Bandeirantes. Também aumentou a presença estrangeira das instituições não-bancárias, com destaque para o *Deutsche Bank* que teve autorização para instalar uma corretora de valores, o *Citibank* e o *Bank Boston*, que decidiram construir companhias hipotecárias, o *Lloyds Bank* que adquiriu a financeira Losango (PUGA, p. 24, 1999).

Nesse processo de fusões e aquisições consolidam-se no setor, o holandês ABN-Amro, que comprou o Bandepe em 1998 e o Paraiban em 2001; e o espanhol Santander, que adquiriu o Banespa por R\$ 7 bilhões, em 2000 (FREITAS, 2001, p. 15). Os bancos estrangeiros

optaram pela formação de bancos múltiplos e com controle do capital votante, especialmente no mercado de varejo, uma vez que contavam com a facilidade de captações externas.³¹ A principais aquisições de bancos estrangeiros são expostas na Tabela 10.

Tabela 10 – Principais aquisições no varejo por instituições estrangeiras

Instituição	Comprador	Data	Instituição	Comprador	Data
Bamerindus	HSBC	02.04.1997	Real	ABN Amro	13.08.1998
Geral do Comércio	Santander	22.08.1997	Excel-Econômico	Bilbao Vizcaya	09.10.1998
BoaVista	Esp.Santo e Crédit Agricole	04.12.1997	Estado de Pernambuco	ABN Amro	17.11.1998
Noroeste	Santander	30.03.1998	Bozano Simonsen	Santander	18.05.2000
Bandeirantes	Caixa Geral de Depósitos	22.05.1998	Meridional	Santander	18.05.2000
América do Sul	Sudameris	30.07.1998	Banespa	Santander	20.11.2000

Fonte: TINTI; ABDULMACHI, 2007, p.112.

A participação estrangeira aumentou consideravelmente entre 1996 a 2001, com o aumento do patrimônio líquido, tanto devido ao processo de fusões e aquisições, como por meio do acréscimo de depósitos e ativos. A partir de 2002, há uma redução, explicada pela venda de bancos estrangeiros, além disso, alguns bancos internacionais encontraram dificuldades para adaptar-se ao mercado local, especialmente o mercado de varejo. Essa presença dos bancos estrangeiros é demonstrada na Tabela 11.

Entre 1994 e 2001, foram concedidas 17 autorizações, com isso, o número de bancos estrangeiros em atividade no Brasil saltou de 38 para 72. Entre 2001 a 2009, houve redução para 54 instituições (FREITAS, 2011, p. 12-13).

A redução constatada nos dados dessas instituições se explica pelo fato de que alguns bancos estrangeiros foram adquiridos por bancos nacionais, ocorrendo uma permuta de posições entre privados nacionais e com controle estrangeiro. Um outro fato explicativo desse recuo é que algumas instituições estrangeiras, que aqui chegaram, foram adquiridas por instituições nacionais, em função de não lograrem êxito em suas estratégias de negócios em nosso país e logo retornaram ao seu país de origem. (CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p.173).

³¹ Ao final do primeiro semestre de 1998, dentre os 20 maiores bancos no país com carteira comercial ou múltipla segundo o total do ativo, seis eram estrangeiros (BankBoston, Boavista InterAtlântico, Citibank, HSBC Bamerindus, CCF Brasil e Sudameris), um era banco com participação estrangeira (BBA Creditanstalt), dez eram privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, Safra, Meridional do Brasil, Bozano Simonsen, BCN,2 Excel-Econômico e Mercantil Finasa), dois eram federais (Banco do Brasil e Banespa) e um estadual (Nossa Caixa). (PUGA, 1999, p.37).

Tabela 11 – Participação % dos bancos estrangeiros no sistema bancário doméstico:
1994 – 2004

	ATIVOS	DEPÓSITOS	CRÉDITO	PATRIMÔNIO
1994	7,2	4,6	5,2	10,3
1995	8,4	5,4	5,7	10,9
1996	9,8	4,4	8,6	11,4
1997	12,8	7,5	11,7	14,3
1998	18,4	15,1	14,9	21,9
1999	23,2	16,8	19,8	25,5
2000	27,4	21,1	25,2	28,3
2001	29,9	20,1	31,5	30,7
2002	27,4	19,8	29,9	32,9
2003	20,7	17,6	23,8	28,1
2004	22,4	19,9	25,1	27,1

Fonte: TINTI, ABDULMACIH, 2007, p. 114. Nota: Elaboração própria.

Para Freitas (2011), a internacionalização bancária envolve transações transfronteiriças em divisas efetuadas entre bancos de diversas nacionalidades por um duplo movimento: a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico e a instalação de escritórios, sucursais e participação acionária (fusões e aquisições) de bancos nacionais no exterior. Assim, a concorrência é estimulada no setor bancário, no qual, obtém-se ganhos de eficiência. Os bancos estrangeiros, por sua vez, conseguem expandir seus negócios e adaptar-se ao quadro regulatório e legal do país anfitrião. A internacionalização bancária não foi exclusiva no Brasil, tendo ocorrido também em países latino-americanos (México) e asiáticos (Coreia do Sul).

Os bancos nacionais abriram escritórios e filiais em outros países, nas décadas de 1970 e 1980, porém com a crise da dívida externa; o fechamento do mercado de crédito privado voluntário para o Brasil, decorrente da necessidade do ajuste macroeconômico; e posteriormente, a intensificação do processo concorrencial no sistema bancário brasileiro com busca de ganhos de escala pelos grandes bancos privados nacionais no mercado interno, ocasionaram a redução da rede externa, por exemplo, com o fechamento de agências do Banco do Brasil (FREITAS, 2011, p.23-26).

A segunda explicação para eliminação de dependências de bancos brasileiros no exterior é o próprio processo de concentração do sistema bancário no Brasil, mediante fusão ou aquisição; privatização dos bancos públicos associada à abertura do SFN ao IDE financeiro, que pode ser comprovado na Tabela 12.

Tabela 12 – Evolução da rede externa dos bancos brasileiros (anos selecionados)¹

Bancos e rede externa	1994	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Número de bancos	24	24	22	20	20	17	13	11	13
Rede externa									
Sucursal ²	86	81	78	61	54	51	46	47	46
Escritórios	32	21	26	19	20	21	19	20	14
Total	118	102	104	80	74	72	65	67	60

Fonte: FREITAS, 2011, p.26. Adaptado.

Notas: (1) Não incluídas as subsidiárias no exterior nem suas agências.

(2) Incluídas as agências e subagências.

De acordo com Freitas (2011), a reestruturação bancária, ocorrida entre 1994 a 2005, transformou os bancos Itaú e Bradesco nos bancos privados de capital nacional com as maiores redes de agências e escritórios no exterior, estando presentes na América Latina, Europa e Ásia. “Os três maiores bancos privados nacionais (Bradesco, Itaú e Unibanco), ampliaram seus níveis de internacionalização, passando a ter mais de 20% dos seus ativos totais no mercado internacional no final de setembro de 2002.” (TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.111).

Cabe destacar que a presença da CEF (Japão, EUA) e do BNDES (Uruguai e Inglaterra) no exterior é bastante recente e tem como objetivo atender os clientes e o investimento de empresas. Observa-se o movimento de realocação e diversificação de riscos nos pós-crise de 2008, em relação aos tomadores dos países desenvolvidos (FREITAS, 2011, p. 26-31).

O aprofundamento da internacionalização bancária em sua dupla dimensão vai ampliar ainda mais a integração da economia brasileira ao mundo das finanças globalizadas. **A interconexão crescente entre bancos de diversas nacionalidades operando em vários países e com diferentes moedas traz inúmeros desafios, sobretudo porque amplifica o risco de propagação de crises financeiras.** Assim, torna-se imperativo reforçar a regulamentação e a supervisão para impedirem-se práticas de alto risco que fragilizem bancos e tomadores. (FREITAS, 2011, p.69, grifos nossos).

4.1.3 Concentração, eficiência e rentabilidade do setor bancário

Corazza (2000) analisa a concentração do setor bancário após o Plano Real, por meio de três dimensões: a) pelo número de bancos havendo uma nítida redução absoluta de bancos no setor; b) pela concentração de depósitos bancários, sendo que uma quantidade menor de bancos passou a deter 50% a 75% de depósitos e c) por índices de concentração, com aumento

do Índice de Herfindhal (IH)³² e redução dos Números Equivalentes (NE)³³. A Tabela 13 ilustra a concentração do setor bancário pela quantidade de ativos. Em dezembro de 2004, os 20 maiores bancos detinham 91,5% dos ativos totais.

Tabela 13 – Concentração do sistema bancário pela participação de ativos totais: 2000 – 2004

Discriminação	dez./00	dez./01	dez./02	dez./03	dez./04
5 maiores	50,2	47,9	50,7	53,7	59,7
10 maiores	70,1	72,4	76,2	79,5	79,3
20 maiores	84,9	87,4	89,8	90,4	91,5
50 maiores	94,1	97	97,7	97,5	98,2

Fonte: CORAZZA; OLIVEIRA, 2007, p.163.

Tinti e Abdulmacih (2007) revelam a concentração e a internacionalização de capitais na participação do *market-share* entre 1994 a 2004:

Esta reestruturação do sistema bancário nacional, ocorrida nos anos 1990, acentuou também o processo de concentração bancária no país, acarretando em uma alteração do número de bancos e de outras variáveis tais como depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido. (TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.108).

Os dados relativos de ativos, depósitos, empréstimos e patrimônio líquido dos bancos públicos (caixa estaduais, BB, CEF), privados nacionais e estrangeiros neste período são apontados nas Tabelas 14 a 17.

³² CORAZZA (p. 11-12, 2000): O Índice de Herfindahl é uma medida estatística de concentração, calculada pela soma dos quadrados da fatia de mercado de todos os bancos do sistema e é influenciada pelo número de participantes no mercado e pelo grau de concentração. Assim, se todos os bancos forem do mesmo tamanho, isto é, se todos tiverem a mesma fatia de mercado, o índice será igual a $1/n$, sendo “n” o número de bancos. No caso extremo de um só banco deter 100% do mercado, o índice seria igual a 1.

³³ Outra medida de concentração são os Números Equivalentes (NE). Ao contrário do IH, quanto maior um NE menor a concentração e vice versa. Os Números Equivalentes são calculados pelo inverso do Índice de Herfindahl e indicam o número de bancos com a mesma fatia de mercado, ou seja, quanto menores os NE, maior a concentração bancária e quanto maiores os NE mais desconcentrado e competitivo será este mercado (CORAZZA, 2000, p.12).

Tabela 14 – Participação % das instituições nos ativos da área bancária (1994 – 2004)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Públicos	51,4	52,2	50,9	50,1	45,8	43,0	36,6	32,0	34,7	37,2	34,4
Bancos + Caixas Estaduais	18,2	21,9	21,9	19,1	11,4	10,2	5,6	4,3	5,9	5,8	5,5
Banco do Brasil	18,3	13,9	12,5	14,4	17,4	15,8	15,6	16,8	17,1	18,4	17,4
Caixa Econômica Federal	15,0	16,4	16,5	16,6	17,0	17,1	15,4	11,0	11,7	13,0	11,5
Bancos privados	48,4	47,6	48,8	49,6	53,7	56,3	62,6	67,1	64,3	61,5	64,2
Nacionais	41,2	39,2	39,0	36,8	35,3	33,1	35,2	37,2	36,9	40,8	41,8
Estrangeiros	7,2	8,4	9,8	12,8	18,4	23,2	27,4	29,9	27,4	20,7	22,4
Cooperativas de Crédito	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	0,7	0,8	0,9	1,0	1,3	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.109.

Tabela 15 – Participação % das instituições nos depósitos da área bancária (1994 – 2004)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Públicos	55,9	58,0	61,2	59,1	51,2	50,6	43,9	43,2	42,1	42,4	39,3
Bancos + Caixas Estaduais	16,5	16,1	18,7	17,1	13,3	11,5	7,4	7,2	7,4	7,3	6,6
Banco do Brasil	15,1	17,6	16,0	18,0	17,4	19,1	17,1	17,0	17,7	18,6	17,1
Caixa Econômica Federal	24,4	24,3	26,6	24,1	20,5	19,9	19,5	19,1	16,9	16,5	15,6
Bancos privados	43,9	41,8	38,4	40,4	48,2	48,6	55,1	55,5	56,4	55,8	59,3
Nacionais	39,4	36,4	34,1	32,9	33,1	31,8	33,9	35,3	36,6	38,2	39,4
Estrangeiros	4,6	5,4	4,4	7,5	15,1	16,8	21,1	20,1	19,8	17,6	19,9
Cooperativas de Crédito	0,2	0,2	0,3	0,5	0,6	0,8	1,0	1,3	1,5	1,8	1,4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.110.

Tabela 16 – Participação % das instituições no crédito da área bancária (1994 – 2004)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Bancos Públicos	59,1	62,1	58,1	52,2	53,2	47,5	39,1	24,8	28,6	32,7	31,3
Bancos + Caixas Estaduais	18,9	23,5	23,5	10,3	8,9	8,1	5,1	3,1	4,8	4,5	4,4
Banco do Brasil	19,9	16,0	10,6	11,0	12,1	10,6	11,0	14,5	16,2	20,4	19,4
Caixa Econômica Federal	20,4	22,6	24,0	30,9	32,3	28,7	23,0	7,1	7,6	7,9	7,5
Bancos privados	40,5	37,5	41,4	47,1	45,9	51,4	59,7	73,6	69,7	65,1	66,4
Nacionais	35,4	31,8	32,7	35,4	31,0	31,7	34,5	42,1	39,7	41,3	41,3
Estrangeiros	5,2	5,7	8,6	11,7	14,9	19,8	25,2	31,5	29,9	23,8	25,1
Cooperativas de Crédito	0,3	0,4	0,5	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,8	2,1	2,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.110.

Tabela 17 – Patrimônio Líquido das instituições do segmento bancário (em bilhões R\$):
1994 – 2004

	12/96	12/97	12/98	12/99	12/00	12/01	12/02	12/03	06/04	12/04
Bancos e Caixas Estaduais	5,8	5,2	7,1	8,3	4,6	3,5	5,5	6,5	6,5	7,6
Banco do Brasil	5,6	5,3	6,3	7,3	8,0	8,9	9,2	12,4	12,9	14,1
Caixa Econômica Federal	4,2	4,1	3,4	3,9	3,1	4,0	4,6	5,9	6,2	6,7
Nacionais	25,5	23,5	31,1	34,9	40,6	52,1	57,7	79,7	81,6	86,1
Estrangeiros	5,4	6,5	13,7	19,0	22,8	31,3	39,0	42,1	42,4	44,1
Cooperativas de Crédito	0,6	0,7	1,0	1,3	1,6	2,1	2,6	3,4	3,7	4,2
Total	47,1	45,4	62,6	74,7	80,6	101,8	118,5	150,0	153,2	162,7

Fonte: TINTI; ABDULMACIH, 2007, p.111.

Ribeiro e Tonin (2010) elaboram um estudo sobre a concentração bancária entre 1990-2009, a partir do cálculo de índices de concentração econômica³⁴, com as variáveis: patrimônio líquido; ativos totais; operações de crédito; depósitos totais, para caracterizar o *market-share* de: bancos públicos, bancos privados nacionais, bancos com controle estrangeiro, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e cooperativas de crédito. Há um aumento no patrimônio líquido de bancos privados e estrangeiros, as operações de crédito diminuem, em virtude da preferência dos bancos por títulos cambiais e uma quantidade menor de bancos tende a concentrar um volume maior de depósitos.

Além da concentração bancária, diversos autores analisam a rentabilidade e a eficiência do sistema bancário brasileiro no pós-Plano Real. Puga (1999) avalia a rentabilidade e eficiência dos bancos no período (1994-1998). Então, a lucratividade dos bancos (lucro líquido/patrimônio líquido) decresceu significativamente após as elevações dos juros no final de 1995 e de 1998. O índice de margem líquida dos bancos que corresponde à relação entre o resultado de intermediação financeira e o total de ativos reduziu em 1994, refletindo a perda dos ganhos de receita com o *floating*.

Outro indicador de rentabilidade, no qual, é representado pela relação entre as receitas de serviços e a soma das receitas de intermediação financeira e de serviços. Desse modo, os bancos têm procurado compensar as perdas dos ganhos com o *floating* elevando as tarifas bancárias e cobrando por serviços que eram gratuitos no período de inflação elevada. A rentabilidade melhora a partir de 1997, em função, principalmente, de ajustes de bancos públicos federais.

³⁴ Os índices de concentração utilizados naquele estudo foram: Razão de Concentração (CRK), Hirschman-Herfindahl (HHI), Entropia de Theil (T), Índice Hall-Tideman (HTI), índice de Concentração Industrial Compreensível (CCI), índice de Hause (*Hm*), Hannah e Kay (HKI).

Quanto à eficiência, Puga (1999) afirma que os bancos nacionais com controle estrangeiro foram mais eficientes, enquanto os bancos comerciais e múltiplos públicos federais foram os menos eficientes, entre junho de 1994 e dezembro de 1997. O Banco do Brasil reduziu as despesas administrativas e de pessoal com o fechamento de agências e na queda do quadro de funcionários (PUGA, 1999, p.34-36).

De acordo com Faria, Paula e Marinho (2007), a reestruturação a partir de 1995, significou a consolidação do setor bancário com a redução de bancos e de agências; queda de empregos no setor; e com maior grau de concentração de mercado que, de um modo geral, levou a uma maior eficiência de custos e economias de escala. Os autores elaboram um estudo comparativo de eficiência de 12 instituições no período de 1995-2005, com os seis maiores bancos varejistas privados no país, que participaram intensamente do processo de F&A bancárias: bancos nacionais – Bradesco, Itaú e Unibanco; e bancos estrangeiros – Santander, ABN-Amro e HSBC. Além de três bancos de médio porte com perfil atacadista (Safrá, Citibank e BankBoston) e três grandes bancos públicos (BB, CEF e Nossa Caixa). Em termos gerais, houve uma melhora na eficiência dos bancos privados nacionais, principalmente, a partir de 2003, com destaques para o Bradesco e o Itaú. A maior eficiência pode ser explicada pelo aprimoramento do gerenciamento operacional e de cortes administrativos e de pessoal, melhores rendimentos por segmento de cliente e pelos altos investimentos em renovação tecnológica.

Paula e Faria (s.d.) estimam a evolução técnica e de escala do setor bancário brasileiro de 2000-2006 com uma amostra de 38 instituições bancárias. Essas instituições foram divididas em cinco segmentos: grandes bancos varejistas, bancos varejistas regionais, bancos varejistas para alta renda, bancos atacadistas e bancos especializados em crédito para evidenciar o tipo (varejista ou atacadista), a natureza da instituição e seu nicho de mercado. Observa-se, que a partir de 2005, há uma melhoria na eficiência da maioria dos segmentos, coincidindo assim com a expansão do crédito bancário. Os grandes bancos varejistas têm um patamar de eficiência maior ao de bancos estrangeiros e regionais, com destaque para: Itaú e Bradesco. Há eficiência de escala no modelo de intermediação para ativos de aproximadamente R\$ 30 bilhões, ocorrendo perdas de escala numa faixa de R\$ 30 bilhões a R\$ 100 bilhões de ativos. Esses resultados sugerem que a opção de ser grande no mercado varejista parece ser vantajosa, porquanto existe um amplo potencial de geração de receitas e lucros. As eficiências de escala são semelhantes entre bancos estrangeiros e nacionais.

Para Arienti (2007), a lucratividade dos bancos tem aumentado e isso significa uma melhoria de eficiência. O grau de rentabilidade é calculado pela proporção do lucro líquido

sobre o patrimônio líquido, medindo a capacidade que a instituição tem, de administrando seus ativos e passivos, gerar renda para os seus acionistas, logo é, a taxa de retorno para os proprietários de seu capital (ARIENTI, 2007, p. 590).

Corazza (p.18-19, 2000) compara dados do setor bancário da Inglaterra, do Japão, da Alemanha, do Canadá, da Suíça, do Brasil, da França e dos EUA em 1997 para comprovar que a rentabilidade dos bancos brasileiros se equipara à dos países desenvolvidos, enquanto os custos operacionais dos bancos brasileiros são quatro vezes superiores aos dos países desenvolvidos. O autor destaca ainda que o Brasil está muito abaixo dos demais países, em termos de alavancagem e com índice de capitalização muito superior, refletindo as exigências feitas pelo Comitê de Basileia como medida de fortalecimento dos bancos face às crises financeiras dos anos 90.

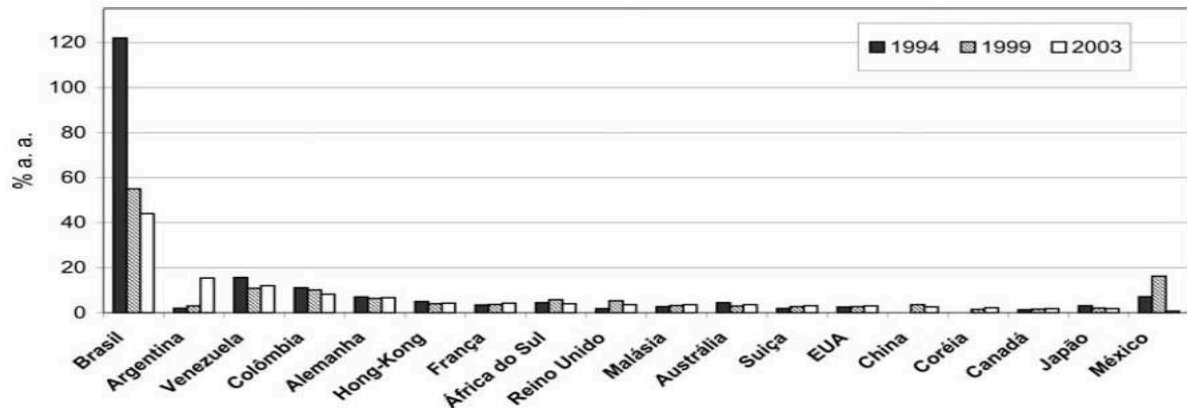
Para os defensores da ampliação estrangeira no país não houve o efeito esperado em relação à oferta e aos custos de crédito, a relação Crédito/PIB reduziu entre 1993-2000. As explicações são a instabilidade e o aumento da inadimplência, bem como, as políticas macroeconômicas restritivas: aumento dos juros, compulsórios e de impostos. Em contrapartida, houve crescimento de títulos públicos na carteira de ativos de grandes bancos múltiplos, propiciando *hedge*, pois são considerados de baixo risco e com alta liquidez e rentabilidade. Os bancos estrangeiros vêm adotando este mesmo tipo de comportamento de bancos nacionais (ARIENTI, 2007, p. 593-595).

No período de 1994-2000, apesar da redução substancial dos *spreads*³⁵, ou seja, a diferença entre a taxa de aplicações de empréstimos e a taxa de captação de instituições financeiras, os *spreads* mantêm-se em patamares elevados. Basicamente, os *spreads* são compostos pela margem líquida, pela taxa básica de juros, pelas despesas administrativas, pelo risco e pelos impostos. Conforme Oreiro et al. (2006): em 1994, o *spread* era de aproximadamente 120%, alcançou o seu valor máximo de 150%, em 1995 – em razão das medidas de política monetária contracionistas do BCB após o Plano Real – diminuindo para 40%, em 2000. Mesmo o cenário macroeconômico sendo mais estável, houve uma redução do Crédito/PIB, em virtude, da elevada volatilidade da taxa de juros. A incerteza do ambiente econômico e a inadimplência dos clientes (empréstimos *em default*) que levam ao aumento de risco de crédito, além da volatilidade na taxa de juros explicam o alto *spread* praticado no

³⁵ O autor também descreve a literatura sobre os determinantes do *spread*. Para alguns autores, o aumento da concentração bancária leva ao aumento das margens de intermediação. Neste tipo de modelo o *spread* bancário é uma função crescente do grau de concentração do setor bancário como um todo.

Brasil. O Gráfico 1 faz uma comparação no spread bancário no Brasil e outros países em 1994, 1999 e 2003.

Gráfico 1 – Spread bancário no Brasil e no mundo



Fonte: OREIRO, et al., 2006, p. 619.

Para Corazza e Oliveira (2007), as mudanças estruturais do sistema bancário brasileiro foram acompanhadas da estabilização macroeconômica, da abertura econômica e do intenso processo de internacionalização. Assim, faz-se necessário, promover um sistema bancário mais sólido e mais competitivo com a ampliação da bancarização, com o aumento da oferta de crédito e com o baixo custo das atividades produtivas. Cabe destacar, a importância do processo de “bancarização” à população, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico e tornando mais eficiente os efeitos da política monetária:

A **bancarização**, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, mediante a inserção econômico-financeira da população, também tem repercussões importantes sobre a **eficácia da política monetária**. Em um **ambiente de estabilidade** é importante que o maior número possível de indivíduos tenha acesso aos instrumentos de poupança e de crédito, fortalecendo o mecanismo de transmissão da política monetária. (MEIRELLES, 2007, apud SIQUEIRA, 2007, p.14, grifos nossos).

4.2 AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DE PRODUTOS, SERVIÇOS E ATENDIMENTO BANCÁRIO

4.2.1 A Tecnologia da Informação e Comunicação no setor bancário

A reestruturação produtiva no setor bancário nos anos de 1990 provocou alterações, na estrutura de capital, no mercado de trabalho bancário, bem como no processo de fusões e aquisições que levou à adaptação de sistemas internos, à introdução de novas tecnologias de

atendimento e à criação de produtos e serviços bancários, para atender um mercado cada vez mais competitivo. Esse processo de difusão tecnológica³⁶ também é resultado da globalização e das medidas regulatórias e prudenciais ao sistema bancário³⁷. Conforme Facó, Diniz e Csillag (p. 181, 2009): “é importante considerar que as características reguladoras adotadas podem influenciar direta ou indiretamente na difusão de produtos e serviços inovadores neste mercado [bancário].”.

Assim, os bancos passaram a investir intensamente em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como uma estratégia de diferenciação diante da concorrência.³⁸

O fato é que o papel da tecnologia da informação (TI) será cada vez mais relevante para o desenvolvimento dessas capacitações de diferenciação do setor bancário para os clientes. As áreas de TI dos bancos viabilizarão grandes tendências tecnológicas identificadas globalmente. Cada uma dessas tendências deverá oferecer novas oportunidades para aumentar a percepção dos consumidores quanto à conveniência, controle, reconhecimento e transparência em sua relação com os bancos. (FEBRABAN, 2012, p.33).

De acordo com Facó, Diniz e Csillag (2009) a tecnologia é utilizada para induzir a inovação de processos e produtos e a distribuição aos clientes, visando a melhorar a eficiência no setor. Portanto, há menores custos, diminuição de riscos e ganhos de escala e rapidez. Para esses autores, “por serem os principais usuários de Tecnologia de Informação – TI, os bancos se transformam assim no setor mais atraente para o estudo de inovação tecnológica em serviços.” (FACÓ; DINIZ; CSILLAG, 2009, p.189).

Mello, Stall e Queiroz (2006) ressaltam que a automação bancária foi iniciada nas agências por meio dos caixas eletrônicos incluindo os ATM (*automated teller machine*), expandindo-se para o *Drive Thru* (postos de autoatendimento que operam 24 horas por dia), além de operações realizadas por telefone, fax e internet. Enquanto que para os bancos a tecnologia representa a redução de custos³⁹, para os clientes significa comodidade e conforto, pois permite o acesso a contas bancárias e a aquisição de produtos e serviços em qualquer

³⁶ As inovações tecnológicas iniciam a partir da década de 1960 com a criação dos centros de processamento de dados (CPDs), com a presença de computadores nas agências, na década de 1970 e a partir de 1980 com a introdução do sistema *online*. Contudo, o processo de difusão tecnológica torna-se cada vez mais intenso nos anos de 1990 e 2000.

³⁷ Segundo Rezende (p. 44, 2012), em resposta as rigorosas regulamentações impostas aos bancos: “A securitização (*securitization*) e o mercado de derivativos são exemplos de inovações financeiras que se expandiram rapidamente com o emprego da TIC.”.

³⁸ Para maiores informações sobre o processo de evolução tecnológica no sistema bancário ver: Fonseca; Meirelles e Diniz (2010).

³⁹ Para Rezende (p. 85, 2012): “uma transação realizada em uma agencia bancaria custa o dobro de uma feita por um serviço telefônico e dez vezes mais que uma efetuada por intermédio da *Internet*.”.

lugar do mundo, sem a necessidade de deslocar-se até as agências. Os autores alertam para os problemas técnicos (indisponibilidade do *website*) e de segurança que acabam levando a desconfiança dos clientes, que muitas vezes, consultam saldos e extratos, contudo não realizam as transações no ambiente da internet.

Rezende (2012) diferencia dois tipos de tecnologias utilizadas pelos bancos: as tecnologias *front-office*, que são aquelas utilizadas diretamente aos serviços e produtos oferecidos aos clientes, como cartões magnéticos com microchips que levam a substituição do papel-moeda; e pagamentos eletrônicos que reduzem o volume de depósito, etc. As tecnologias *back-office* são usadas nos processos de produção, como os métodos de avaliação das informações dos clientes desenvolvidos pela engenharia financeira.

Em suma, o desenvolvimento e a expansão da tecnologia da informação e comunicação viabilizaram o uso de equipamentos, produtos e sistemas eletrônicos (caixas eletrônicos, cartões de crédito e débito e *softwares*) no sistema bancário como também potencializaram a criação de inovações financeiras (securitização, derivativos). (REZENDE, 2012, p. 79).

Muitos autores como Ely (1993), Larangeira (1997), Netz (2005) e Sanches (2013) avaliam o processo de automação e informatização com seus impactos sobre o trabalho bancário. Netz (p. 10, 2005) afirma que “a automação bancária, as novas formas de organização do trabalho, as fusões, as incorporações, as privatizações, a terceirização e a racionalização seriam responsáveis pela redução de grande número de trabalhadores”. Na Tabela 18 é possível comparar o acréscimo de investimentos em tecnologia com a gradativa redução na quantidade de trabalhadores bancários no Brasil, no período compreendido entre 1996-2006.

Tabela 18 – Investimentos em Tecnologias e Trabalhadores Bancários: 1996 – 2006

	Investimentos em tecnologia (R\$ Bilhões)	Nº. de trabalhadores bancários (Milhares)
1996	1,5	483
1997	1,8	446
1998	2,1	426
1999	2,5	392
2000	2,9	402
2001	3,1	393
2002	3,5	398
2003	4,2	399
2004	4,2	405
2005	4,6	420
2006	5,3	422
% 06/96	253,33	-12,63

Fonte: SANCHES, 2013, p. 50. Nota: Adaptação própria.

As instituições bancárias preocupam-se com qualificação e treinamento, decorrente das inovações tecnológicas e organizacionais (ELY, 1993, p.14-15).

Os processos de TI devem ser observados de forma interligada aos demais acontecimentos que giram em torno das reestruturações produtivas no setor bancário. Considera-se que eles foram convenientes às práticas de terceirização à medida que por ali são revisitados os processos de trabalho, sendo estes reformulados, promovendo assim uma nova divisão que envolve as empresas prestadoras de serviços e consequentemente os trabalhadores terceirizados. (SANCHEZ, p. 57, 2013).

A automatização provocou mudanças na disposição das agências (baterias de caixas). Com o atendimento sendo realizado pelas centrais de atendimento, ATMs e correspondentes bancários, há uma redução de empregados dentro das agências. Desta forma, as inovações tecnológicas contribuíram para flexibilização, racionalização, terceirização e redução de salários. Os *softwares* (sistemas) também são utilizados para controlar a produtividade de funcionários: intervalos, tempo de atendimento, ponto eletrônico, entre outros. Os celulares estendem a jornada de trabalho dos bancários seja para atendimento dos clientes ou dos gestores (SANCHEZ, 2013, p.43-56).

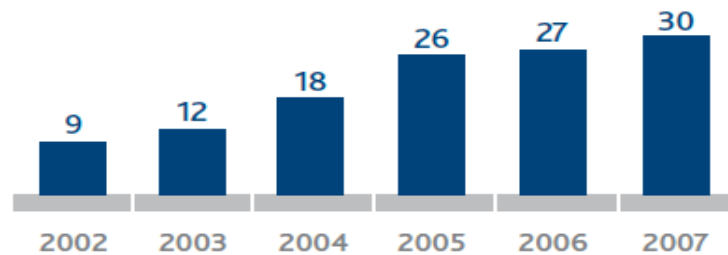
4.2.2 As formas alternativas de atendimento e o aumento da bancarização

Apesar da importância ainda significativa das agências bancárias, o processo de automação dos serviços bancários cresce de forma acelerada, com expressiva ampliação da parcela de serviços efetuados por meio do *internet banking* e dos canais de autoatendimento. (CAMARGO, 2009, p. 91).

Conforme estudo desenvolvido pela FEBRABAN (2012), o número de ATMs no Brasil continua crescendo e mantém-se como importante meio para transações bancárias. A maior parte deles está localizada nas agências bancárias, contudo há crescimento de ATMs em locais públicos. O número de transações por terminal é muito expressivo, indicando grande popularização e relevância do uso deste canal. Outra tendência importante tem sido acessibilidade aos clientes. No ano de 2006 apenas 5% do total estavam adaptados a pessoas com deficiência (PCD) percentual que passou para 67%, em 2011 (FEBRABAN, 2012, p. 14).

O acesso de clientes ao *internet banking* é resultado da própria expansão da internet com conexão banda larga e dos investimentos com segurança nos ambientes *online*. Desse modo, no período entre 2002 e 2007 há um salto de 9 milhões para 30 milhões de conta correntes com internet banking, conforme o Gráfico 2 (FEBRABAN, 2009, p. 15-16).

Gráfico 2 – Contas correntes com *internet banking* (em milhões)

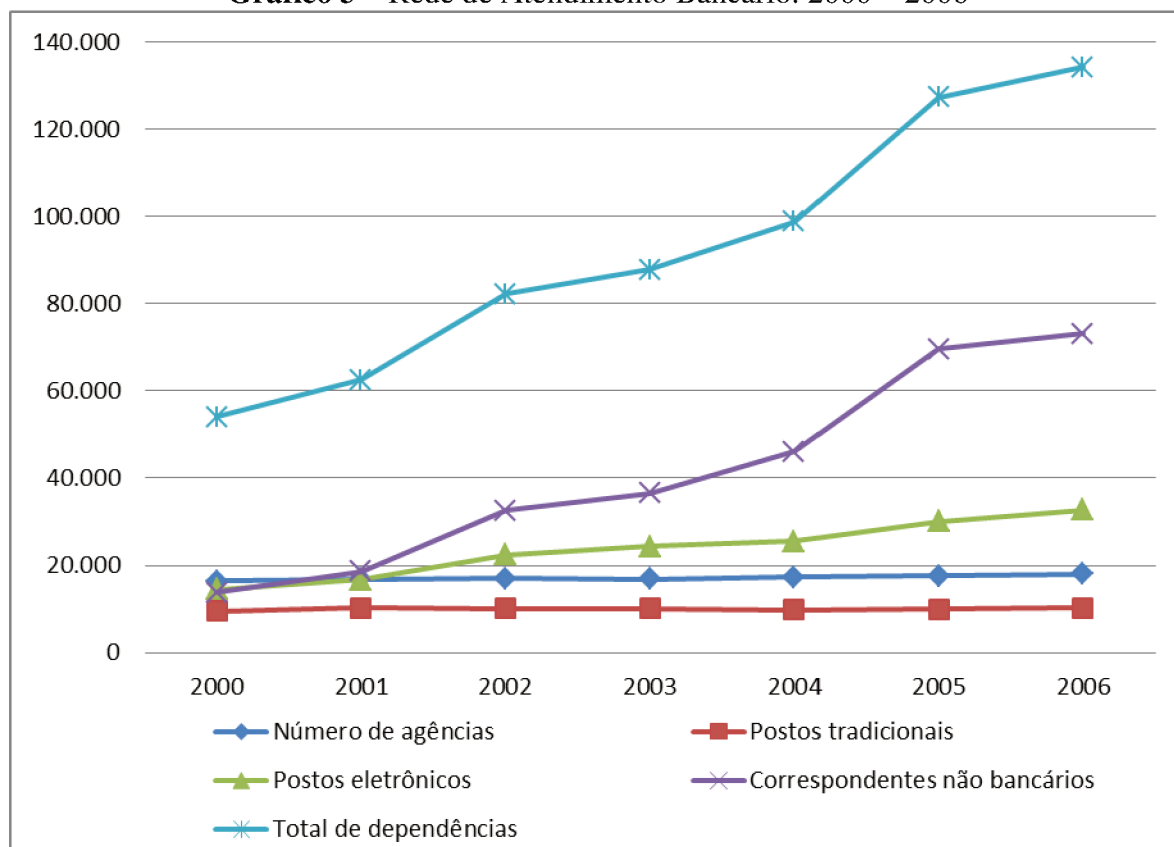


Fonte: FEBRABAN, 2012, p. 16. Nota: Adaptado.

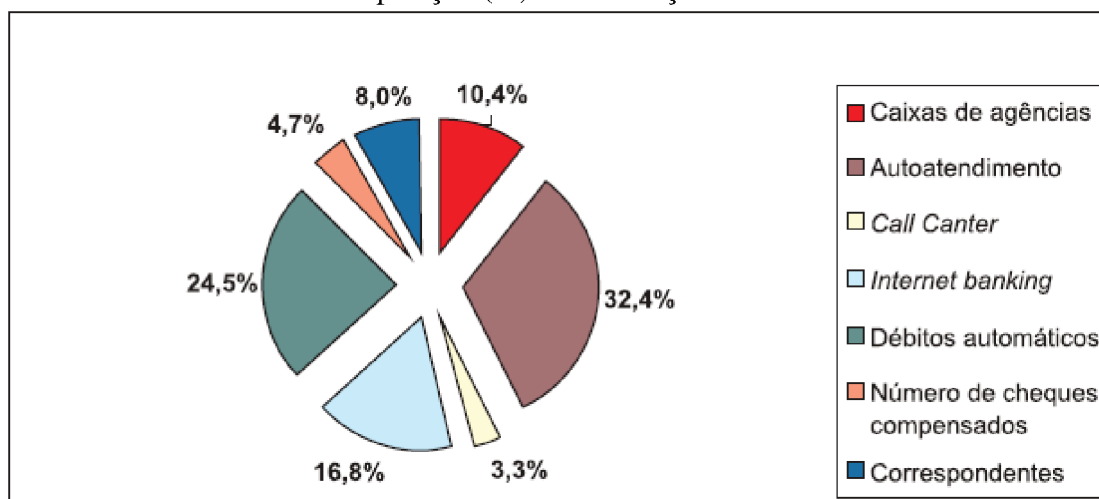
Mello, Stal e Queiroz (2006) comentam a importância do SAC (Serviço de Apoio ao Cliente) para atendimento ao cliente. As centrais de atendimento por telefone tornaram-se a realidade da década de 1990, estimulando o serviço terceirizado. Por outro lado, deve-se fazer um acompanhamento na qualidade deste tipo de atendimento, pois os clientes que são atendidos por centrais, muitas vezes, não são reportados diretamente aos gerentes de suas contas. Uma das sugestões elaboradas por esses autores é a opção de ligação-retorno.

Segundo Camargo (2009) deve-se destacar o atendimento por meio de “correspondentes bancários”. Os dados da FEBRABAN (2012) apontam para 33 mil correspondentes em 2002 e 96 mil em 2007. Conforme Sanchez (2013), no período de 2000 a 2006 a forma de atendimento que mais cresceu foram os correspondentes não-bancários com o total de aproximadamente 73 mil em 2006, seguida pelo autoatendimento, isto é, 32 mil postos eletrônicos em 2006, nota-se no Gráfico 3. Esses estabelecimentos comerciais: lojas, supermercados e outros são vinculados a bancos e oferecem serviços aos clientes, como saques, depósitos, pagamento de contas, dentre outros. Um exemplo disso é o Banco Postal, resultante de um acordo entre o Bradesco e os Correios para prestação desses serviços.

No gráfico 4, apresenta-se a composição percentual das transações efetuadas em 2006. Destaca-se a participação do autoatendimento (32,4%), dos débitos automáticos (24,5%), do *internet banking* (16,8%) e dos correspondentes (8,0%), totalizando 81,7% das transações, o que indica que grande parte do atendimento não é realizada diretamente por empregados das instituições bancárias – apenas 10,4% das transações foram realizadas por caixas de agências.

Gráfico 3 – Rede de Atendimento Bancário: 2000 – 2006

Fonte: SANCHEZ, 2013, p. 36. Nota: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Composição (%) das transações efetuadas em 2006

Fonte: CAMARGO, 2009, p. 92.

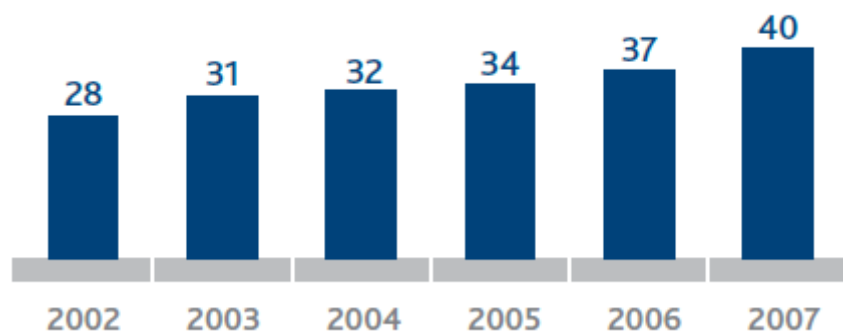
Também há uma forte tendência de estabelecimento de parcerias com redes varejistas, para financiamento do consumo e fornecimento de cartões de crédito e a criação de financeiras. São oferecidos, principalmente, cartões de crédito, financiamento a veículos e crédito ao consumo (CAMARGO, 2009, p. 91).

Camargo (2009) interpreta a grande quantidade de postos de atendimento ao fato de que a presença da agência ainda é um fator importante para atrair novos clientes, dado o baixo nível de bancarização da população, conforme Gráfico 5, a população bancarizada passou de 28 milhões, em 2002, para 40 milhões de brasileiros, em 2007. Os bancos adotam a estratégia de segmentação de clientes por renda, perfil, investimentos e relacionamento com o banco para desenvolver produtos e pacotes de serviços diferenciados a cada cliente (CAMARGO, 2009, p.93).

FEBRRABAN (p.11, 2012) ressalta o aumento da bancarização, decorrente da ascensão das classes C e D, conseqüentemente, trazendo diferentes demandas aos bancos: “Para isso, investimentos em tecnologias serão indispensáveis para viabilizar o contínuo trabalho de busca por eficiência operacional, tanto nas agências como em outros canais.”.

Esse cenário proporciona às instituições financeiras uma experiência de consumidor mais completa, com uma visão que engloba necessidades de utilização e transformação dos diferentes canais de atendimento - agência, internet, mobile, autoatendimento etc. **Para viabilizar essas transformações, os bancos devem investir não só em um portfólio diferenciado de produtos, mas também em um ferramental de relacionamento mais robusto, que envolva um suporte tecnológico para entender e atender essa nova camada da população de maneira satisfatória e ágil.** (FEBRRABAN, 2012, p. 11, grifos nossos).

Gráfico 5 – População bancarizada no Brasil (em milhões de indivíduos)

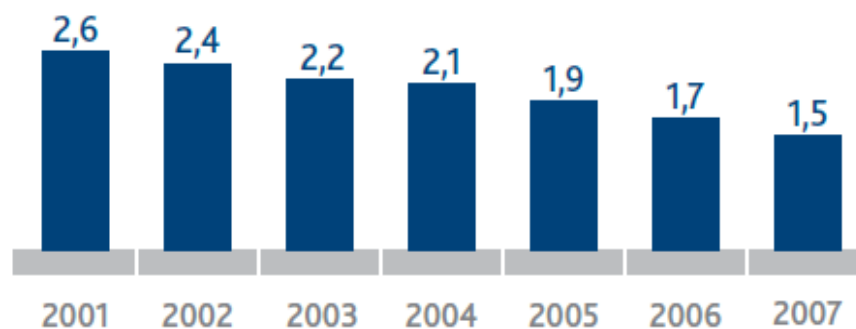


Fonte: FEBRRABAN, 2012, p. 11. Nota: Adaptado.

Para Camargo (2009) os bancos públicos tiveram participação importante nesse processo de bancarização, por meio do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. “A conta simplificada foi criada pelo Banco Central, em 2003, com o objetivo de incluir os consumidores da baixa renda no setor bancário, facilitando a abertura de conta corrente e a concessão de empréstimos.” (CAMARGO, 2009, p.93).

O número de contas bancárias atingiu 112,1 milhões em 2007, um crescimento de 76% em relação a 2000. Destaca-se, ainda, o crescimento da quantidade de cartões de crédito, de 28 milhões, em 2000, para 93 milhões, em 2007 (CAMARGO, 2009, p.94). De acordo com a FEBRABAN (2012), as classes C e D podem impulsionar a penetração de cartões por habitantes no país. Claramente, observa-se uma substituição do uso dos cheques pelos cartões para realização de pagamentos. Em 2001, 2,6 bilhões de transações eram realizadas por meio de cheques, em 2007 esse número passou para 1,5 bilhões, conforme no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Volume de transações de cheques (em bilhões de transações)



Fonte: FEBRAN, 2012, p.21. Nota: Adaptado.

4.2.3 Os produtos e serviços bancários

De modo geral, a partir de 2003, há uma elevação na carteira de crédito dos bancos, em virtude do bom desempenho da economia com redução das taxas de juros e ampliação dos prazos de amortização. Desta forma, destaca-se o segmento de varejo: financiamentos de veículos, financiamento imobiliário, crédito consignado e cartões de crédito (CAMARGO, 2009, p. 97-98).

No ano de 2007, o financiamento de veículos representou 34% dos créditos direcionados às pessoas físicas, significando uma expansão de 423% em relação ao ano de 2000. O crédito consignado, mesmo sendo permitido para servidores públicos desde 1990, somente ganhou importância após a regularização dessa modalidade para trabalhadores do setor privado em 2003, além da inclusão de aposentados e pensionistas⁴⁰, no ano de 2004.

⁴⁰ Considerada uma operação de baixo risco, diminui a exigência de capital próprio para as provisões e aumentando o Índice de Basileia. Camargo (p. 100, 2009) descreve: “Em 2004, foram feitas alterações significativas na legislação que trata do produto. O Decreto nº. 5.180 e a Lei nº. 10.953 trouxeram a possibilidade de contratação com aposentados e pensionistas do INSS, sem a necessidade de transferência de domicílio bancário e de vinculação do benefício ao banco concessor de empréstimos e financiamentos.”.

Houve crescimento no crédito habitacional possibilitada pela estabilidade econômica (emprego e renda). A principal alteração foi à criação da alienação fiduciária em 1997, que garante a recuperação do imóvel em caso de inadimplência⁴¹, entretanto não começou a ser usada de imediato, devido ao receio dos bancos quanto ao comportamento do Judiciário, sendo que a CEF foi à pioneira, em 2000.

A estratégia recente das instituições bancárias é oferecer cartões a não correntistas, por meio das financeiras e do estabelecimento de parcerias com grandes lojas varejistas. Além disso, os cartões garantem os elevados *spreads* bancários.

O *spread* bancário brasileiro apesar de ter diminuído, a partir de 2004, manteve-se elevado no período pós-estabilização macroeconômica. Ainda assim, é superior a muitos países. Camargo (p. 84, 2009) ressalta: “Desde 2001, verifica-se que o maior componente do *spread* é a inadimplência, seguida pelo resíduo líquido, que representa a margem efetivamente apropriada pelos bancos.” (Tabela 19). Também, verifica-se que o *spread* na Pessoa Física é dobro da Pessoa Jurídica (Tabela 20).

Tabela 19 – Decomposição do spread bancário (%): 2001 – 2007

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Spread Total	39,95	42,46	41,52	35,56	36,4	34,76	28,4
Inadimplência	32,4	32,2	31,9	34,7	36,1	38,3	37,4
Resíduo Líquido	28,1	18,4	31,0	26,1	25,4	28,2	26,9
Custo Administrativo	13,2	15,0	11,8	14,2	15,5	12,4	13,5
Impostos Diretos	14,1	11,5	13,4	11,0	9,9	10,0	10,5
Tributos e Taxas	6,9	7,8	7,1	7,6	8,1	7,7	8,1
Custo do Compulsório	5,3	15,1	4,8	6,4	5,0	3,4	3,6
Inadimplência + Res. Líquido	60,5	50,6	62,9	60,8	61,5	66,5	64,3

Fonte: CAMARGO, 2009, p.85.

Tabela 20 – Spread (%) no Brasil – Taxas prefixadas (2000 – 2008)

	dez./00	dez./01	dez./02	dez./03	dez./04	dez./05	dez./06	dez./07	jun./08
Geral	36,11	39,95	42,46	41,52	35,56	36,40	34,78	28,40	31,12
Pessoa Jurídica	21,57	24,38	24,97	26,44	23,19	24,07	24,30	20,97	23,78
Pessoa Física	49,68	50,99	54,51	50,85	42,94	42,60	39,63	31,92	34,74

Fonte: CAMARGO, 2009, p.84.

⁴¹ Inadimplência do crédito imobiliário do Sistema Financeiro passou de 11,2%, em 2003, para 3,6%, em 2008. A carteira de crédito habitacional atingiu R\$ 52,8 bilhões em junho de 2008, um crescimento de 121% em relação a dezembro de 2001. Em 2007, foram financiados 196 mil imóveis (CAMARGO, 2009, p. 103).

Resumidamente, os bancos que sobreviveram à reestruturação produtiva nos anos de 1990, adotaram como estratégias a receita de tarifas⁴² em serviços prestados, os investimentos em títulos públicos, o aumento do crédito com a estabilização macroeconômica, principalmente após 2003.

4.3 OS IMPACTOS DESSAS MUDANÇAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BANCÁRIO

As transformações no mercado de trabalho bancário foram originadas pelo próprio processo de reestruturação produtiva do setor nos anos de 1990 – por meio de fusões e aquisições, privatizações e liquidação de bancos, – e respondem a um movimento de reestruturação mais amplo derivado da flexibilização e racionalização do trabalho visando a minimização de custos; a utilização da automação; e a substituição do modelo de trabalho taylorista-fordista⁴³ pelo modelo toyotista, num ambiente de mercado cada vez mais competitivo. Segundo Duck et al (p.217, 2002), “as transformações que vêm ocorrendo no trabalho bancário, nos últimos anos, é parte de um processo mais geral, marcado pela globalização, pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais.”.

Segnini (1999) aponta um conjunto de medidas, as quais afetaram diretamente o emprego bancário: a) a evolução das tecnologias de informação, informática e telemática; b) a terceirização de trabalhos considerados “não bancários” (segurança, limpeza, engenharia, desenvolvimento de softwares, entre outros) e serviços bancários (análise de crédito, compensação de cheques e centrais de atendimento); c) as diferentes formas de gestão: Programas de Reengenharia e Programas de Qualidade.

O DIEESE (1996) elaborou diversas hipóteses a respeito do impacto das fusões e aquisições sobre o trabalho bancário, considerando os mercados de atuação de varejo ou de atacado. De um modo geral, os clientes aproveitam os benefícios provenientes da sofisticação tecnológica e da expansão de serviços. Logo, destaca-se a necessidade de aproveitamento da

⁴² “A participação das receitas de prestação de serviços nas receitas totais cresceu de 7,6%, em dezembro de 1994, para 21,2%, em setembro de 2007.” (CAMARGO, 2009, p. 112).

⁴³ “Sai-se de um modo de produção calcado na cientificidade do trabalho e da produção em série (taylorismo-fordismo) para um modelo que propicie mais produção em menor tempo, com menos custos e sem estoques (por demanda).” (GUILHERME, 2013, p. 35). Surgido no Japão, o Toyotismo tem como origem, a fábrica de automóveis, Toyota. Basicamente, são características deste modelo de produção: a qualidade total, a flexibilização, a descentralização, a alta produtividade, a especialização flexível do trabalhador, a otimização do tempo. O método *just in time*, evidencia este modelo de organização na produção, obtendo maior qualidade em pouco tempo de produção (GUILHERME, 2013, p. 36).

experiência acumulada de funcionários com maior qualificação, o que nem sempre ocorre. Em termos de distribuição ocupacional, os cargos de diretoria e gerência são mais importantes diante da competição do mercado, enquanto cargos como, caixas, escriturários, chefias intermediárias e áreas de retaguarda tendem a diminuir ou até desaparecer dentro das agências.

Alguns autores analisaram a reestruturação do trabalho bancário em bancos específicos. Silva (1999) descreveu elementos como, o desemprego, a introdução tecnológica, a terceirização e o sindicalismo no maior banco privado nacional, o Bradesco. Martins (2010) verifica esse processo em um banco público federal, a Caixa Econômica Federal. Nespoli (2004) e Montanha (2006) apontam a reestruturação produtiva com destaque ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) em um importante banco público estadual, o Banespa.

Neste contexto, diversos estudos – DIEESE (1996), Larangeira (1997), Segnini (1999), Druck et al. (2002), Guilherme (2013) – destacaram as principais modificações do setor bancário, com ênfase no aumento do desemprego, no processo de terceirizações da mão-de-obra, na a intensificação e deterioração do trabalho, na mudança do perfil do bancário com maiores exigências de qualificação e treinamento, e na fragilização da organização nacional dos bancários (desmobilização sindical), assuntos que serão evidenciados nos itens subsequentes.

4.3.1 O novo perfil do bancário

O desemprego e a terceirizações modificam o perfil do bancário que deverá ser polivalente com múltiplas competências.

A nova qualificação do bancário no contexto da reestruturação dos bancos – observam-se paradoxos e contradições fortemente relacionados ao contexto de desemprego intenso, precarização e intensificação do trabalho, bem como o crescimento da competição e da produtividade observadas no setor. (SEGNINI, 1999, p. 196).

O novo profissional deverá ser especializado em vendas; ter conhecimentos sobre mercado financeiro; sobre a utilização de *softwares*, de matemática financeira; e também de outro idioma, além de atitudes e comportamentos relacionados à capacidade negocial, ou seja,

o “saber-vender”.⁴⁴ Portanto, seguindo a tendência mundial, são tarefas não prescritas claramente nos manuais (LARANGEIRA, 1997, p. 118).

De acordo com Guilherme (2013), o trabalhador bancário tem que “mudar para sobreviver ou está fora do mercado.”. Nesta perspectiva, exige-se a capacitação constante do trabalhador, a qualidade total, a excelência, a visão mercadológica, ser comerciário de produtos. Muitas vezes, o trabalhador abre mão do seu tempo de descanso, cumpre uma dupla jornada para manter-se em seu emprego.

Em seu perfil – e dada às condições impostas pelo movimento de reestruturação -, trata-se de um profissional de nível superior, mais instigado, jovem, inteirado das várias formas de comunicação e domínio de mais de um instrumento e linguagem informática, num processo constante de qualificação e cômico de seu papel muito embora ainda esteja colocado na condição de jogar o jogo que lhe é proposto. (GUILHERME, 2013, p. 111).

Larangeira (1997) descreve que a mudança no perfil do bancário, no Brasil, evidencia-se, também, pela elevação do nível de escolaridade da categoria⁴⁵. No período de 1994–1996, observa-se uma elevação do percentual de bancários com nível superior completo⁴⁶ e com pós-graduação (mestrado e doutorado) que passa de 28,6 % para 34,5 %. O número de bolsas de estudo concedidas pelos bancos para a realização de cursos de nível superior passou de 35% em 1995, para 61% em 1996 (LARANGEIRA, 1997, p. 119).

Os índices de escolaridade mais elevados registrados nos bancos referem-se não a uma exigência do conteúdo próprio ao posto de trabalho, **mas a um longo processo de desemprego que possibilita privilegiar, para permanecer empregado, os bancários mais escolarizados**, entre os outros que vão sendo excluídos desse segmento do mercado de trabalho (SEGNINI, 1999, p. 197-198, grifos nossos).

No Brasil, os bancos demonstram crescente preocupação em investir na área de formação e treinamento. Normalmente, são cursos rápidos, para desenvolver aspectos técnicos e comportamentais (liderança, espírito de equipe, comunicação); cursos de matemática financeira, crédito, negociação de serviços bancários e cursos externos. Há também prêmios e

⁴⁴ São exigidos outros atributos, como em Segnini (p. 198, 1999): “ser capaz de se adaptar à intensificação do ritmo de trabalho e às demandas dos clientes”, “disposição para ser competitivo”, “ser amável”, “equilibrado”, “ser capaz de se adaptar às novas situações”, “ter comportamento social adequado”, etc.

⁴⁵ As mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas ocupam cargos hierarquicamente inferiores. (SEGNINI, 1999, p. 199).

⁴⁶ A exigência por maior escolaridade, com nível superior completo, leva aos bancários, normalmente, aos cursos de Administração, Direito, Engenharia da Computação, Tecnologia da Informação e Economia (GUILHERME, 2013).

incentivos para conclusão destes cursos. Larangeira (1997) compara os anos de 1993 e 1996, verificando um crescimento superior a 100% no investimento em formação e treinamento (passando de US\$ 80 milhões, em 1993, para US\$ 174 milhões, em 1996). Nesse sentido, os funcionários “mais experientes” (em geral, os funcionários mais velhos), apresentam dificuldades a ajustarem-se às mudanças do presente, tanto em nível tecnológico, quanto em termos de desempenho de funções (LARANGEIRA, 1997 p. 119-120).

4.3.2 Terceirizações e desemprego

A diminuição de postos de trabalho no setor bancário, no sentido da racionalização e da reestruturação das atividades para reduzir custos e garantir a alta lucratividade é decorrente tanto da difusão tecnológica, como das mudanças organizacionais e de gestão do trabalho.

Para Larangeira (1997) houve uma mudança significativa no *layout* das agências, sendo que estas passaram a exibir espaços físicos especificamente demarcados, sinalizados e ambientados, de forma a atender aos novos objetivos do banco: disponibilizar a área de auto-atendimento, onde o cliente realize seu próprio atendimento; lotar a agência de uma estação de negócios e um local que corresponda as outras necessidades não atendidas (área destinada aos caixas). Para alguns autores, este último setor tenderá ao desaparecimento (inclusive a função de caixa), uma vez que a introdução de inovações na forma do atendimento dos clientes: telefone, internet (*home banking* e *office banking*)⁴⁷, correspondentes bancários e lotéricos que levam à redução desta função dentro das agências. Assim, com o incremento da informática, os caixas passam a ter seu trabalho intensificado com um controle na produtividade do trabalho medida pelas autenticações realizadas na jornada de trabalho, além da necessidade de venderem produtos (DUCK, et. al., 2002, p. 226).

Segnini (1999) descreve que os bancários mais afetados pela introdução de novos *softwares* são denominados de escriturários que realizam atividades repetitivas que não implicam e um alto grau de qualificação, porque são repetitivas e submetidas a tempos predefinidos, casos do encarregado da separação de documentos e cheques e do digitador.

Para Guilherme (2013), a expulsão da força de trabalho é promovida pela automação, atendendo a nova configuração econômica mundial, de tal modo que há substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. O trabalhador vira autômato, ou seja, perde sua autonomia

⁴⁷ A realização de transações por conexão eletrônica direta (*home banking*, *office banking*) já atendia a 1,4 milhões de clientes em 1996, conforme Larangeira (1997).

para ser dependente dos comandos, com isso precisa dominar as múltiplas linguagens de sistema e as novas tecnologias.

A redução de pessoal está também associada ao crescimento da terceirização no setor, que se iniciou pelas atividades não-bancárias (limpeza, segurança, manutenção de prédios, transporte de malotes, restaurantes, *telemarketing*, área de informática) e se estendeu às atividades bancárias (atividades de numerário, análise de crédito, compensação de cheques). As justificativas para a terceirização referem-se à redução de custos com pessoal, especialmente nas atividades de baixa qualificação e com trabalho-intensivas. Ao terceirizar essas atividades, a empresa deixa de arcar com os custos de remuneração e benefícios de funcionários protegidos por legislação⁴⁸ e amparados por um sindicalismo atuante, bem como com os custos gerenciais correspondentes (LARANGEIRA, 1997, p. 128).

Conforme Duck et al. (2002), a terceirização de bancos públicos acontece através da contratação de estagiários, geralmente estudantes universitários, que realizam as mesmas atividades de funcionários efetivos e trabalham em média 5 horas por dia, permanecendo entre 6 a 12 meses no banco, porém com remuneração precária.

Outra prática de gestão que passou a ser muito utilizada a partir de 1990 são os Programas de Demissão Voluntária (PDVs) – principalmente em bancos estatais – e os Programas de Incentivos à Aposentadoria (PAIs). Para Druck et. al. (2002), os funcionários que aderem aos PDVs vivem um drama, na condição de desempregados, microempresários falidos ou subempregados.

Os trabalhadores de bancos estaduais foram os mais afetados com a eliminação de postos de trabalho, devido ao trabalho terceirizado, à alta rotatividade e aos PDVs. A Tabela 21 mostra a quantidade de empregados que aderiram ao PDV e ao PAI no Banespa entre 1995-1998, enquanto que a Tabela 22 mostra a evolução de empregados neste banco.

Tabela 21 – Programa de Demissão Voluntária e Estímulo à Aposentadoria – Banespa

PERÍODO	DEMISSÃO	APOSENTADORIA	TOTAL
1995	2.165	-	2.165
1996	522	1.376	1.898
1997	2.223	969	3.192
1998	18	-	18
TOTAL	4.928	2.345	7.273

Fonte: NESPOLI, 2004, p.81.

⁴⁸ Intensificação do trabalho, jornadas de trabalho mais longas, frequentes horas extras, salários relativamente inferiores informam as práticas de gestão que determinam a precarização do trabalho em relação à mesma tarefa efetuada nos bancos (SEGNINI, 1999, p.194).

Tabela 22 – Número de empregados no Banespa: 1994 – 2002

Ano	Empregados
1994	33.877
1995	29.485
1996	26.839
1997	22.518
1998	21.099
1999	20.098
2000	19.482
2001	13.831
2002	13.816

Fonte: NESPOLI, 2004, p.89.

Aos bancários que conseguem permanecer nos seus empregos é exigido a polivalência, ou seja, que saiba desempenhar qualquer operação demandada pelo cliente, para que possa realizar todas as suas operações com o mesmo funcionário. A configuração organizacional tende a ser mais horizontalizada e com acentuada redução dos níveis hierárquicos com duas funções básicas: o atendente e o gerente (LARANGEIRA, 1997, p. 118). Os trabalhadores comumente realizam mais horas extras e recebendo salários relativamente menores.

Segnini (p. 195, 1999) destaca que “por intermédio da ‘pedagogia do medo’ do desemprego, o bancário qualifica-se, de acordo com o conceito atribuído a essa expressão pelos bancos.”.

De acordo com Larangeira (p. 113,1997), no Brasil, “a redução do número de bancários no período 1989-1996 foi de cerca de 40%, passando de 821.424 para 497.109.” Enquanto há um crescimento de terceirizados passou de 7.300 funcionários para 14.368 entre 1995–1996.

Pode-se concluir com a Tabela 23, que houve uma forte redução no mercado de trabalho bancário, tanto pela eliminação de postos de trabalho superpostos, superposição de agências, reestruturação das formas de gestão, fusão de postos de trabalho, bem como pelo uso intensivo das tecnologias da informação. Se, em 1986 a categoria representava um milhão de trabalhadores, em 1996 foi reduzida para 497 mil bancários, ou seja, em dez anos, 503 mil postos de trabalho foram suprimidos (SEGININI, p.187, 1999).

Tabela 23 – Estoque de empregos no setor financeiro Brasil: 1994 – 2000

Ano	Número de empregados	Varição absoluta	Varição relativa (%)
1994	567.031	- 88.180	- 13,5
1995	558.691	- 8.340	- 1,5
1996	483.165	- 75.526	- 13,5
1997	446.830	- 36.335	- 7,5
1998	426.442	- 20.388	- 4,6
1999	384.932	- 41.510	- 9,7
2000	388.030	3.098	0,8
Total 00/94			- 31,56%

Fonte: GUILHERME, 2013, p. 177. Nota: Adaptação própria.

4.3.3 A intensificação do trabalho e o movimento sindical

Não obstante, o sistema bancário foi o mais sintomático dentro do universo do trabalho a sofrer as transformações mais intensas. A redução nos postos de trabalho, a automação em larga escala, a intensificação do trabalho, a busca por captação de clientela, oferta de produtos, sutil cooptação para os interesses dos banqueiros e o adoecimento físico-psíquico dos bancários foram a tônica dos anos 1990, particularmente quando tratados na perspectiva do Brasil que, no mesmo período, sofreu transformações políticas, gozou da estabilidade econômica promovida pelo Plano Real mas aplicou o neoliberalismo atendendo à determinações assumidas pelo Consenso de Washington. (GUILHERME, 2013, p. 22, grifos nossos).

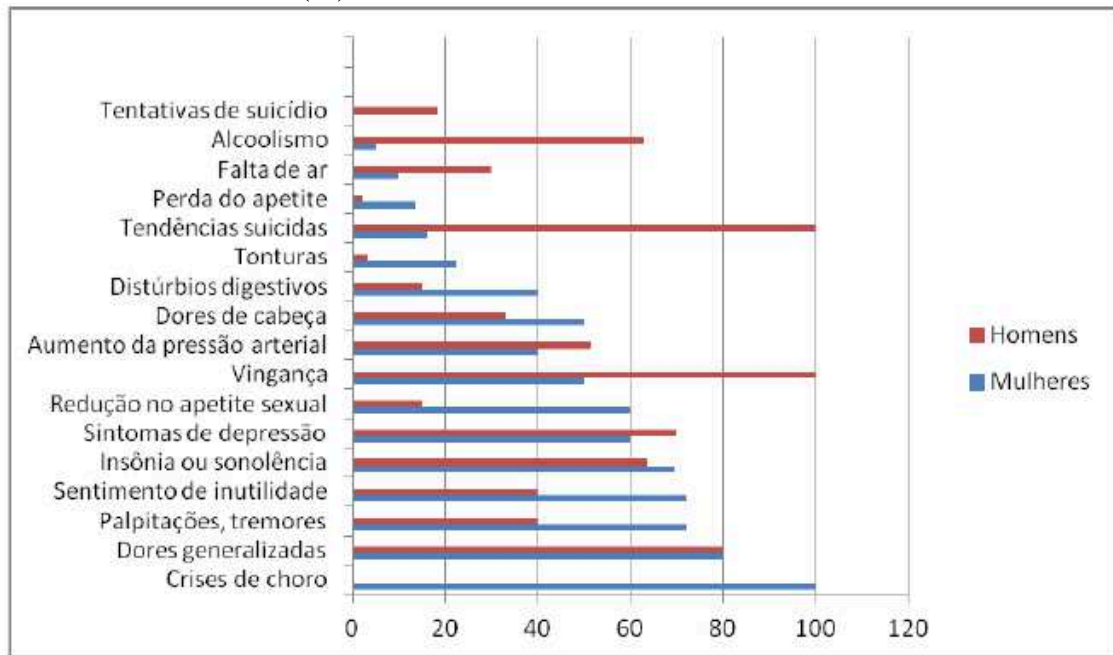
A intensificação do trabalho decorrente da redução de funcionários e da automação, intenso leva à “polivalência precária” e várias doenças de LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), bem como doenças de saúde mental (DRUCK, et. al.; 2002, p. 230).

Guilherme (2013) enfatiza a precarização do trabalho bancário a partir de 1990. A pressão psicológica por rendimento, a pressão por produção, a exigência de alta produtividade (ranking de vendas), o dever de substituir colegas ausentes, o medo para não cometer erros, a constante vigilância ao trabalho, o estabelecimento de metas inalcançáveis levam à competição e ao jogo sujo de interesses em prol da autopromoção (“salvar a própria pele”), à perda de solidariedade (omissão ao sofrimento alheio) e, à consequente, desumanização que ocorre nas instituições bancárias. O bancário não pode adoecer, nem tampouco pode demonstrar suas fraquezas.

A deterioração da qualidade de vida do bancário leva à “síndrome do trabalho vazio”, faltando uma perspectiva quanto ao futuro e seu próprio trabalho. O Gráfico 7 mostra as principais causas de afastamento entre os bancários no Brasil entre 1991-1998. De um modo

geral, nota-se que o trabalhador bancário sofre ainda com a coação e o assédio moral, grande parte, desenvolve doenças de fundo físico-psíquico – tanto doenças relacionadas à ergometria e à postura inadequada, quanto doenças psicossomáticas: alcoolismo, drogas, depressão, suicídio.

Gráfico 7 – Causas (%) de afastamento entre os bancários no Brasil: 1991 – 1998



Fonte: GUILHERME, 2013, p.189.

Guilherme (2013) enfatiza a submissão silenciosa à hierarquia e aos diferentes tipos de sofrimentos: patogênico, criativo, coletivo, pelo reconhecimento, ético. O autor ainda evidencia o processo de alienação do trabalhador, bem como a segregação e preconceito de gêneros e de sexualidade dentro do ambiente de trabalho, que constituem um verdadeiro regime de servidão voluntária⁴⁹.

A instabilidade e insegurança, além da ameaça de demissão, de substituição, de precarização de seu contrato de trabalho e de vínculos e direitos, fragiliza a relação entre trabalhadores e as instituições bancárias. Além dessa sensação de descartabilidade, há uma vulnerabilidade proveniente do exercício da profissão perigo: a violência especialmente para os gerentes e tesoureiros quanto ao “assalto a bancos” (DRUCK, et al.; 2002, p. 230).

Outra piora no trabalho bancário na década de 90 foram os salários. Nos acordos coletivos realizados em setembro de 1994 a 2003, houve perdas salariais reais ou o salário

⁴⁹ “O regime de servidão voluntária pode ser entendido a partir da necessidade do bancário manter o seu emprego – embora seja fonte de sofrimento – e da necessidade de prover o seu sustento e conforto por meio de sua atividade profissional.” (GUILHERME, 2013, p. 205).

manteve-se inalterado, pois os reajustes ficaram abaixo da inflação ou muito próximo da inflação, de acordo com a Tabela 24. Por outro lado, a tendência mundial de combinar benefícios fixos com benefícios variáveis – concedidos em função da produtividade e/ ou rentabilidade da empresa – passou a ser adotada no Brasil. Desse modo, a tendência é o crescimento do número dos chamados funcionários comissionados (jornada de trabalho maior do que a jornada legal de seis horas, mediante pagamento de gratificação). Outra modalidade de remuneração variável é o pagamento de prêmios e incentivos vinculados ao alcance de metas de desempenho (LARANGEIRA, 1997, p. 124).

Tabela 24 – Histórico dos reajustes salariais dos bancários: 1994 – 2003

Data-base	Reajuste (%)	Inflação ICV (%)	Inflação INPC (%)	Ganho ou perda real ICV (%)	Ganho ou perda real INPC (%)
Setembro/94	16,00	30,00	9,74	- 10,77	5,70
Setembro/95	30,00	28,16	25,80	1,44	3,34
Setembro/96	10,80	15,75	14,28	- 4,28	- 3,05
Setembro/97	5,00	6,71	4,30	- 1,60	0,67
Setembro/98	1,20	1,13	3,52	0,07	- 2,24
Setembro/99	5,50	5,79	5,25	- 0,27	0,24
Setembro/00	7,20	9,21	6,96	- 1,84	0,22
Setembro/01	5,50	8,30	7,31	- 2,59	- 1,69
Setembro/02	7,00	7,45	9,16	- 0,42	- 1,98
Setembro/03	12,60	15,50	17,52	- 2,51	- 4,19
Set./1994 a Set./2002.	126,67	179,80	124,63	- 18,99	0,91

Fonte: GUILHERME, 2013, p.173.

Diante destas mudanças (desemprego, reestruturação, privatização, terceirização, automação e qualificação total) aumenta a preocupação dos bancários. A reestruturação produtiva conseguiu fragilizar a organização sindical dos trabalhadores.

As dificuldades vividas pelo Sindicato resultam especialmente do processo de reestruturação produtiva em curso do setor, sendo que a violenta redução do número de trabalhadores bancários tem sido responsável pela redução do número de associados, ao tempo em que a terceirização tem levado a uma grande fragmentação e dispersão de trabalhadores. Além disso, as transformações nos conteúdos do trabalho bancário, a privatização (da cultura organizacional) dos bancos públicos e a mudança do perfil do trabalhador bancário têm implicações profundas para a atuação sindical. A necessidade de acompanhar essas rápidas mudanças com proposta de intervenção e luta sindical, num contexto de desmobilização social e política no país,

tem limitado a atuação dos sindicatos a forma de denúncia, com poucos resultados concretos de conquistas, mesmo que parciais. (DRUCK, et al.; 2002, p. 229).

Guilherme (2013) destaca que o sindicato dos bancários foi persistente no processo de democratização de lutas e direitos civis, especialmente no período conturbado da década de 1980, com a emblemática articulação na greve de 1985. Desse modo, os sindicatos cumprem com um papel social.

Por sua vez, os bancários destacavam-se por sua altivez, capacidade de organização e ação, rivalizando no embate direto com os banqueiros. Destacam-se historicamente pela capacidade de manter agências, centros de processamento e subcentros fechados - que nos períodos de greve se organizavam em piquetes – por longos dias, provocando perda direta no movimento diário dos bancos, pressionando a contramedidas por parte dos banqueiros, quer seja por meio de ações impetradas na Justiça do Trabalho ou por meio de ação midiática para conquistarem seu intento. (GUILHERME, 2013, p. 95).

Já década de 1990, segundo Guilherme (2013) trouxe o surgimento de uma nova organização sindical no contexto das relações trabalhistas. O movimento liberal com as privatizações e financeirização do capital provocou o desmantelamento sindical, a perda de identidade bancária e dos interesses de classe deste setor. Não há consenso entre estudiosos quanto às modificações na forma de atuação no sindicalismo bancário. Na Tabela 25, estão apontadas as principais reivindicações dos bancários no Brasil, em percentuais, de 1993 a 1999.

Tabela 25 – Motivos de greves entre os bancários no Brasil: 1993 – 1999 (em %)

Fator	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<i>Remuneração</i>	62	77	49	40	32	30	37
<i>Descumprimento da CCT e dos direitos</i>	24	19	37	42	43	56	51
<i>Emprego</i>	12	10	10	10	14	19	28
<i>PLR</i>	---	---	9	18	15	9	9
<i>Condições de trabalho</i>	12	9	10	10	12	2	10
<i>Sindical</i>	5	8	7	3	5	10	10
<i>Política</i>	6	3	4	1	3	8	6
<i>Jornada de trabalho</i>	3	3	5	12	8	6	10

Fonte: GUILHERME, 2013, p. 169.

Portanto, há de se recuperar a consciência do trabalhador que luta pelo seu próprio trabalho, porquanto conforme Guilherme (p. 33, 2013): “a resistência não se dá de forma isolada, mas, organizada entre os bancários que se unem – em busca de objetivos comuns –

em seus sindicatos para lutarem por seus direitos e pela dignidade oriunda do seu fazer cotidiano no trabalho.”.

Em face dessa nova configuração, os sindicatos dos bancários passaram a ter outras bandeiras de luta, não somente por salário, mas também por melhor qualidade de trabalho e da preservação de direitos conquistados. Entretanto, esses novos tempos não significavam abandonar os velhos ideais ou mesmo dar uma forte guinada na forma de atuação, luta e persistência: significava olhar o passado, transformar o presente e construir o futuro. (GUILHERME, 2013, p. 99).

CAPÍTULO V – O CENÁRIO DA CRISE GLOBAL E O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO NO PÓS-2008

5.1 A CRISE FINANCEIRA GLOBAL E SEUS IMPACTOS SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL

O capitalismo é intrinsecamente instável, mas uma crise tão profunda e danosa quanto a atual era desnecessária: **poderia ter sido evitada se o Estado democrático tivesse sido capaz de resistir a desregulação dos mercados financeiros.** (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.52, grifos nossos).

A crise bancário-financeira iniciada nos Estados Unidos em 2007, em decorrência da elevação da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos títulos hipotecários de alto risco (*subprime*), transformou-se em uma crise econômica mundial em 2008, atingindo tanto países desenvolvidos, quanto países em desenvolvimento.

Alberini e Boguszewski (2008), Braga (2009), Cardote (2009), Bresser-Pereira (2010) e Carvalho (2010) descrevem dois motivos principais que levaram à crise: as medidas econômicas implementadas pelo governo norte-americano na década de 1990 e à desregulação financeira, nos quais provocaram o surgimento de duas bolhas⁵⁰: a primeira bolha no mercado de ações, entre 1998 e 2000, no que ficou conhecido como “crise Nasdaq”; e a segunda bolha surgiu em 2003, no mercado habitacional, e persistiu até outubro de 2007.

A economia impulsionada pelas baixas taxas de juros, pelo crescimento no mercado de trabalho e de renda, incentivou o crédito bancário e o mercado imobiliário. O aumento da demanda por moradias levou a alta de preços dos imóveis e tornou-se um mercado atrativo aos investidores. Entretanto, a concessão desses financiamentos era extremamente frágil e com alto risco de inadimplência, muitas vezes, os tomadores de crédito não tinham comprovação de renda ou um histórico de “bom pagador”, essas hipotecas foram denominadas de *supprime*⁵¹ (ALBERINI; BOGUSZEWSKI, 2008; CARDOTE, 2009; CARVALHO, 2010).

O desenrolar da crise colocou em evidência, a sobrevivência de diversas instituições financeiras e das inovações financeiras: os derivativos de créditos e os produtos estruturados

⁵⁰ “Para a macroeconomia, uma bolha se caracteriza pela supervalorização artificial de um ativo ou de um bem.” (CARDOTE, p.7, 2009).

⁵¹ “Tradicionalmente, o mercado de hipotecas residenciais nos Estados Unidos era dominado pelo segmento *prime*, que conta com regras relativamente rígidas de avaliação de crédito e limites do valor a ser financiado. No entanto, existem ainda outras duas categorias de crédito: a *alt-a* – classificação anterior entre a *prime* ou primeira linha – e o *subprime* – também conhecido como terceira linha.” (ALBERINI; BOGUSZEWSKI, 2008, p.2).

lastreados em diferentes operações de crédito, nos quais redistribuíram os riscos globalmente, bem como dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira. Bem como a preocupação da interação entre bancos universais e demais instituições nos opacos mercados de balcão⁵² e da ampliação das operações bancárias sem necessidade de reservar os coeficientes de capital requeridos pelos Acordos de Basileia (CINTRA; FARHI, 2008, p. 35-36).

Os bancos sujeitos à regulação também participaram dessa desregulamentação financeira, por meio da expansão: a) dos derivativos de crédito (CDS), permitindo que retirassem riscos de seus balanços, com os quais podem comprar proteção para os riscos de crédito de suas carteiras de empréstimos; b) dos “produtos estruturados”, instrumentos resultantes da combinação entre um título representativo de um crédito – debêntures, bônus, títulos de crédito negociáveis, hipotecas, dívida de cartão de crédito etc.; c) do conjunto dos derivativos financeiros (futuros, termo, *swaps*, opções e derivativos de crédito). Os bancos laçavam títulos sobre os créditos concedidos, com diferentes riscos e retornos, submetendo-os a classificação de agências de risco. Num segundo momento, passaram a emitir versões “sintéticas” (virtuais) desses instrumentos com lastro em derivativos de crédito e não baseado nos créditos concedidos (CINTRA; FARHI, 2008, p. 38).

Com a crise em junho de 2007 ampliou-se a preferência pelos títulos do Tesouro americano, os ativos de última instância do sistema monetário global, provocando um movimento de fuga para o dólar. Algumas instituições financeiras sem reservas de capital e com ativos ilíquidos, deixaram de existir. Os bancos de investimento quebraram, como os casos do *Lehman Brothers*, *Bank of America*, *Merril Lynch*, *Goldman Sachs*, *Morgan Stanley* (CINTRA; FARHI, 2008, p. 42-46).

O BCB (2010) faz uma crítica à fragmentada regulação e supervisão bancária, anterior à crise de 2008, altamente intervencionista e focada nos problemas específicos. Muitas operações eram contabilizadas fora do balanço, à avaliação dos instrumentos concentrada nas agências de *rating*, além da alta alavancagem de instituições não reguladas. Os baixos padrões hipotecários, em conjunto com as inovações financeiras, a gestão de riscos ineficiente das agências de *rating*, as arbitragens regulatórias somadas às regras de transparências deficientes levam à crise financeira mundial (BCB, 2010, p. 10).

⁵² A inexistência de uma câmara de compensação bem como a ausência de normas e especificações das operações são as características comuns aos ativos negociados no mercado de balcão. Nem os reguladores conseguem ter uma ideia dos riscos cruzados e das posições das diversas instituições financeiras. Ademais, os produtos negociados no mercado de balcão não têm cotação oficial. Os preços são livremente acordados entre as partes e não são transparentes, uma vez que não são tornados públicos (CINTRA; FARHI, 2008, p. 48).

Para Braga (2009) e Bresser-Pereira (2009) a crise de 2008 foi “anunciada”, não foi surpresa sua ocorrência e sim sua dimensão e poderia ter sido evitada caso não houvesse tamanha desregulação deliberada dos mercados financeiros e da decisão de não regular as inovações financeiras e as práticas de tesouraria dos bancos. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 62). Os instrumentos como *hedge funds*, operações financeiras securitizadas, hipotecas de alto risco (*subprime*) em conjunto com instituições financeiras altamente alavancadas que constituem o denominado *shadow banking system*⁵³, ocultam e ampliam os riscos das inovações financeiras. Para Bresser-Pereira (p. 56, 2009): “a financeirização foi alimentada também pelo progresso tecnológico.”.

Isso implica impor limites a muito do que aparecia como virtude: autorregulação dos atores e mercados financeiros, securitização, derivativos, altos níveis de alavancagem, organizações como supermercados financeiros, permissividade quanto às inovações financeiras, etc. (BRAGA, 2009, p. 98).

A instabilidade financeira e o risco sistêmico resultaram numa reforma desta arquitetura financeira liberalizada. Desse modo, os países vão adotar novas diretrizes de supervisão e regulação bancárias segundo as premissas do Acordo de Basileia III.

5.2 O NOVO MARCO REGULATÓRIO INTERNACIONAL: ACORDO DE BASILEIA III

A globalização, o processo de liberalização financeira e a conseqüente interconexão econômica entre os países aumentaram o risco sistêmico, colocando em questão a necessidade da existência de um marco regulatório e fiscalização mais eficaz do setor bancário. (PERES; PAULA, s.d., p. 2).

O Grupo dos 20 países (G-20)⁵⁴ instruiu as principais instituições reguladoras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board* – FSB) e o Comitê da Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision* -

⁵³ Cintra e Farhi (2008) mencionam que os agentes formaram o *global shadow banking system*, isto é, o “sistema bancário global na sombra” ou paralelo. Para os autores são instituições que funcionavam como banco, “quase-bancos”, captando recursos no curto prazo, vendendo proteção contra riscos de crédito no mercado de derivativos e investindo em ativos de longo prazo e ilíquidos, nos produtos estruturados. Operavam altamente alavancadas, incorrendo riscos com a corrida de investidores (“corrida bancária”) e os desequilíbrios patrimoniais. Nessa definição, enquadram-se os grandes bancos de investimentos independentes (*brokers-dealers*), os *hedges funds*, os fundos *private equity*, os fundos de pensão, as seguradoras, entre outros (CINTRA; FARHI, 2008, p. 36-38).

⁵⁴ Grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Os encontros do G20 foram realizados ainda em Londres (abril de 2009), Pittsburgh (setembro de 2009), Toronto (junho de 2010) e Seul (outubro de 2010), no que tange à regulação bancária, iniciativas discutidas e aprovadas no âmbito do FSB e do BCBS. (Mendonça, 2012, p. 456).

BCBS) com o objetivo de desenvolverem recomendações para solucionar o principal problema da regulação dos mercados – o comportamento comprovadamente pró-cíclico⁵⁵ do setor bancário (PERES; PAULA, s.d.; REIS, 2011; MENDONÇA, 2012).

O diagnóstico apresentado pelo G20 no encontro de líderes realizado em Washington em novembro de 2008, em meio ao período mais conturbado da crise financeira, destacava como suas grandes causas: assunção excessiva e falha na administração de riscos, políticas macroeconômicas frágeis e deficiências na regulação e na supervisão em alguns dos países avançados. (MENDONÇA, 2012, p. 454.).

O G20 instituiu o FSB como instância central para a discussão, a promoção e a coordenação da estabilidade financeira internacional. Basicamente, o FSB propôs o enfrentamento das questões que emanam da convivência entre mercados financeiros integrados globalmente e esquemas regulatórios domésticos; a necessidade de colchões de capital em períodos de expansão; a regulação macroprudencial (*hedge funds*, agências de *rating*) e a limitação da alavancagem das instituições financeiras no contexto mercado por mercados financeiros amplamente internacionalizados (MENDONÇA, 2012, p. 445).

Diante da suscetibilidade de bancos à crise, assim como à possibilidade de movimentos de contágio que possam gerar risco sistêmico, o arcabouço regulatório deve assegurar a solidez e a segurança do sistema financeiro a partir de instrumentos que suavizam os efeitos quando os problemas já se tenham instalado e principalmente, que as regras de monitoramento e supervisão sejam preventivas, ou seja, evitam os próprios problemas (MENDONÇA, 2012, p. 442-444).

O Acordo de Basileia I origina-se em 1988 com o objetivo de garantir a solidez do sistema bancário e equalizar as competições bancárias em nível internacional. Conforme, Emídio et al. (p. 5, 2015), “a solidez do sistema depende da solidez de cada banco.” Basicamente aquele acordo propunha estabelecer aos bancos um limite de capital mínimo de 8% em relação aos ativos ponderados pelo risco (0%, 25%, 50%, 100%). Desse modo, preocupava-se apenas com o risco de crédito e de solvência das instituições, ignorando demais riscos (liquidez, mercado, operacional e cambial).

⁵⁵ “Um modelo é considerado pró-cíclico quando está positivamente correlacionado com o ciclo econômico, por vezes até mesmo o alavancando, sendo assim o oposto de um comportamento contra- cíclico.” (PERES; PAULA, s.d., p. 2). De acordo com a análise “minskyana”, as instituições financeiras diminuem sua percepção de risco na prosperidade econômica (fase alta do ciclo econômico), pois precisam armazenar menos capitais e o crédito é farto devido às boas perspectivas, o que leva a uma expansão do seu volume, diferentemente da recessão (fase baixa do ciclo econômico), quando as expectativas são pessimistas as instituições bancárias adotam uma postura de crédito conservadora, buscando maior liquidez, o que pode tornar a recuperação da economia mais lenta (REIS, 2011, p. 2-5).

O Acordo de Basileia II surge em 2004, reconhecendo, além do risco de crédito, o risco operacional e de mercado e discute modelos internos de gerenciamento desses riscos, foram constituídos três pilares: Pilar 1 - Requerimentos de capital; Pilar 2 – Supervisão e Pilar 3 – Disciplina e Transparência de mercado. Quando acontece a crise nem todos os países tinham-no adotado completamente, desse forma, estava em processo de implementação em vários países quando surgiu a crise financeira iniciada em 2007 (ANBIMA, 2010, p. 19). Assim, a instabilidade indicou a necessidade de mudar a regulação e supervisão bancárias. A eclosão da crise mostrou que o arcabouço regulatório vigente, o Basileia II não foi capaz de evitar o comportamento pró-cíclico das instituições bancárias e garantir a estabilidade do sistema.

O mesmo [o marco regulatório do sistema bancário] demonstrou ser pró-cíclico, ou seja, acentuou os ciclos econômicos em suas extremidades, quando na verdade os ciclos deveriam ser estabilizados. **Em outras palavras, Basileia II acentuou os efeitos da crise devido a sua correlação positiva com os ciclos econômicos, quando deveria fazer o contrário.** (PERES; PAULA, s.d., p. 9, grifos nossos).

O Acordo de Basileia III é elaborado em 2010, com o Grupo dos 20 países, entrando em vigor no Brasil, apenas em 1º de outubro de 2013. Entre as principais inovações foram: os requerimentos de capital (*buffer*) de conservação e anticíclico e índices de alavancagem e liquidez. Por conseguinte, o Basileia III surge em resposta à crise de 2008, preocupando-se com a solidez dos bancos e o contágio à economia real.

Em Basileia III passa-se de uma perspectiva de regulação microeconômica, focada na competição e solvência individual dos bancos, para uma abordagem denominada *macroprudencial*, onde a saúde do sistema financeiro é vista como um dos elementos-chave na obtenção da estabilidade macroeconômica. (REIS, 2011, p.2).

O documento publicado pelo Comitê da Basileia apresenta medidas para solucionar o problema do caráter pró-cíclico do sistema financeiro: a) fixar requerimento de capital mínimo; b) promover provisões com critérios mais prospectivos, isto é, adotar uma taxa de alavancagem que coíba a assunção demasiada de riscos; c) conservar capital como *buffers* a serem usados no momento de estresse (*buffer* de conservação); e d) proteger o setor bancário de períodos de crescimento excessivo do crédito (*buffer* contra-cíclico). (PERES; PAULA, s.d.; REIS, 2011).

O Capital Regulamentar estabelecido no acordo anterior mantém-se dividido em Nível I (*Tier 1*) e Nível II (*Tier 2*) no Basileia III. Contudo, os requerimentos mínimos de capital, inclui um aumento no Capital Principal de 2% para 4,5%, com este intuito, aumentou-se a participação mínima do Capital de Nível I (para 6%). O Capital Total (Nível I + Nível II)

deve ser de pelo menos 8,0% dos ativos ponderados pelo risco em todos os momentos (EMÍDIO, et al; 2015, p. 7-8).

De acordo com Mendonça (p. 467, 2012): “Passaram a ser considerados para o cálculo dos requerimentos de capital instrumentos securitizados complexos, certas exposições fora de balanço, exposições no *trading book*, assim como risco de crédito de contrapartes.”

Além do capital regulamentar tradicional são implantados dois colchões de capital adicionais: o *buffer* de conservação e o *buffer* anticíclico ambos com variação de 0% a 2,5% cada. O capital de conservação estabelece 2,5% de capital acima do capital principal de 4,5%, servindo como um colchão de capital para ser utilizado em períodos de estresse, ou seja, um amortecedor a ser utilizado apenas nas circunstâncias em que se identificasse crescimento do crédito acima de sua tendência, associado a um aumento dos riscos sistêmicos na economia. Já o capital contra-cíclico flutuará num intervalo de 0% a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco, de acordo com o cenário econômico – o ponto do ciclo da economia – medido através da relação Crédito/PIB anual. Na elevação do crédito, quando a formação de uma bolha se inicia e pode implicar risco para o sistema, os bancos deverão aumentar seu coeficiente de capital para 2,5%. No momento de baixa do ciclo, o supervisor autorizaria uma redução desse coeficiente (ANBIMA, 2010; MENDONÇA, 2012; EMÍDIO, et. al, 2015; PERES; PAULA, s.d.).

O Comitê também introduziu um Índice de Alavancagem⁵⁶, não ponderado pelo risco, complementando os requerimentos mínimos de capital com o objetivo de diminuir a alavancagem do setor bancário e de introduzir uma salvaguarda adicional aos modelos de mensuração de risco. A taxa de alavancagem será calculada trimestralmente como uma medida do capital de Nível I dos bancos como uma porcentagem de todos os ativos, acrescido de derivativos e exposições que não apareçam no balanço. Foi estabelecido, inicialmente, o patamar de 3% para os primeiros anos, com sua inclusão definitiva a partir de 2018. (REIS, 2011, p. 12).

Outro índice criado foi o Índice de Liquidez medida sobre requerimentos mínimos de liquidez, tanto para o curto, quanto para o longo prazo. Dessa forma, pretende tornar os bancos mais resistentes a dificuldades potenciais em captações de curto prazo, assim como enfrentar os desencontros estruturais de prazos de suas posições ativas e passivas. Sem estresse o estoque de ativos líquidos de alta qualidade deve ser no mínimo igual ao total das

⁵⁶ O índice de Alavancagem é calculado pela razão de “medida de capital” em relação à “medida de exposição”, contendo: (a) exposições de dentro do balanço; (b) exposição à derivativos; (c) exposições à transações de valores mobiliários; (d) itens de fora do balanço (EMÍDIO, et al. 2015, p. 11).

saídas de caixa líquidas. Para Anbima (2010) a dificuldade inicial reside na própria determinação do que constituem “ativos de alta qualidade”: moeda, reservas no banco central mobilizáveis, e títulos de dívida de tesouros nacionais. O Índice de Cobertura de Liquidez (LCR) foi introduzido em 2015, tendo o requisito mínimo fixado em 60% aumentando gradativamente em etapas anuais até chegar em 100%, em 2019 (EMÍDIO, et al.; 2015, p. 12-13).

Mendonça (p. 471, 2012) enfatiza que o novo acordo, elaborado em resposta à crise, agregou novos elementos microprudenciais, tais como índices de alavancagem e requerimentos de liquidez, e introduziu elementos macroprudenciais. “A introdução de mecanismos macroprudenciais evidenciou a percepção de que somente o tratamento do risco individual das instituições não é suficiente, uma vez que o risco do sistema pode ser maior que a somatória dos riscos individuais.” (MENDONÇA, p, 471, 2012).

Também aumentou-se a importância dos pilares II e III na supervisão e transparência bancárias, em relação ao acordo anterior. O supervisor financeiro continua com a responsabilidade pela aprovação dos modelos de mensuração de risco dos bancos, assim como pela avaliação da capacidade que o banco de administrar os riscos que enfrenta, por meio de práticas para a gestão de liquidez, realização dos testes de estresse, governança corporativa e práticas de avaliação de ativos (ANBIMA, 2010; REIS, 2011).

Entre os pontos positivos presentes no novo Acordo pode-se citar que houve a compreensão por parte do regulador de que a regulação financeira não pode, sob nenhuma hipótese, ter base no indivíduo e sim na economia como um todo. Houve também a percepção de que a crise não se iniciou no sistema bancário, entretanto o mesmo serviu como meio de propagação. Foram identificados diversos fatores indicativos da fragilidade bancária, como a alavancagem excessiva, a baixa qualidade do capital e a baixa margem de liquidez das instituições. (PERES; PAULA, s.d., p. 9-10).

Anbima (2010) aponta para possíveis fragilidades do Acordo de Basileia III: primeiro, o prazo de implementação dos procedimentos é relativamente longo, criado em 2010, os coeficientes e índices entrarão em vigor definitivamente, apenas em 2018; segundo, os acordos de Basileia não são tratados, logo sua adesão é voluntária, limitada pelas regras do sistema legal de cada país e dependente de características locais. Reis (2011) menciona que defasagens na formulação das políticas de cunho anticíclico tornam-se ineficientes podendo ter efeitos adversos. Para Mendonça (2012), o índice de alavancagem pode levar as instituições bancárias ao *shadow banking system*, onde não haja tantas imposições legais.

5.3 O SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO PÓS-2008

5.3.1 Os impactos da crise global sobre o sistema bancário brasileiro

Como já mencionado, a partir de 2003, a economia brasileira inicia um período de expansão de crédito, tanto o crédito destinado a Pessoa Física (crédito pessoal, financiamento de veículos e cartão de crédito) que são decorrentes do aumento do emprego e da renda para a compra de bens duráveis, quanto o crédito destinado a Pessoa Jurídica, sobretudo nas modalidades de capital de giro para atender às necessidades do fluxo de caixa (FREITAS, 2009, 129-130).

A crise em 2008 resultou em sensível piora em termos de custo e prazo para a captação das grandes empresas e dos bancos, dessa forma, esses últimos enfrentaram dificuldades em renovar suas linhas de crédito no mercado internacional e também atingiu o mercado de capitais, especialmente com reflexos na elevação dos preços de commodities.

Freitas (2009) levanta alguns erros cometidos pelo setor bancário brasileiro, no momento da crise: primeiro, a subestimação de riscos nos investimentos de derivativos cambiais pela atividade bancária; segundo, o conservadorismo dos bancos pela preferência aos títulos públicos com maior liquidez e menores riscos; e terceiro, as medidas restritivas do Banco Central (BCB) como o aumento do compulsório e da taxa Selic para conter a demanda interna, levaram ao “empoçamento de liquidez” e à desaceleração econômica (FREITAS, 2009, 132-137).

Os bancos pequenos e médios foram os mais afetados pelo “empoçamento” da liquidez, pois não dispunham de uma ampla base de depositantes e dependiam da captação de recursos no interbancário e da cessão de crédito para dar continuidade às suas operações ativas. Como os grandes bancos pararam de adquirir carteiras de financiamento de veículos e de crédito consignado originados pelos bancos menores, as concessões de crédito nesses segmentos do mercado foram fortemente afetadas. (FREITAS, 2009, p. 133).

Segundo o BCB (2010), os bancos nacionais não estavam tão expostos a “ativos tóxicos”, pois os investimentos em derivativos eram menores se comparados a outros países. Contudo, houve forte redução das linhas externas de crédito; ocorreu a redução da liquidez de bancos de menor porte, que captam recursos no atacado; e a concessão de empréstimos foi reduzida (BCB, 2010, p. 16).

Os grandes bancos privados: Itaú e Unibanco apresentaram perdas com os derivativos de câmbio na BM&F. Com dificuldades financeiras ocorre a fusão destes dois bancos em

2008. O banco Votorantim, nono maior banco no *ranking* por ativo e líder no financiamento de veículos usados teve perdas da ordem de R\$ 2,2 bilhões (FREITAS, 2009, p. 133-134).

Para resolver o problema de iliquidez e da dificuldade de refinanciamento dos bancos menores, o Banco Central do Brasil (BCB) adotou algumas medidas entre elas: a redução na alíquota do compulsório sobre os depósitos à vista; a ampliação do valor da dedução na exigibilidade adicional do compulsório de 40% para 70%, para incentivar a compra de carteira de crédito de bancos pequenos e médios; e o aumento de R\$ 700 milhões para R\$ 2 bilhões da faixa de isenção do recolhimento compulsório (FREITAS, 2009, p. 137-139).

Outras medidas adotadas pelo BCB para minimizar os efeitos da crise foram: a utilização dos recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para restaurar bancos menores; a atuação dos bancos públicos, com destaque para o BNDES e a CEF que sustentaram o crédito no último trimestre de 2008; a venda de dólares no mercado à vista; a redução dos depósitos compulsórios com liberação de recursos no total de R\$ 100 Bilhões (BCB, 2010, p. 19-20).

5.3.2 O Acordo de Basileia III no sistema bancário brasileiro

A experiência da reestruturação do sistema bancário brasileiro nos anos de 1990 levou a uma regulação bastante conservadora. Todas as instituições financeiras são supervisionadas pelo Banco Central; há regras estabelecidas de governança corporativa; são exigidos requerimentos de capital incluindo as exposições fora de balanços; ocorre o monitoramento diário da liquidez e do risco de mercado; operações no mercado de balcão são monitoradas pelo BCB, derivativos devem ser registrados; além de requerimentos para o gerenciamento de riscos operacional, de mercado e crédito que foram introduzidos, a partir de 2006 (BCB, 2010).

Desde o Acordo de Basileia I, o Banco Central aplicava às instituições financeiras um fator de ponderação aos ativos de risco no valor de 11%, sendo que o padrão mundial sugeria para este fator 8%, de certa forma, garantiu-se a solidez do sistema bancário nacional ao longo do período mais severo da crise financeira internacional (PERES; PAULA, s.d., p. 14).

O Acordo de Basileia III iniciou-se no Brasil em 1º de outubro de 2013, sua adoção integral de está inicialmente prevista para janeiro de 2019. Segundo Peres e Paula (p. 14, s.d.): “o mercado nacional finalmente se alinhará ao internacional exigindo dos bancos a manutenção de um índice mínimo de Basileia variando de 10,5% a 13% dos ativos

ponderados pelo risco.” Os autores também expõem as razões do BCB quanto às implicações do novo acordo no crédito:

(i) o SFN é sólido e está bem capitalizado; (ii) os prazos de implantação do Acordo são longos se estendendo até 2022; (iii) a publicação de Basileia III reduz incertezas regulatórias, aumenta a clareza e a possibilita o melhor planejamento por parte das instituições financeiro, fato este que gera maior segurança no sistema e (iv) a sinalização por parte dos bancos de estarem preparados para a implantação de Basileia III e reconhecerem a importância do diferencial prudencial-regulatório nacional para seus negócios. (PERES; PAULA, s.d., p. 15-16).

5.3.3 Mudanças recentes no sistema bancário brasileiro

No Brasil, apesar da regulação bancária ser mais conservadora, as instituições bancárias foram atingidas pela crise que levou a um novo ciclo de fusões e aquisições no sistema bancário brasileiro. As principais F&A são descritas na Tabela 26, com destaque a participação do Bradesco e do Banco do Brasil na compra de bancos estaduais, privados e estrangeiros.

Tabela 26 – As principais F&A de bancos no Brasil: 2007 – 2015

Ano	Instituição Vendida	Instituição Compradora
2007	ABN-Amro	Santander
2007	BMC	Bradesco
2008	Real	Santander
2008	Besc	Banco do Brasil
2008	Banco do Piauí	Banco do Brasil
2008	Unibanco	Itaú
2009	Votorantim	Banco do Brasil
2009	Pan Americano	Caixa Econômica Federal
2009	Nossa Caixa	Banco do Brasil
2009	IBI	Bradesco
2011	BERJ	Bradesco
2011	Banco Postal	Banco do Brasil
2015	HSBC	Bradesco

Fonte: Elaboração própria. RIBEIRO; TONIN (2010). ARAÚJO; CINTRA (2011). FREITAS (2011). BRADESCO (2016).

A Tabela 27 mostra a evolução quantitativa de instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) entre 2008 e 2015. Conforme, definição do Banco Central são as instituições bancárias aquelas que criam depósito à vista, como os bancos múltiplos, os bancos

comerciais, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito. Neste período, há uma diminuição significativa no total de cooperativas de crédito. Entre as demais instituições classificadas como não bancárias, cabe destacar a gradativa redução de Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, porquanto foram as mais afetadas pela crise financeira de 2008, em virtude, das perdas nos Mercados de Ações (Bovespa) e de Balcão (BM&F).

Tabela 27 – Quantidade de instituições do SFN por segmento: 2008 – 2015

SEGMENTO	Sigla	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
Banco Múltiplo	BM	140	139	139	139	138	132	130	132
Banco Comercial*	BC	18	18	20	21	23	23	22	21
Caixa Econômica Federal	CE	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de Desenvolvimento	BD	4	4	4	4	4	4	4	4
Banco de Investimento	BI	17	16	15	14	14	14	14	13
Banco de Câmbio	B Camb			2	2	2	3	3	3
Soc. de Arrendamento Mercantil	SAM	36	33	33	31	30	29	27	27
Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento	SCFI	55	59	61	60	59	58	55	53
Soc. de Crédito, Imobiliário e Associação de Poupança e Empréstimo**	SCI e APE	16	16	14	14	12	11	9	8
Soc. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	SCTVM	107	105	107	100	95	93	92	87
Soc. Corretora de Câmbio	SCC	45	45	44	49	57	62	66	63
Soc. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	SDTVM	135	125	127	127	118	116	108	102
Agência de Fomento	AG FOM	12	14	15	16	16	16	16	16
Companhia Hipotecária	CH	6	6	7	8	7	8	7	8
Cooperativa de Crédito	COOP	1.453	1.405	1.377	1.328	1.269	1.209	1.163	1.113
Soc. de Crédito ao Microempreendedor	SCM	47	45	45	42	40	38	40	40
Soc. Administradora de Consórcio	CONS	317	308	301	284	222	199	186	172
TOTAL SFN		2.409	2.339	2.312	2.240	2.107	2.016	1.943	1.863

Fonte: Elaboração própria. BCB (2016). Nota: (*) BC inclui os bancos estrangeiros (filiais no país). (**) SCI inclui sociedades de crédito imobiliário (Repassadoras/SCIR) que não podem captar recursos junto ao público. Foram consideradas as instituições nas seguintes situações: “Autorizadas sem atividade”, “autorizadas em atividade”; “Em Adm. Especial Temporária”; “Em intervenção” e “Paralisadas” a partir de dez/2010.

O processo de fusões e aquisições leva a concentração do setor bancário no Brasil e formação de grandes conglomerados financeiros. Os bancos múltiplos vão adquirindo bancos menores e criando carteiras de seguros, previdência e financeiras dentro do mesmo grupo, expandindo-se para outros mercados, assim, formando as multinacionais bancárias. (DALLA-COSTA; SOUZA-SANTOS, 2014). A concentração bancária é demonstrada pela participação percentual de depósitos e de ativos das instituições. A Tabela 28 mostra que quase 100 instituições, detêm aproximadamente 94% dos depósitos e 84% dos ativos entre 2008 e 2014. Deve-se mencionar que a Crise de 2008 também teve impactos sobre o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido, porque ocasionou importantes perdas ao segmento, uma vez que as receitas de bancos privados e estrangeiros diminuíram.

Arantes e Rocha (2012) analisam as eficiências de custo e de lucro, a partir de uma amostra de 114 bancos (62 bancos privados nacionais, 39 bancos estrangeiros e 13 bancos

públicos), demonstrando os impactos da crise financeira global de 2008 sobre a eficiência bancária brasileira. Os autores concluíram que a crise afetou positivamente a eficiência de custo, pois os bancos reduziram seus custos operacionais e administrativos, enquanto levou a ineficiência dos lucros. De acordo com Arantes e Rocha (2012, p. 13): “Se combinarmos o impacto positivo da crise financeira sobre a eficiência de custo e o impacto negativo da mesma sobre a eficiência de lucro, podemos concluir que a crise afetou de maneira negativa a capacidade dos bancos de gerar receitas.”.

Tabela 28 – Participação % dos bancos no SFN: 2008 – 2014

	Total Consolidado I	Ativo Total %	Depósito Total %	Patrimônio Líquido %	Lucro Líquido %
Dez/2008	101	87,5	94,2	82,0	87,1
Dez/2009	100	85	94	82	75
Dez/2010	101	84	95	76	76
Dez/2011	101	83,8	94,6	77,8	81,9
Dez/2012	99	84,1	94,4	80,42	77,30
Dez/2013	96	83,8	94,1	80,7	77,7
Dez/2014	96	83,7	94	82,4	80,6

Fonte: Elaboração própria. BCB (2016).

A Crise de 2008 provocou ainda alterações na participação de crédito entre instituições bancárias públicas, privadas e estrangeiras. Os bancos privados contraíram fortemente o crédito, no contexto de aversão ao risco e elevada preferência por liquidez, contribuindo para a rápida desaceleração da atividade econômica. A retração na concessão de crédito foi mais acentuada no segmento de crédito a pessoas jurídicas (Gráfico 8), em decorrência, ao aumento da inadimplência de empresas envolvidas com operações de derivativos e à elevação no risco de conceder crédito ao setor corporativo (ARAÚJO; CINTRA, 2011; FREITAS, 2011).

Entretanto, a estratégia dos bancos públicos, o BB e a CEF ampliaram a oferta de crédito⁵⁷ a Pessoa Física (crédito consignado⁵⁸, financiamento de veículos e financiamento

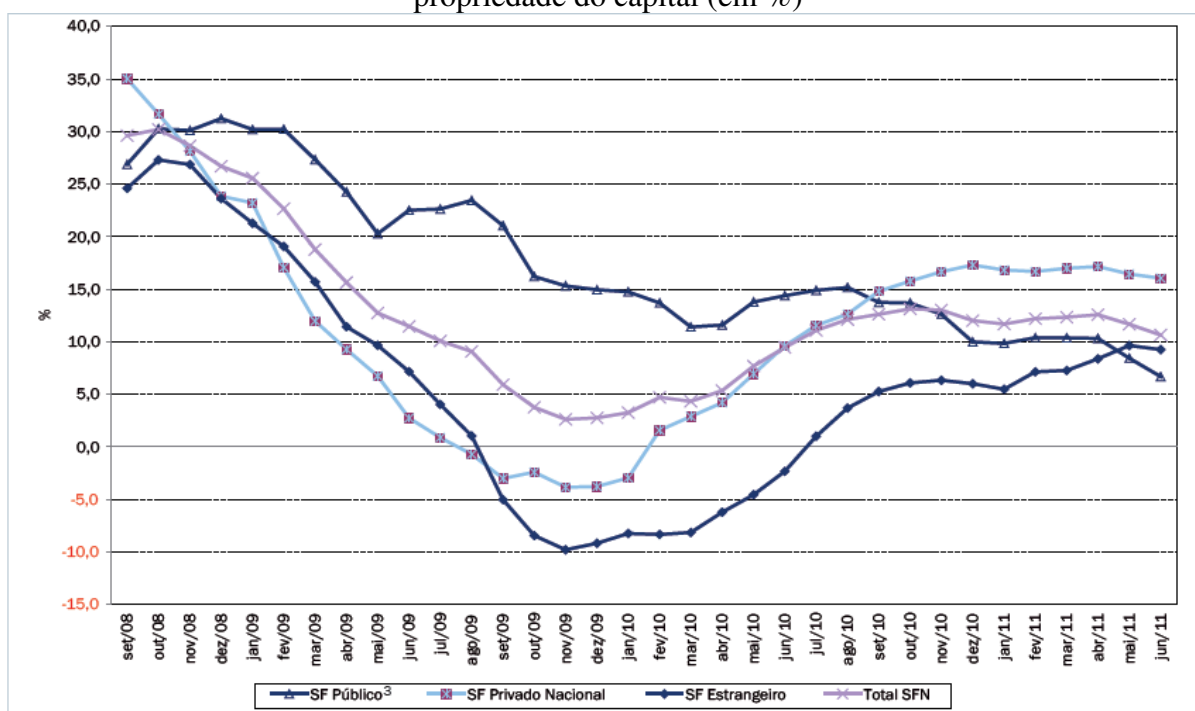
⁵⁷ Apesar da elevação do crédito, a inadimplência do setor público ficou abaixo do observado nos subsistemas privado nacional estrangeiro, pois houve a expansão nas modalidades de crédito de menor risco, nas quais, o próprio bem é dado de garantia bem como, a melhoria na qualidade da carteira de crédito (operações classificadas como AA, A e B). (FREITAS, 2011, p. 26-33).

⁵⁸ A demanda por bens de consumo duráveis beneficiou-se com: a relativa estabilidade do nível de emprego e da massa de rendimentos; a queda dos juros e a retomada da tendência de alongamento dos prazos, bem como a desoneração fiscal de bens de consumo duráveis; a ampliação do limite de comprometimento da renda líquida do crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS, que passou de 20% para 30%. (FREITAS, 2011, p.24-25).

imobiliário⁵⁹) e o BNDES impulsionou o crédito direcionado à Pessoa Jurídica. Esses bancos reduziram as taxas de juros e tarifas, conseqüentemente os *spreads* (ARAÚJO; CINTRA, 2011; FREITAS, 2011). Dessa forma, incentivou à reação concorrencial dos bancos privados a partir de 2009, com a retomada da economia por meio do aumento de empréstimos (Gráfico 9). Conforme Araújo e Cintra (2011) os bancos públicos federais brasileiros tem atuado no fomento ao desenvolvimento econômico e regional, ao direcionar crédito para setores e regiões específicas; na ação anticíclica, especialmente após a crise financeira de 2008; e no crescimento da bancarização da população brasileira de baixa renda.

A ação anticíclica desempenhada pelo BNDES, pela CEF e pelo BB contribuiu para atenuar o impacto da crise sobre a economia brasileira e impulsionou a rápida retomada do crescimento. Além de ampliar a concessão de crédito com recursos direcionados, as duas instituições bancárias públicas federais passaram a operar com novas modalidades de crédito com recursos livres, penetrando em segmentos do mercado de crédito bancário até então exclusivos e/ou dominados pelos bancos privados, nacionais e estrangeiros. (FREITAS, 2011, p. 25).

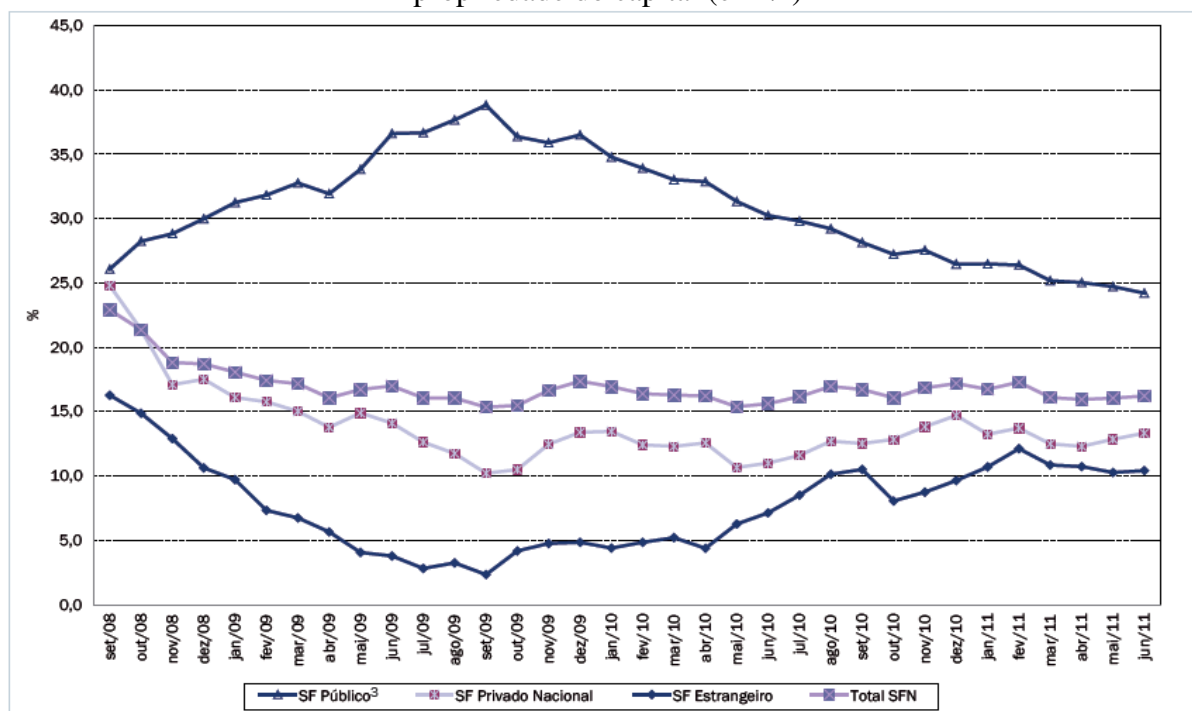
Gráfico 8 – Taxa de Crescimento Real¹ em 12 meses do crédito as Pessoas Jurídicas², por propriedade do capital (em %)



Fonte: FREITAS, 2011, p. 23. Nota: (1) Deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (2) Soma das operações de crédito à indústria, setor rural, comércio e outros serviços. (3) SF Público: Inclui bancos federais e estaduais, BNDES e agências estaduais de fomento.

⁵⁹ O aumento do financiamento habitacional foi alavancado pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, lançado em abril de 2009, para garantir crédito subsidiado à população de baixa renda e pelas condições favoráveis do mercado de trabalho. (ARAÚJO; CINTRA, 2011; FREITAS, 2011).

Gráfico 9 – Taxa de Crescimento Real¹ em 12 meses do crédito as Pessoas Físicas², por propriedade do capital (em %)



Fonte: FREITAS, 2011, p. 23. Nota: (1) Deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (2) Inclui financiamento habitacional. (3) SF Público: Inclui bancos federais e estaduais, BNDES e agências estaduais de fomento.

Já os bancos estrangeiros foram os mais afetados pela crise, pois dependiam dos recursos de suas matrizes no exterior que foram afetadas pelo baixo dinamismo das economias desenvolvidas, além da maior exigência ao capital mínimo.

Freitas (2011) descreve a participação de crédito dos cinco maiores bancos no Brasil no *ranking* de ativos (BB, Itaú-Unibanco, Bradesco, CEF e Santander) entre 2008 e 2011 sob o prisma da origem de capital, comprovando a ação anticíclica dos bancos públicos ao expandir o crédito em 2008. A reação dos concorrentes privados só foi ocorrer no final de 2009, para recuperar as fatias de mercado perdidas aos bancos públicos, ampliando volumes de crédito, sobretudo no segmento de Pessoa Física ao longo de 2010.

Os autores Dalla-Costa e Souza-Santos (2014) avaliam a participação dos cinco maiores bancos (Tabela 29) no mercado internacional. A crise financeira de 2008 nos EUA e a crise fiscal nos países europeus em 2011-12 foram fatores inibidores da participação bancária brasileira no exterior.

O ambiente de instabilidade e incerteza mundial, especialmente nas regiões foco do processo de internacionalização dos grandes bancos brasileiros, incentivou o congelamento das atividades e o retorno para o mercado interno, relativamente protegido. Outro caminho seria colocar a estratégia de expansão

sobre os países da América Latina que, por serem mais próximos do Brasil e relativamente menos instáveis, poderiam proporcionar oportunidades mais seguras. (DALLA-COSTA; SOUZA-SANTOS, 2014, p. 261, grifos nossos).

Tabela 29 – Divisão dos ativos entre os cinco maiores bancos no Brasil: setembro de 2011

	Ativos (em R\$ mil)	Participação (em %)
Banco do Brasil	907.743.033,00	27,64
Itaú/Unibanco	810.464.986,00	24,68
Bradesco	636.399.735,00	19,38
Caixa Econômica Federal	507.306.734,00	15,45
Santander	422.407.010,00	12,86
Total	3.284.321.498,00	100,00

Fonte: DALLA-COSTA; SOUZA-SANTOS, p. 250, 2014. Nota: Não inclui o BNDES.

A Tabela 30 apresenta a participação em ativos do *Ranking* dos cinco maiores bancos, excluindo o BNDES, no sistema bancário brasileiro em dezembro de 2014. Dessa forma, pode-se concluir que houve aumento da concentração do setor. Conforme BCB (2016), em setembro de 2011, o total de ativos destas instituições bancárias representavam 65% no total de R\$ 5.048.139.484, esse percentual aumentou para 67% em dezembro de 2014, em dezembro de 2014, também houve acréscimo em números absolutos na quantidade de ativos destas instituições e alteração da posição da Caixa Econômica Federal para o 3º. lugar.

Tabela 30 – *Ranking* dos 5 maiores bancos por ativos em dezembro de 2014

Instituições	Ativo total	Participação %
BANCO DO BRASIL	1.324.464.414	18%
ITAÚ	1.117.848.197	15%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.064.674.796	14%
BRADESCO	883.438.773	12%
SANTANDER	598.224.807	8%
Total	4.988.650.987	67%
Total do SFN (1.565 Instituições)	7.470.660.350	100%

Fonte: BCB (2016). Nota: Elaboração própria. Não inclui o BNDES.

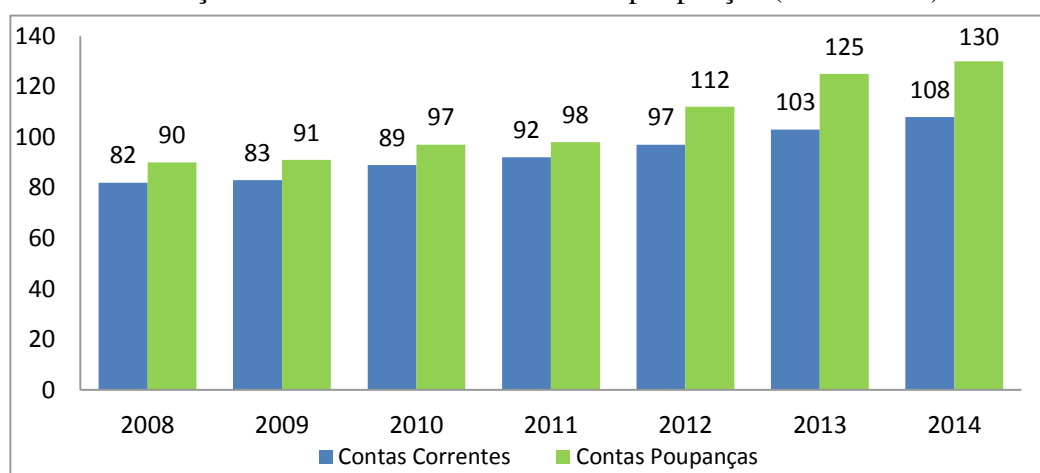
Outro fator importante do sistema bancário brasileiro é a inovação tecnológica nos produtos e serviços e no atendimento bancário. O setor financeiro é um dos setores que mais

investe em TI⁶⁰ (*hardware, software*, telecomunicações, entre outros). Em 2014, 18% dos gastos em TI foram desse setor que continua expandindo os gastos nessa área, os quais somaram R\$ 21,5 bilhões, em 2014. Os investimentos em tecnologia da indústria bancária são maiores que outros países emergentes como Índia e México, aproximando-se de países desenvolvidos como França e Alemanha (FEBRABAN, 2014, p. 43-50).

No contexto econômico, com a estabilidade macroeconômica aliada ao crescimento da renda, levou a expansão do sistema financeiro brasileiro, ampliando a bancarização da população por meio da procura por crédito, investimentos e meios de pagamentos. A taxa de bancarização no Brasil corresponde a 60%, sendo maior que países como Turquia e Índia, no entanto, abaixo de economias desenvolvidas como EUA, Alemanha e Reino Unido que têm uma taxa de bancarização em torno de 97% (FEBRABAN, 2014, p. 8).

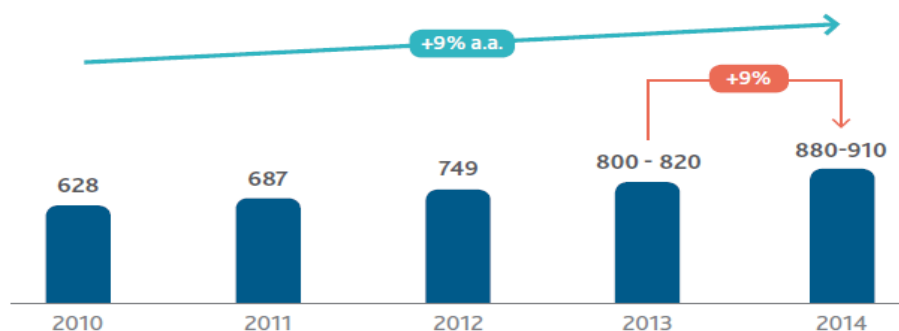
Entre 2010 e 2014, o número de contas correntes cresceu 5% ao ano e a quantidade de contas poupanças aumentou em 7% ao ano, levando ao total 238 milhões de contas em 2014, conforme o Gráfico 10. Já os cartões de pagamento (cartões de crédito, débito e lojas) também contribuíram para o acréscimo da população bancarizada, por serem não apenas, uma alternativa ao dinheiro em espécie, mas também como forma de financiamento. O crescimento de cartões foi de 9% ao ano, no mesmo período, com mais de 900 milhões de cartões em 2014, conforme o Gráfico 11. (FEBRABAN, 2014, p. 8-10).

Gráfico 10 – Evolução no total de contas correntes e poupanças (em milhões): 2008 – 2014



Fonte: FEBRABAN (2012, 2013, 2014). Nota: Elaboração própria

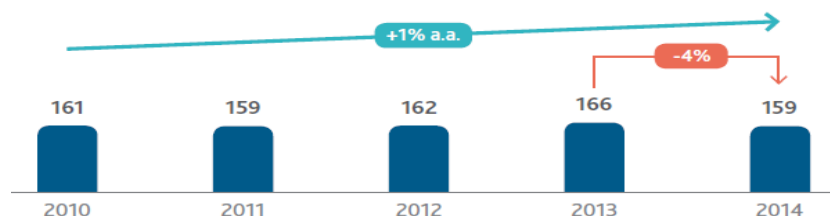
⁶⁰ O investimento em *hardwares* tem aumentado em função do aumento da capacidade e modernização da armazenagem de dados dos próprios bancos. Já o desenvolvimento de *softwares* constitui a categoria de gastos que mais cresceu, refletindo o aumento da demanda do negócio para ofertar produtos e serviços aos clientes através de *Internet Banking* e *Mobile Banking* (FEBRABAN, 2014, p. 48).

Gráfico 11 – Número de cartões (em milhões): 2010 – 2014

Fonte: FEBRABAN, 2014, p. 10.

Os clientes vêm buscando formas alternativas de atendimento em relação às agências por meio de Postos de Atendimento Bancário (PABs) e Postos Eletrônicos de Atendimento (PAEs), levando ao crescimento de 4% ao ano, de 2010 a 2014. Essa ampliação vem acontecendo principalmente nas regiões Norte e Nordeste. O atendimento de correspondentes bancários também é muito importante para atender pessoas de localidades mais distantes. Em 2011 e 2012 houve uma redução no número total de correspondentes, em virtude da supervisão das instituições financeiras e do fechamento dos estabelecimentos que realizavam poucas transações (FEBRABAN, 2014, p. 11-13).

O Gráfico 12 destaca a redução no total de ATMs⁶¹ em 4%, entre 2013 e 2014. Essa diminuição pode ser explicada pela migração de transações para outros canais como o *internet* e o *mobile banking*, em razão da comodidade desses meios e da própria ampliação da aquisição de *smartphones*. Mesmo assim, a utilização do autoatendimento é consolidada no Brasil. Outra tecnologia incorporada no ATM, que permite maior segurança é a biometria que corresponde a 60% dos terminais, um acréscimo de 28% entre 2013-2014 (FEBRABAN, 2014, p. 15-16).

Gráfico 12 – Total de ATMS no Brasil (em milhares): 2010 – 2014

Fonte: FEBRABAN, 2014, p. 10.

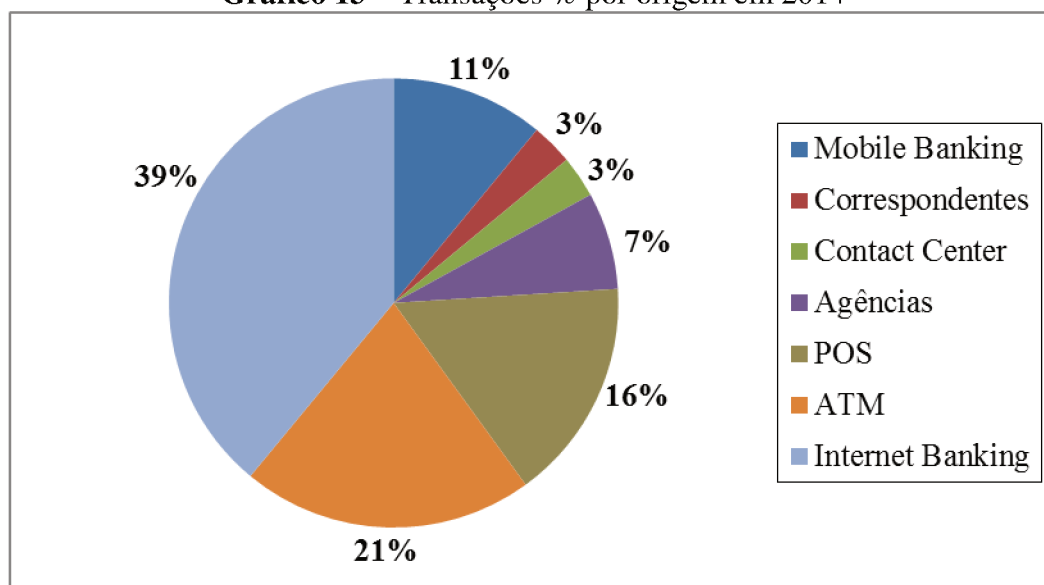
⁶¹ A diminuição do número de saques nos ATMs é acompanhada pelo crescimento de transações com movimentação financeira, indicando que esses equipamentos estão sendo utilizados para uma gama maior de operações e que os clientes estão usando mais os meios de pagamento disponíveis nessas máquinas, frequentemente dispensando o dinheiro em espécie (FEBRABAN, 2014, p. 26).

De acordo a FEBRABAN (2013; 2014), o ano de 2013 foi crucial para reforçar a inversão de canais para o *internet* e o *mobile banking*.

Seguindo a tendência de crescimento dos canais Internet e Mobile Banking, em 2013 notou-se que a utilização desses canais havia finalmente ultrapassado a dos demais (agências, ATMs e Contact Center). Em 2014, o forte descolamento que já vinha sendo apontado ficou ainda mais acentuado, tornando Internet e Mobile Banking os principais canais de relacionamento entre os Bancos e seus clientes, responsáveis por mais da metade de todas as operações efetuadas. (FEBRABAN, p. 21, 2014).

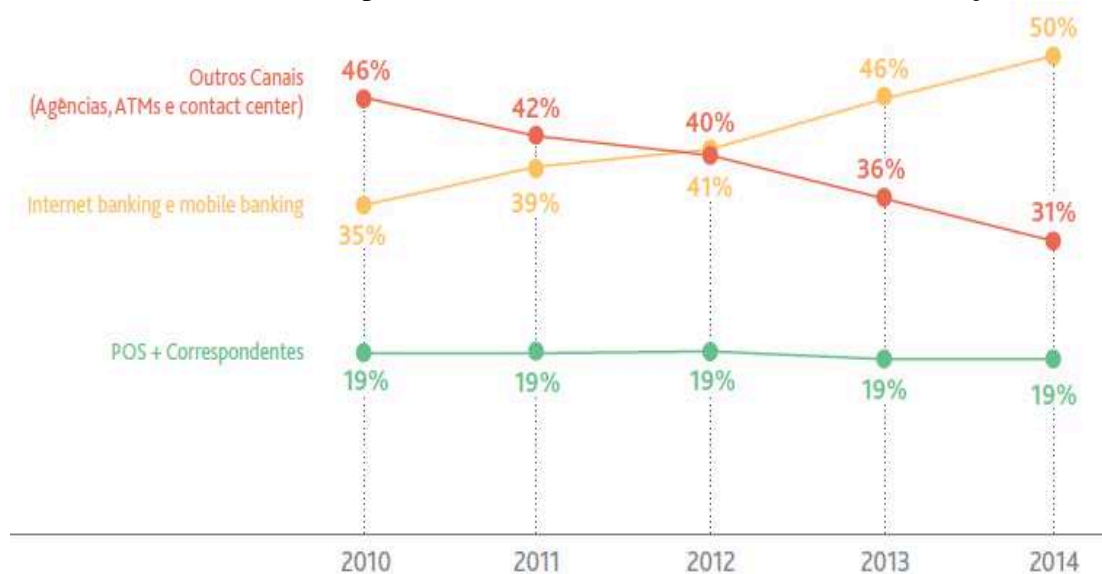
Enquanto as transações realizadas nas agências representaram apenas 7% em 2014, a realização de transações pela *internet*⁶² representaram 39% em 2014, o principal canal, significando um crescimento de 17% acumulado desde 2010, de acordo com o Gráfico 13. Em 2014, 50% das contas estavam habilitadas para utilizar este canal. Para FEBRABAN (p.35, 2014): “o crescimento do uso do Internet Banking não vem apenas do aumento da população com acesso à internet, mas também da maior habilitação desse canal para as contas já existentes.”. Enquanto, o *mobile banking* vem crescendo exponencialmente de 2010 a 2014, com aumento composto anual de 139% de contas cadastradas. (Gráfico 15).

Gráfico 13 – Transações % por origem em 2014



Fonte: FEBRABAN, 2014, p. 22. Nota: Elaboração própria.

⁶² “Atualmente, são realizadas quase o dobro de transações pelo Internet Banking comparado com os ATMs (representando 41% e 21% do total de transações, respectivamente) e cinco vezes mais comparado com agências (41% das transações em Internet Banking ante 8% das transações realizadas em agências). Já o Mobile Banking representa quatro vezes o número de transações realizadas via correspondentes e quase a mesma quantidade das que são feitas via POS.” (FEBRABAN, 2014, p. 34).

Gráfico 14 – Comportamento dos usuários (% da soma das transações)

Fonte: FEBRABAN, 2014, p.21.

Gráfico 15 – Contas com *mobile banking* (em milhões): 2010 – 2014

Fonte: FEBRABAN, 2014, p. 37.

A quantidade de agências vem diminuindo ao longo dos anos, o que contribui para a redução do próprio atendimento nas agências. Por outro lado, as transações com movimentação financeira nos meios eletrônicos ainda constituem um desafio aos bancos. A falta de segurança e de confiabilidade acaba levando os clientes a realizarem suas operações em canais com atendimento pessoal nas agências ou nos correspondentes (FEBRABAN, 2014, p. 21-32).

Os três principais motivos para esse quadro são: (1) questões culturais do costume de uso e da geração dos clientes; (2) percepção de segurança, tanto do software (ex.:

roubo de informações) quanto do *hardware* (ex.: roubo do aparelho); e (3) ao próprio crescimento acentuado de transações sem movimentação financeira - gerado graças à comodidade oferecida pelo canal. Ao disponibilizar operações no celular dos clientes, eles tendem, por exemplo, checar mais o seu saldo ou verificar o extrato com mais frequência, o que contribui para o aumento do número absoluto de transações sem movimentação financeira⁶³. (FEBRABAN, 2014, p. 40).

Segundo FEBRABAN (2014), a perspectiva para o futuro é a transformação digital dos bancos, com maior adequação de produtos e serviços para segmentos específicos. A automação de processos, eliminando atividades manuais geram melhorias em eficiência operacional e impactam diretamente nas receitas das instituições bancárias.

Internamente, a automação, digitalização e integração dos processos trazem benefícios significativos para as estruturas de *compliance* dos bancos. Esse efeito é absorvido principalmente devido à entrada única de dados, que conta com fluxos de trabalho automatizados e controles automáticos para sua entrada, reduzindo erros nesse processo (FEBRABAN, 2014, p. 52).

5.4 O MERCADO DE TRABALHO BANCÁRIO NO CONTEXTO ATUAL

A crise econômica e financeira também gerou impactos no mercado de trabalho bancário brasileiro. Os bancos precisaram diminuir custos, assim, ocorreu à redução no saldo de 621 vagas em 2009. Em 2010, com a recuperação das instituições bancárias houve saldo positivo de 24.032 postos de trabalho, ou seja, uma expansão de 5,19% (DIEESE; CONTRAF-CUT, 2011, p. 5). A partir de 2011 observa-se um decréscimo significativo na quantidade de bancários.

O total de funcionários (trabalhadores bancários e não bancários) dos cinco maiores bancos do país atingiu 456.987 trabalhadores em dezembro de 2011, significando um crescimento de 2,88% em relação ao ano anterior. Destaca-se a redução no quadro de funcionários do Itaú-Unibanco em 3,97% resultado da reestruturação deste banco. Por outro lado, o Bradesco registrou um crescimento dos seus empregados em 9,91% no ano de 2011, em virtude da expansão do atendimento de agências e correspondentes bancários, segundo Tabela 31 (DIEESE; CONTRAF-CUT, 2012, p. 7-8).

⁶³ “Em 2014, foram realizadas quase cinco bilhões de pesquisas de saldo, além de mais de 1,5 bilhão de transferências, TEDs, DOCs e pagamentos de conta no Internet Banking. Já a contratação de crédito, embora ainda apresente grande potencial de crescimento, representou mais de 40 milhões de transações no canal. Já para o mobile banking, os números apresentam uma grandeza relativamente inferior, todavia, em franca e veloz ascensão: foram realizadas cerca de 1,5 bilhão de pesquisas de saldo no canal em 2014, além de mais de 260 milhões de TEDs, DOCs e pagamentos de contas. Já o uso do mobile para contratação de crédito apresentou crescimento de mais de 180%, passando a marca dos 10 milhões de transações.” (FEBRABAN, 2014, p. 42).

Tabela 31 – Estoque de funcionários e saldo de emprego nos cinco maiores bancos do país: 2010 – 2011

Banco	Dezembro		Variação	
	2010	2011	relativa	absoluta
Banco do Brasil	109.026	113.810	4,39%	4.784
Caixa Econômica Federal	83.185	85.633	2,94%	2.448
Bradesco	95.248	104.684	9,91%	9.436
Itaú Unibanco	102.316	98.258	-3,97%	-4.058
Santander	54.406	54.602	0,36%	196
Total	444.181	456.987	2,88%	12.806

Fonte: DIEESE; CONTRAF-CUT, 2012, p.8.

Conforme DIEESE e CONTRAF-CUT (2015): “Em 2015, foram fechados 9.886 postos de trabalho no setor bancário em todo o país. Esse número supera o total de postos fechados em 2013 e 2014, que somou 9.333, sendo 4.329 em 2013 e 5.004 em 2014.”. Esses dados podem ser verificados na Tabela 32. A razão para esse decréscimo pode ser explicada pela não-reposição de empregados que aderiram aos Planos de Aposentadoria, especialmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, bem como, pela redução de funcionários em bancos privados múltiplos com carteira comercial: Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC. Do total de desligamentos, 48% demissões foram sem justa causa e 43% foram a pedido do próprio trabalhador entre janeiro a dezembro de 2015 (DIEESE; CONTRAF-CUT, 2015, p. 1-3).

Tabela 32 – Evolução no estoque do emprego bancário brasileiro: 2009 – 2015

	Total de bancários	Saldo de Empregos ¹	Variação %
2009	462.164	-691	*
2010	461.473	24.032	5,19
2011	485.505	23.599	4,88
2012	509.104	2.876 ²	0,56
2013	511.980	-4.329	-0,85
2014	507.651	-5.004	-0,99
2015	502.647	-9.886	-1,97

Fonte: DIEESE; CONTRAF-CUT (2011, 2012, 2015).

Nota: Elaboração própria. (1) Saldo de empregos considera a diferença entre admitidos e desligados de janeiro a dezembro de cada ano. (2) Saldo de empregos bancários no período de janeiro a setembro de 2012.

A Tabela 33 apresenta os reajustes salariais⁶⁴ concedidos nas Convenções Coletivas dos trabalhadores bancários, realizadas em setembro de cada ano entre 2007-2015. Mostra-se também a inflação anual com base nos índices: IPCA e INPC que registram a composição das cestas de bens e serviços do trabalhador, a fim de verificar se obtiveram ganhos reais. Apenas em 2015, o reajuste salarial ficou abaixo da inflação, nos demais anos os trabalhadores obtiveram ganhos reais. É importante ressaltar que tais dados não incluem os reajustes dos acordos específicos dos próprios bancos. Na mesma tabela, descrevem-se os reajustes de salários de ingresso e após 90 dias dos cargos de escriturários, tesoureiros e caixas, não incluindo a gratificação dessas duas últimas funções. Por fim, compara-se a evolução do salário mínimo nominal no período de 2007 a 2015. Entre 2007 e 2009, o reajuste salarial do bancário foi menor ao reajuste do salário mínimo, em razão dos reflexos da crise. Entretanto, nos dois últimos anos 2014 e 2015, o trabalhador neste setor auferiu maiores ganhos em relação ao próprio salário mínimo.

Tabela 33 – Evolução no reajuste salarial do setor bancário no Brasil: 2007 – 2015

	Reajuste Salarial do bancário	Inflação (IPCA)	Inflação (INPC)	Salário de ingresso ³ (R\$)	Salário após 90 dias ³ (R\$)	Salário mínimo Dez./(R\$)	Variação % do salário mínimo
2007-08	6,00%	4,46%	5,16%	840,55	921,49	380,00	8,57%
2008-09	10% e 8,15% ¹	5,90%	6,48%	924,60	1.013,64	415,00	9,21%
2009-10	6,00%	4,31%	4,11%	980,08	1.074,46	465,00	12,05%
2010-11	7,5% e 4,29% ²	5,91%	6,47%	1.140,13	1.250,00	510,00	9,68%
2011-12	9,00%	6,50%	6,08%	1.277,00	1.400,00	545,00	6,86%
2012-13	7,50%	5,84%	6,20%	1.385,55	1.519,00	622,00	14,13%
2013-14	8,00%	5,91%	5,56%	1.503,32	1.648,12	678,00	9,00%
2014-15	8,50%	6,41%	6,23%	1.638,62	1.796,45	724,00	6,78%
2015-16	10,00%	10,67%	11,28%	1.802,48	1.976,10	788,00	8,84%

Fonte: CONTRAF-CUT. Convenções coletivas do trabalho dos bancários. IPEADATA: Dados de IPCA, INPC, Salário Mínimo. Nota: Elaboração própria.

(1) Reajuste de 10% para salários até R\$ 2.500,00. Acima deste valor, o reajuste foi de 8,15%.

(2) Reajuste de 7,5% para salários até R\$ 5.250,00. Acima deste valor, o reajuste foi de 4,29%.

(3) O salário de ingresso e após 90 dias correspondem ao salário-base de escriturários, tesoureiros e caixas.

⁶⁴ Além dos reajustes salariais, outras reivindicações estão presentes nos acordos coletivos que levam as greves (paralisações): adiantamento de 13º; participação de lucros; auxílio-refeição e auxílio-cesta de alimentação; em geral, melhores condições de trabalho.

A Tabela 34 indica as desigualdades entre gêneros. Em 2015, foram admitidos mais homens que mulheres, contudo, considerando os desligamentos houve menor perda de postos de trabalho entre mulheres no segmento bancário. As mulheres admitidas nos bancos receberam, em média, R\$ 3.158,29, ou seja, uma diferença de 19,2% ao salário médio dos homens admitidos no período. A diferença também ocorreu no salário de desligamento, as mulheres receberam, em média, R\$ 5.439,40, logo 23,4% menor que a remuneração média dos homens desligados dos bancos (DIEESE; CONTRAF-CUT, 2015, p. 3).

Tabela 34 – Remuneração média dos admitidos e desligados por sexo:
Janeiro – Dezembro de 2015

	Masculino		Feminino		Dif.% da Rem. Média
	Nº de trab.	Rem. Média (em R\$)	Nº de trab.	Rem. Média (em R\$)	
Admitidos	15.598	3.909,25	14.291	3.158,29	80,8%
Desligados	20.747	7.104,83	19.028	5.439,40	76,6%

Fonte: DIEESE; CONTRAF-CUT, 2015, p. 3.

Nos estudos da DIEESE e CONTRAF-CUT sobre o trabalho bancário fica evidente que as vagas novas são direcionadas para trabalhadores jovens com idade inferior a 30 anos e um nível de escolaridade mais elevado, a grande maioria é admitido com nível superior incompleto ou completo. Além disso, as ocupações de início de carreira, como escriturários costumam a abrir mais vagas do que cargos de diretoria e gerência, nos quais os salários são maiores.

CAPÍTULO VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da instabilidade macroeconômica nos anos de 1980, os bancos auferiram ganhos extraordinários decorrentes das receitas inflacionárias (*floating*). No final da década de 1980 aconteceram dois eventos importantes: O Acordo de Basileia I, em 1988, e o Consenso de Washington, em 1989. O primeiro modifica a regulação e supervisão bancária com o objetivo de padronizar as diretrizes do sistema bancário internacional e estabelecer requerimentos mínimos de capital para o funcionamento das instituições bancárias. O segundo evento, inspirado numa proposta neoliberal, aponta para reformas nos países latino-americanos, com a finalidade de promover estabilidade econômica nesta região.

A estabilização macroeconômica⁶⁵ brasileira com a implantação do Plano Real, bem como a adesão do Brasil ao Acordo de Basileia, em 1994, muda bastante o cenário das instituições bancárias. Com o fim da inflação, os bancos precisaram se adaptar ao novo contexto. Para isso, adotaram diversas medidas, destacando-se a cobrança de tarifas, investimentos em títulos públicos, expansão do crédito, operações em moedas estrangeiras, etc. Mesmo assim, algumas instituições, como o Econômico (1995), o Nacional (1995) e o Bamerindus (1997) apresentaram problemas de solvência. A criação do PROER (1995), do FGC (1995) e do PROES (1996) foram ações governamentais adotadas para sanear o sistema bancário público-privado brasileiro.

A reestruturação nos anos de 1990 provocou mudanças no capital bancário (fusões & aquisições, privatizações e liquidações) e induziu ao aumento da concentração e da internacionalização do capital estrangeiro no setor. Neste mesmo período, também houve a introdução de novas tecnologias nas formas de atendimento (ATM, *internet banking*, *mobile banking*, correspondentes, SAC) e nos produtos e serviços bancários. Com isso, ocorreu aumento da bancarização da população com acesso às contas, aos cartões de crédito, aos empréstimos (consignado) e aos financiamentos (financiamento de veículos e financiamento habitacional).

Além disso, essas alterações provocaram grandes impactos sobre o mercado de trabalho bancário. De um modo geral, passou-se a buscar um novo perfil do bancário, o qual deveria apresentar maior qualificação e escolarização, além de ser polivalente em suas atividades. As terceirizações em áreas bancárias (análise de crédito e compensação de

⁶⁵ A estabilização da economia brasileira, com a implantação do Plano Real a partir de 1994, incidiu sobre o controle no nível de preços (inflação), portanto caracterizou-se mais por uma estabilização monetária do que propriamente macroeconômica, em termos de emprego e produção.

cheques) e não bancárias (segurança, limpeza, informática), bem como a redução nos postos de trabalho com os Programas de Demissão Voluntária (PDVs) e os Programas de Incentivos à Aposentadoria (PAIs) resultaram em uma precarização das condições de trabalho, especialmente com a elevação de doenças físicas por LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), bem como de doenças mentais dos bancários.

É importante registrar que todas estas transformações não se restringiram aos anos de 1990, uma vez que elas continuaram na década seguinte e também após a crise de global de 2008. O pós-crise marca uma nova onda de fusões e aquisições, como os casos do Itaú e Unibanco (2008) e do Votorantim que é incorporado ao Banco do Brasil (2011). As instituições bancárias transformaram-se ao longo dos tempos em grandes conglomerados financeiros internacionais, tornando o setor financeiro cada vez mais oligopolizado e com mais barreiras à entrada. A redução de custos administrativos e operacionais e a automação levaram ao enxugamento de agências, redução do número de trabalhadores bancários e aumento das terceirizações. Já as inovações tecnológicas no atendimento bancário e a especialização de produtos e serviços bancários são cada vez mais intensas e rápidas com resultados desfavoráveis aos trabalhadores do setor bancário.

Por fim, destaca-se que o fenômeno da concentração de capital bancário – seja pelo total de ativos, seja pelo total de depósitos – mostrou que uma quantidade cada vez menor de bancos detém um poder maior dentro do mercado financeiro (*market-share*).

A partir das informações presentes neste estudo, é possível afirmar que as principais tendências para o futuro do sistema bancário brasileiro irão induzir à eliminação de bancos menores e à associação de bancos com financeiras e seguradoras. Além disso, é bem possível que o setor aprimore ainda mais as tecnologias de produtos, serviços e atendimento, podendo culminar em bancos totalmente virtuais. Esse duplo movimento deverá continuar influenciando negativamente o trabalho bancário, especialmente em termos da redução e até mesmo desaparecimento dos cargos de caixas, escriturários, chefias intermediárias e áreas de retaguarda existentes atualmente nas agências.

REFERÊNCIAS

- ALBERINI, D. V.; BOGUSZEWSKI, L. D. Por dentro do subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.1, n.2, p. 1-10, abr. 2008.
- ALBERTIN, A. L. Modelo de comércio eletrônico e um estudo no setor bancário. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.39, n.1, p.64-76, jan./mar. 1999.
- ANDRADE, C. R. de. **Basileia III: uma análise das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia sobre o setor financeiro brasileiro**. 2014. 105, p. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- ARANTES, T. M.; ROCHA, B. de P. **Eficiência dos bancos brasileiros e os impactos da crise financeira global de 2008**. *Anais da ANPEC*, 40, 2012. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i7-86ea8cbb7078fccc8ed41b25bdde1887.pdf >. Acesso: 23 Maio 2016.
- ARAÚJO, V. L. de; CINTRA, M. A. M. **O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira**. Brasília: IPEA, 2011. (Textos para discussão nº 1.604).
- ARIENTI, P. F.F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 577-600, 2007.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITALIS (ANBIMA). Fernando José Cardim de Carvalho (Red.). **Basileia III: novos desafios para a adequação da regulação bancária**. São Paulo; Rio de Janeiro: ANBIMA, 2010.
- BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: **O Brasil pós-Real: a economia política em debate**. Aloizio Mercadante (Org). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S.A. (Bradesco), 2016. Histórico de Aquisições. Disponível em: < <https://www.bradescori.com.br/site/conteudo/visao/historico-aquisicoes.aspx?secaoId=734/> >. Acesso em: 30 maio 2016.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB), 2015. **Evolução do Sistema Financeiro Nacional: O Sistema Financeiro Nacional e o Plano Real**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812> > Acesso em: 13 set. 2015.
- _____, 2015. **História do BC**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC> >. Acesso em: 12 set. 2015
- _____, 2016. **Regulação e supervisão do sistema financeiro num contexto de crise internacional**. Set./2010. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Regula%E7%E3o_financeira_na_crise_Cabo_Verde.pdf >. Acesso: 14 maio 2016.

BANCO DO BRASIL (BB). **História do Banco do Brasil**. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LivroBB1.pdf?codigoMenu=1426> >. Acesso: 24 jun. 2016.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno 6. São Paulo: Pedex, 1994.

BRAGA, J. C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estudos Avançados**, USP/SP, v. 63, n.65, p. 89-102, fev./2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estudos**, CEBRAP/SP, 86, p.51-72, mar. 2010.

CAMARGO, P. O. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. [online]. São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2009.

CARDOTE, L. F. R. A crise econômica de 2008: A interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional. **Revista de Direito da Unigranrio**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 1-18, 2009.

CARVALHO, C. E. **Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos de 1980 ao Plano Real**. *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª. Conferência Internacional de História de Empresas*, 2003.

CARVALHO, C. E; VIDOTTO, C.A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos de 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 395-425, 2007.

CARVALHO, D. B.; SANTOS, G. M. dos. **Os Acordos de Basileia: um roteiro para implementação nas instituições financeiras**. FEBRABAN, disponível em: < http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_Basileia_6.pdf >. Acesso: 28 mar. 2016.

CARVALHO, D. F. **A crise financeira nos EUA e suas prováveis repercussões na economia global e na América Latina: uma abordagem pós-minskyana**. *Anais do III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira*, 11 a 13 ago. 2010, FGV/SP. São Paulo: AKB, p.1-20, 2010.

CASTRO, L. B. de. Esperança, Frustração e Aprendizado: A história da Nova República (1985-1989). Capítulo 5. In: GIANBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2011.

_____. Privatização, abertura e desindexação: A primeira metade dos anos 90 (1990-1994). Capítulo 6. In: GIANBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2011.

CINTRA, M. A. M.; FARHI, M. A crise financeira e o global shadow banking system. **Novos Estudos**, CEBRAP/SP, 82, nov. 2008, p. 35-55.

CORAZZA, G. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/PPGE, 2000.

_____.; OLIVEIRA, R. Os bancos nacionais face à internacionalização do sistema bancário brasileiro. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 25, n. 47, p. 151-184, mar./2007.

CYSNE, R. P.; COSTA, S. G. S. da. **Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, jun.1996.

DALLA-COSTA, A. J; SOUZA-SANTOS, E. R. de. Indústria bancária brasileira: evidência da formação de instituições financeiras multinacionais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 241-266, maio/ago. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Os impactos das fusões de bancos sobre o trabalho bancário**. São Paulo, maio 1996.

DIEESE; CONTRAF-CUT (2011). **Pesquisa de emprego bancário**. Ano 3, n. 8, Fevereiro de 2011. Disponível em: <
<http://www.dieese.org.br/pesquisaempregobancario/2011/empregoBancarioMarco2011.pdf> >. Acesso: 28 Maio 2016.

_____. (2012). **Pesquisa de emprego bancário**. Ano 4, n. 12, Março de 2012. Disponível em: <
<http://www.dieese.org.br/pesquisaempregobancario/2012/pesquisaEmpregoBancario0412.pdf> >. Acesso: 28 Maio 2016.

_____. (2015). **Saldo de empregos no setor bancário janeiro a dezembro de 2015**. <
[http://admin.contrafcut.org.br/system/uploads/ck/files/PEB_janeiro%20a%20dezembro_2015%20\(003\).pdf](http://admin.contrafcut.org.br/system/uploads/ck/files/PEB_janeiro%20a%20dezembro_2015%20(003).pdf) >. Acesso: 28 Maio 2016.

DRUCK, G. (Org). Bancário: um emprego de múltiplos riscos. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p.217-233, jul./dez. 2002.

ELY, H. B. **Mudanças tecnológicas nos bancos brasileiros**. SESE - SEEB/SP: 1993.

EMIDIO, M. D. de A. L. et al. **Riscos em instituições financeiras: um enfoque no Acordo de Basileia III**. *Anais do Congresso de Contabilidade 2015 da Universidade Federal de Santa Catarina*. Florianópolis, p. 1-18, 2015.

FACÓ, J. F. B.; DINIZ, E. H.; CSILLAG, J.M. O processo de difusão de inovações em produtos bancários. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 151-176, set./dez. 2009.

FARIA, J. A. de; PAULA, L. F. de; MARINHO, A. Eficiência do setor bancário brasileiro: a experiência recente das fusões e aquisições. Capítulo 6. In: PAULA, L. F. de. OREIRO, J.L. (Ed.). **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007, p. 125-154.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **CIAB FEBRABAN 2012: a sociedade conectada**. São Paulo, 2012. Disponível em: <
http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67/ >. Acesso: 02 maio 2016.

_____. (2013). **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2013**. Disponível em: < http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67/ >. Acesso: 02 maio 2016.

_____. (2014). **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2014**. Disponível em: < http://www.febraban.org.br/febraban.asp?id_pagina=67/ >. Acesso: 02 maio 2016.

FONSECA, C. E. C da; MEIRELLES, F. de. S.; DINIZ, E. H. **Tecnologia bancária no Brasil: uma história de conquistas, uma visão de futuro**. São Paulo: FGV/RAE, 2010. 420 p.

FREITAS, M. C. P. de. **A internacionalização do sistema bancário brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011. (Textos para discussão, nº. 1.566).

_____. Estratégias concorrências e crédito bancário no Brasil no contexto pós-crise. **Boletim de Economia**, FUNDAP/SP, v. 6, ago./2011, p. 19-40.

_____. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, USP/SP, v. 23, n. 66, p.125-145, 2009.

FURTADO, A. L. de M. **Acordo de Basileia: um estudo sobre suas influências e implementação no sistema financeiro brasileiro**. 2005. 110 p. Monografia. Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisas em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2000.

GOLDSMITH, R.W. **Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação**. São Paulo: Harper & Raw do Brasil, 1986.

GUILHERME, M. S. **Ser ou estar bancário? A reestruturação produtiva e suas consequências para os bancários e o movimento sindical brasileiro**. 2013. 231 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento em Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2013.

HERMANN, J. Liberalização e desenvolvimento financeiro: lições de experiência brasileira no período 1990-2006. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n.2, p.257-290, ago./2010.

LARANGEIRA, S. M. G. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano XVIII, n.61, p. 110-138, dez./97.

MARTINS, F. R. **Entre rupturas e continuidades: um estudo sobre o processo de re-significação do emprego bancário em um banco público federal**. 2010. 207 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2010.

MELLO; R. A. de; STAL, E.; QUEIROZ, A. C. S. **O banco na internet: inovações em tecnologia da informação moldam novos serviços bancários**. *Anais do 30º. Encontro da ANPAD*, 23 a 27 de set. 2006, Salvador, Bahia. Salvador, p. 1-16, 2006.

MENDONÇA, A. R. R. de. Regulação bancária e arranjo Institucional pós-crise: atuação do conselho de estabilidade financeiro e Basileia III. Capítulo 11. In: **As Transformações no Sistema Financeiro Internacional**. Marcos Antonio Macedo Cintra; Keiti da Rocha Gomes (Org). Brasília: IPEA, 2012. v. 2.

MERCADANTE, A. Plano Real e o neoliberalismo tardio. In: **O Brasil pós-Real: a economia política em debate**. Aloizio Mercadante (Org). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

MINELLA, A. C. **Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina**. Florianópolis: UFSC/PPGSP, Cadernos de Pesquisa, n. 30, jun. 2002.

MODIANO, E. A Ópera dos três Cruzados: 1985-1989. In: **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)**. Capítulo 13. Marcelo de Paiva Abreu (Org). Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1995.

MONTANHA, L. C. P. **Reestruturação produtiva e trabalho bancário no Brasil: crise, rupturas e fetiche no caso das demissões voluntárias no Banespa. 2006**. 150 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2006.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: UnB, 1989.

NESPOLI, R. G. **Da solidariedade à competitividade: caminhos da privatização**. 2004. 171 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Sociedade, Política e Cultura, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Campinas. Campinas, 2004.

NETZ, S. R. Novas tecnologias da informação: suas influências no trabalho bancário. *Anais do SBS - XII Congresso Brasileiro de Sociologia*, 31 maio a 03 jun. 2005, Belo Horizonte, MG. Belo Horizonte, GT19 - Sociedade de Informação, p. 1-18, 2005.

OREIRO, J. L. da C. et al. Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 609-634, out./dez. 2006.

PAULA, L.F. de.; FARIA, J.A. de. **Reestruturação bancária e eficiência dos bancos por segmento: uma avaliação recente**. Disponível em: < <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2711.pdf> >. Acesso: 23 abr. 2016.

PERES, G; PAULA, L. F. de. **O buffer de capital contra-cíclico de Basileia III: uma avaliação crítica**. Disponível em: < <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/buffer-de-capital-contraciclico-de-basileia.pdf/> >. Acesso: 19 Maio 2016.

PUGA, F. P.. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Textos para discussão, 68).

REIS, M. **O acordo de Basiléia III e a pró-ciclicidade da regulação financeira.** *Anais do Encontro Nacional de Economia* 39. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2011. Disponível em: <<http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-612157504d4f174a062c4ae7927b643a.pdf/>>. Acesso: 11 Maio 2016.

REZENDE, L. P. F. de. **Inovação tecnológica e a funcionalidade do sistema financeiro: uma análise de balanço patrimonial dos bancos no Brasil.** 2012. 176 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

RIBEIRO, O. F.R; TONIN, J. M. Análise da concorrência bancária no Brasil pós Plano Real. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.13, n.2, p.59-86, jul./dez.2010.

SANCHES, A. T. Dimensões da difusão tecnológica no setor bancário, divisão do trabalho e ação sindical. **Cadernos Ceru**, USP/SP, série 2, v. 23, n.1, p.31-60, jan./2013.

SAYAD, J. Observações sobre o Plano Real. In: **O Brasil pós-Real: a economia política em debate.** Aloizio Mercadante (Org). Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos Bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano XX, n. 67, ago./99.

SIQUEIRA, A. C. T. **A história dos bancos no Brasil: das casas bancárias aos conglomerados financeiros.** Rio de Janeiro: COP Editora LTDA, 2007.

SILVA, M. A. da. **Bancários e desemprego: flexibilização no trabalho e estratégias sindicais.** 1999. 162 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

TINTI, E. H; ABDULMACIH, V. P.G. A reestruturação do sistema financeiro brasileiro na década de 1990: concentração e internacionalização bancária. **Pensamento & Realidade**, São Paulo: PUC, ano X, n.21, p. 85-118, 2007.

VASCONCELOS, M. R.; STRACHMAN, E.; FUCIDJI, J. R. Liberalização e desregulamentação bancária: motivações, consequências e adaptações. **Nova economia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 101-140, 2003.

VIDIGAL, G. E. de B. **Bancos e finanças: aspectos da política financeira brasileira.** São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1981.